



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

DEISE DA MOTA PIMENTA

**Empregadas domésticas universitárias: Quando a segunda jornada se  
estende às salas de aula da universidade.**

Praia Vermelha

2015

DEISE DA MOTA PIMENTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen

Praia Vermelha

2015

Autora:

---

Deise da Mota Pimenta

Orientador:

---

Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen

Examinadoras:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr. Andréa Moraes Alves

---

Prof.<sup>a</sup>. Mestre Sheila Dias Almeida

Rio de Janeiro, 2015.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho

Às milhares de trabalhadoras que sobrevivem a partir do emprego doméstico. Suas estratégias diárias para sobreviver a este trabalho são uma das maiores inspirações para que eu fizesse deste objeto minha pesquisa. Dentre todas, destaco carinhosamente seis corajosas mulheres que disponibilizaram eu tempo para que eu as entrevistasse neste trabalho de conclusão de curso. Em muitos trechos de seus relatos, vi momentos de minha própria caminhada ser recontados a partir das histórias de vida de cada uma de vocês. Agradeço a confiança e o carinho com que me receberam.

À minha vó materna (IN MEMORIAN) e minha mãe, mulheres que também tiveram suas vidas marcadas pelo emprego doméstico e que são meu primeiro contado com a real necessidade da luta feminista.

Ao meu tio materno Amandio, mas conhecido como “preto velho” que com maestria cumpriu o papel de pai em minha vida. Inspirou-me desde muito nova a questionar o mundo, com suas colocações filosóficas sobre a vida. Te amo, essa conquista é, sobretudo, fruto das inquietações que você despertou em mim.

Aos meus irmãos e irmãs maternos e paternos, espero que um dia sejam vocês a vivenciarem a rica experiência que é estudar na universidade pública. Amo vocês!

À minha irmã (não sanguínea) e amiga das horas difíceis: Elaine Rodrigues, a forma como você me acolheu ao seu lado e da sua família no Rio de Janeiro ao se fazer presente, ainda que no quatinho de empregada, é uma das coisas mais preciosas que guardo na memória destes quase 10 anos morando no Rio.

Ao meu companheiro de vida e lutas diárias, meu amor camarada, parceiro feminista que caminha comigo lado a lado, que me inspira a ir ao longe. Dedico este trabalho a você. Te amo negão!

Aos amigos adquiridos durante a caminhada na universidade pública. Nossa aproximação se dá principalmente pela solidariedade de classe, vocês me inspiraram a reivindicar o nosso lugar nas trincheiras das lutas diárias para que possamos permanecer com dignidade no ensino superior. Moradores do alojamento estudantil: Ilca Dias, Sthephannie Albuquerque, Geórgia Reis, Rafael Ferreira, Fabiano Ferreira, Flávio

Rodrigo, Aparecido Silva, Sabrina Mendonça, Lilian Barbosa, Francilene Cardoso. É tudo nosso!

Aos trabalhadores técnicos administrativos alocados na secretaria de graduação do Serviço Social e em outros setores da administração, que com muito afeto nos acompanham durante nossa formação: Carminha; Nana; Patrícia e Erci Almeida... Muito obrigada por tudo.

Às trabalhadoras terceirizadas que fazem com que a universidade funcione, obrigada por deixarem os espaços da UFRJ habitáveis, mais que isso, obrigada pelo carinho de nossas conversas confidentes ao fim das jornadas de um dia inteiro de estudos e trabalhos. Juntas somos resistência: Rosa, Maria, Berenice, Lorrany.

Aos trabalhadores do restaurante Sujinho, pessoas queridas como Tião, Bigode, seu Manoel e outros que nos permitiram almoçar, lanche mesmo sem possuir dinheiro para pagarmos no momento. Na falta de bandeirão na praia vermelha, vocês de certa forma, viabilizaram nossa permanência na universidade ao negociar o pagamento das refeições em várias vezes sem juros. Muito obrigada a todos!

Aos movimentos sociais: Alojamento da UFRJ em luta; Secretaria Nacional de Casas de Estudantes; Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social; Movimento Nacional de População de Rua; Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Movimentos populares de favelas. Minha jornada acadêmica oxigenou-se ao poder caminhar e aprender ao lado de muitos companheiros de luta pertencentes a estes coletivos.

Aos mestres que me inspiraram a leitura dos clássicos e mais que isso, de terem me instigado a desconfiar do trivial, a não seguir caminhos da mesmice. Aos que me apresentaram o método materialista histórico dialético, meus profundos agradecimentos. A todos que me orientaram seja em uma pesquisa ou extensão universitária, muito obrigada!

Ao meu orientador Henrique Wellen, que teve a camaradagem de compreender minhas limitações e minhas potencialidades. Obrigada por ser este pesquisador exigente e meticuloso, porém solidário e afetuoso, aprendi a fazer pesquisa durante o processo intenso que é um trabalho de conclusão de curso. Espero encontra-lo nas trincheiras de lutas nestes tempos difíceis.

## RESUMO

PIMENTA, D. M. **Empregadas domésticas universitárias: Quando a segunda jornada se estende às salas de aula da universidade.** Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central a compreensão do mundo do trabalho a partir do universo do emprego doméstico e em paralelo investigar as trajetórias escolares de trabalhadoras domésticas inseridas no ensino superior, tal como a investigação sobre acesso a política de permanência na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizamos um estudo acerca das trajetórias escolares de cinco trabalhadoras domésticas que estão inseridas no ensino superior universitário, matriculadas no curso de Serviço Social. No mesmo ressaltamos a necessidade da historicização do lugar do trabalho doméstico no Brasil, tal como compreender as condições de permanência na universidade pública oferecidas a estas trabalhadoras discentes. Para isto realizamos a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, que foram analisadas de formas qualitativa e quantitativa. Chegamos à conclusão que o emprego doméstico no Brasil possui suas raízes no sistema escravista experimentado no Brasil, pois as relações trabalhistas vivenciadas por esta categoria de trabalhadoras nos levam a afirmar isto. Da mesma maneira quando passamos a investigar a permanência das empregadas domésticas na Universidade Federal do Rio de Janeiro compreendemos que a mesma não atende as necessidades urgentes de permanência das trabalhadoras. Deste modo a questão da ausência de uma política de assistência estudantil que se estenda às empregadas domésticas em sua totalidade não se realiza, sendo ela tocada apenas por ações esparsas que segue na crescente tendência de bolsificação das políticas sociais.

**Palavras-chaves:** empregadas domésticas universitárias, assistência estudantil, UFRJ, discentes, trajetórias escolares.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo 1: Uma História que se repete.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 2: Empregadas domésticas universitárias e condições de trabalho: acesso e negação aos direitos trabalhistas.....</b>	<b>26</b>
2.1 Perfil das Empregadas Domésticas.....	28
2.2 Condições de Trabalho.....	36
2.3 Processo de Consciência.....	50
2.4 Ensino Superior e Acesso a Formação Social.....	55
<b>Capítulo 3: Condições de Permanência na Universidade Federal do Rio de Janeiro.....</b>	<b>58</b>
3.1 Trajetória Escolar e Aproximação com a Universidade.....	58
3.2 Condição de Permanência na Universidade.....	80
3.3 Perspectivas.....	96
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>104</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>107</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>111</b>

## **Introdução**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central a compreensão do mundo do trabalho a partir do universo do emprego doméstico e em paralelo investigar as trajetórias escolares de trabalhadoras domésticas inseridas no ensino superior universitário. Tal como a investigação sobre o acesso a política de permanência na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nossa principal motivação para realizar esta pesquisa se dá diretamente pelo fato do emprego doméstico ter sido a primeira atividade que eu realizei no mundo do trabalho, ainda com 09 anos de idade na cidade de Belém/Pará. Minha trajetória escolar caminhou paralela às atividades laborais do emprego doméstico. Posso dizer de certa forma que foi uma das principais motivações para estudar. A época, ainda no ensino fundamental, fui impelida a fazer uma escolha difícil: transferir-me para o turno da noite e assim estudar a partir do Programa EJA, uma forma de acelerar o processo de conclusão do ensino fundamental e o médio.

Após a conclusão do ensino médio, em busca de trabalho remunerado e carteira de trabalho assinada, recebi um convite para trabalhar como empregada doméstica e, assim, me mudei de Belém para a cidade do Rio de Janeiro. Tal mudança foi o começo de muitas outras reviravoltas que viriam ocorrer. Depois de três anos trabalhando no Rio como empregada doméstica eu consegui uma vaga no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Brasil segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresenta mundialmente uma estatística considerável *“é o país com o maior número de empregados domésticos no mundo”*. Soma-se a esta estatística a realidade das condições para o desenvolvimento desta atividade que são as mais precárias possíveis.

Nas periferias do país ainda é comum a prática de famílias abastadas lançar mão de meninas ainda crianças pra estudar e ajudar com os trabalhos da casa. Apesar de ser crime em todo território nacional, esta prática se configura na realidade uso do trabalho de crianças e adolescentes. Em muitos casos lançam mão do uso da força de trabalho de adultos sem nenhum compromisso com direitos básicos como o assalariamento, tal realidade se expressa na forma de pagamento precário e degradante. O serviço prestado não possui carga horária de trabalho estabelecida e muitas vezes são pagos com alimentação e roupas usadas.

Outra questão que é central e que caracteriza este trabalho é a origem brasileira escravista e patriarcal, consolidada através da Casa Grande e da Senzala, este modelo de organização adaptou-se ao avanço das cidades urbanas. Os integrantes das classes dominantes gozaram de vantagens do urbanismo com exploração do servilismo, sendo inúmeros os cargos criados para o usufruto desta classe; cozinheiras, faxineiras, babás, valets (manobristas), governantas, babás de cachorros, jardineiros e motoristas.

Tal comparação não se dá de forma anacrônica, uma vez que, após a abolição, os negros foram impedidos de ter acesso a terra; ao sistema educacional e ao sistema de trabalho assalariado nas fábricas. A preferência foi dada à imigrantes brancos europeus e desde então temos uma enorme gama de “*trabalhadores libertos*” que encontraram trabalho na informalidade do trabalho doméstico. Sobre esta herança escravagista ANTUNES (2013) conclui de forma brilhante:

A modernização conservadora deu longevidade ao servilismo da Casa Grande para as famílias citadinas. As classes dominantes sempre exigiram vantagens do urbanismo com as benesses do servilismo. (ANTUNES 2013, p1)

Neste sentido, o servilismo a qual se refere o autor, atinge seu ápice na urbanidade de uma classe média carioca. No Rio de Janeiro, por conta das obras da Linha 4 do metrô (Ipanema/Barra) em um bairro chamado Leblon possuidor do metro quadrado mais caro do país, provocaram uma excentricidade social: a principal rua do bairro precisou ser interditada, logo seus ilustres moradores não poderiam usar suas garagens e, por isso, a empreiteira responsável pela obra disponibilizou aos moradores locais manobristas e carregadores de sacolas 24 horas. Estes trabalhadores ficaram à disposição dos mesmos. É o servilismo automotivo<sup>1</sup>.

Este sentimento da classe dominante carioca é visivelmente notório em um canal de comunicação da advogada mineira Valéria Rios. Nesse encontram disponíveis<sup>2</sup> a quem quiser consultar: aulas de como tratar os serviços. Ela escreveu sobre o trato dado a babá de seu filho; deu “*dicas*” de como enganar a babá na hora de comer (levando-a ao Mcdonalds antes e deixando-a cuidar do filho depois no restaurante mais caro) e

---

<sup>1</sup> De acordo com notícia publicada na revista semanal Carta Capital na internet publicado 18/01/2013. Disponível: <http://www.cartacapital.com.br/destaquescartacapital/os-servicais-do-brasil>

<sup>2</sup> O texto original foi publicado no blog da Valéria Rios sobre o tema: “Viagem com Babás”, após a repercussão a advogada desativou seu canal na internet. Mas, quem quiser consulta-lo está disponível no site Blogueiras Feministas publicado 15/01/2013 Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2013/01/babas-e-empregadas-domesticas-relacoes-que-perpetuam-racismo-e-machismo>

como se portar a uma ida ao restaurante Fasano, local onde a patroa proibiu a empregada de ter acesso ao frigobar, nem mesmo se fosse para beber água.

O comportamento das elites das grandes cidades urbanas segue a perpetuar a necessidade do uso do trabalho de serviçais. Tais senhoras em sua maioria brancas e de classe média possuem como prática social o ódio de classe, de gênero e raça. Há aquelas que observam os dentes das babás. Se possuírem dentição fora de um padrão estabelecido pelas “*madames*” não serão contratadas, qualquer semelhança com a prática dos possíveis compradores de negros escravizados ao verificarem a dentição antes de efetuar a compra, neste caso não é mera coincidência. Este sentimento não é outra coisa senão um profundo “*status quo*” de senhorio à lá Casa Grande. Latuff (2013) ilustra este sentimento tão atual da classe dominante.

Segundo estudos realizados pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) através de fontes como: Pesquisa Mensal de Emprego (PME); O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no portal ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)); O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), os dados são fornecidos pelo Ministério do Trabalho (MTE) e divulgados no portal (<http://portal.mte.gov.br>). O quesito informalidade é o que mais caracteriza o seguimento de trabalhadores domésticos: são aproximadamente 7 milhões de empregados domésticos no país e deste número apenas 2 milhões possuíam carteira de trabalho assinada. Esta informalidade é ainda mais gritante quando fazemos um recorte de raça: em 2011, 73,1% das empregadas domésticas pretas e pardas não possuíam carteira de trabalho assinada. Já para as empregadas brancas a falta e carteira assinada atingiam 66,7% delas. (LAESER 2013)

Além disso, entre as trabalhadoras ocupadas no serviço doméstico, negras e pardas são as que auferem os menores rendimentos, semelhante ao que ocorre com as demais mulheres desse grupo de cor ou raça em todas as demais ocupações. Em 2011 o rendimento médio destas mulheres negras/pardas empregadas domésticas era de R\$ 461,58 e dentre essas trabalhadoras mais de 60% são negras/pardas.

Desta forma, o quadro atual do trabalho doméstico no Brasil caracteriza-se por baixos rendimentos, principalmente no caso das trabalhadoras sem carteira de trabalho



*Latuff 2013*

assinada, reduzidos à informalização do trabalho. São mais de 70 anos de abandono e exclusão em relação às conquistas do Código de Leis Trabalhistas (LAESER 2013).

As inúmeras violações de direitos trabalhistas, a que esta categoria está subjugada, apontam para as contradições de inúmeras violências, seja ela de gênero, classe e etnia que são vividas por este seguimento. Maus tratos, humilhações, empurrões (é comum empregada relatar violência física praticada por seus patrões), diferenciação dos utensílios que estes devem fazer uso para alimentar-se. Dentro deste universo de questões que precisam ser investigadas existe uma série de resistências forjadas por

sindicatos que organizam estas trabalhadoras e por sujeitos sociais que recusam a subestimação de seus corpos à redução de um trabalho degradante.

Sujeitos que constroem a luta por direitos trabalhistas, mas não só, esta luta tem suas raízes no enfrentamento deste sistema capitalista que coisifica nossos corpos. Deste modo, trazemos a nossa narrativa uma das figuras históricas emblemática no que diz respeito à organização das trabalhadoras domésticas no Brasil desde a década de 30. Dn<sup>a</sup> Laudelina de Campos Melo, filha de uma negra escravizada e um lenhador, nasceu em 1904. Começou a trabalhar aos 16 anos de idade como empregada doméstica e entrou para história ao fazer de sua caminhada uma história militante contra a ausência de direitos imposta a milhares de trabalhadoras domésticas.



*Laudelina Campos (1904 – 1991) [www.casalaudelina.org.br](http://www.casalaudelina.org.br)*

Sua trajetória é lembrada por historiadores que anotam sua filiação ainda jovem ao Partido Comunista Brasileiro, em 1936. Neste mesmo ano, fundou a primeira associação de trabalhadores domésticos do país que sendo vista como perigosa foi fechada durante o Estado Novo do período Vargas, voltando a funcionar em 1946. Laudelina também trabalhou para a fundação da Frente Negra Brasileira, militando no

que ficou conhecida como a maior associação da história do movimento negro, com o número de integrantes que chegou durante a década de 30 a 30 mil filiados<sup>3</sup>.

A luta de mulheres como Dn<sup>a</sup> Laudelina se repetem. Creuza Maria Oliveira 56 anos, que também começou a trabalhar como doméstica quando ainda era uma criança quase que uma regra nesta categoria vinda de uma realidade como a de centenas de outras meninas de sua idade. Outro exemplo de empregada doméstica implicada na organização política da categoria é Creuza, presidente da Federação Nacional esta organização e os sindicatos de categoria estiveram amplamente envolvidos na luta pelo reconhecimento destas mulheres como trabalhadoras. No ano de 1985, segundo Creuza<sup>4</sup>, já haviam proposto uma emenda institucional para a regularização do trabalho doméstico, mas ficara engavetado.

Assim, o problema de pesquisa para este estudo foi sistematizar não apenas de minha passagem pelo emprego doméstico e, por conseguinte minha estadia na UFRJ, mas também de conseguir a partir do encontro com empregadas domésticas presentes no ensino superior fazer um estudo que nos aproxime das realidades enfrentadas por estas mulheres que se sujeitam a duplas ou mais jornadas de trabalho, já que muitas delas são mães, esposas, além de empregadas domésticas e estudantes universitárias.

A razão pessoal que nos instiga a esta pesquisa está relacionada diretamente à tentativa de compreensão do mundo do trabalho, em especial o trabalho doméstico, pois se trata da primeira forma de inserção que eu tive no mundo do trabalho e este durante muitos anos, inclusive atualmente, caracteriza-se como um dos principais lugares onde as mulheres negras, pardas, indígenas pobres e migrantes são inseridas, muitas vezes ainda quando crianças. Este lugar configura-se como um lugar de inúmeras contradições a serem desveladas.

Neste sentido, cabe investigar quais são as raízes do trabalho doméstico, pois se trata de uma ocupação que dispõe força de trabalho hegemonicamente feminina, seja ela criança ou adulta. Estas trabalhadoras são submetidas a condições precárias de trabalho

---

<sup>3</sup> De acordo com notícia publicada no Portal do Senado na internet em 19/02/2015. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2010/04/27/fundadora-do-primeiro-sindicato-de-trabalhadoras-domesticas-do-brasil-laudelina-de-campos-mello-lutou-por-sua-categoria-durante-70-anos>

<sup>4</sup> De acordo com notícia publicada no jornal da Tarde na internet em 01/06/2013. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/economia/materias/1507901-se-a-pec-das-domesticas-existisse-nao-teria-sofrido-tanto>

a medida que perdem referências com o que vem a ser espaço público e em detrimento da ocupação do espaço privado da casa dos patrões.

Os empregadores são intitulados “*casas de família*” e que na relação com as trabalhadoras desenvolvem como retórica o mantra de amaciar os conflitos relacionados às contradições do mundo do trabalho ao dizer que a trabalhadora (serviçal) “*é quase da família*”. Esta relação encobre inúmeras questões que estão relacionadas à forma como o sistema patriarcal somado ao escravista moldou-se a vida urbana capitalista.

A razão, entre tantas outras, que justifica esta pesquisa é a forma que historicamente essas trabalhadoras eram assumidas pelos empregadores. Sem nenhum acesso a direitos básicos como salário, carga horária estabelecida, férias e direitos previdenciários. Essa ausência de direitos era substituída por “*favores*”, “*doações de roupas que já não eram usáveis pelos patrões*”. Uma relação marcada pela subalternidade e domesticidade.

A necessidade de investigação das raízes sócio históricas da formação do trabalho doméstico no Brasil e suas especificidades se colocam como um dos principais objetivos deste trabalho, tal como apreender do movimento do real, elementos que nos traga a luz de análise as contradições da conjuntura atual da democratização do ensino superior bem como a inserção das trabalhadoras domésticas nas universidades. Neste sentido, o presente trabalho tem a intenção de contribuir para um debate tão necessário, visto que as empregadas domésticas no Brasil são uma parcela significativa da classe trabalhadora brasileira.

No ano de 2011, segundo uma pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios (PNAD) os empregados domésticos somavam próximo 6,7 milhões de trabalhadores de ambos os sexos. Dentre estes trabalhadores em 2011, quase 4,1 milhões eram pardos e negros e 2,6 milhões eram brancos. Nesta amostra de pesquisa, apenas um pouco mais de 2 milhões dos trabalhadores domésticos possuíam carteira assinada, isto é, apenas 30,6% do total deste setor. Essa é a característica mais marcante no emprego doméstico no Brasil que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) promulgada no Congresso Nacional no dia 2 de Abril de 2013 busca combater. Esta Emenda, que altera o artigo 7º da Constituição de 1988, equipara os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores.

Esta mudança na legislação brasileira representa não apenas um avanço no que diz respeito aos direitos trabalhistas, como também um marco histórico, pois as empregadas domésticas viviam há séculos sob o jugo do não reconhecimento de seus

direitos enquanto trabalhadoras, numa combinação de domesticidade e subalternidade. Neste contexto da aprovação da PEC, observamos inúmeras posições contrárias e favoráveis à promulgação desta lei de “*alforria tardia*” às trabalhadoras domésticas.

Entendemos que aprovação da PEC é um ganho histórico que deve ser reconhecido por toda classe trabalhadora, pois se trata de um grande passo na direção do que já alguns anos são direitos conhecidos pela maioria dos trabalhadores brasileiros: o assalariamento, horário de trabalho estabelecido, folga, décimo terceiro, férias e o fundo de garantia trabalhista.

Deste modo, realizamos um estudo acerca das trajetórias escolares de cinco trabalhadoras domésticas que estão inseridas no ensino superior universitário, matriculadas no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No mesmo ressaltamos a necessidade de compreender a historicidade do lugar do trabalho doméstico no Brasil, tal como apreender as condições de trabalho e de permanência na universidade pública oferecida a estas trabalhadoras discentes.

Para isto realizamos uma busca informal entre as estudantes que trabalhavam como empregadas domésticas. A princípio encontramos duas que sugeriram outras três colegas que convidamos para participar de nossa pesquisa para o trabalho de conclusão de curso. As mesmas aceitaram o convite e em seguida nós as enviamos por e-mail um formulário com questões acerca das condições de trabalho que as mesmas estão submetidas. Utilizamos um questionário onde estruturamos questões acerca de suas trajetórias escolares, e a partir do mesmo aplicamos entrevistas semiestruturadas às cinco trabalhadoras e utilizamos um gravador de voz para isto. Tanto o formulário quanto as entrevistas semiestruturadas foram analisadas de formas qualitativa e quantitativa. Formulamos também um termo de autorização de uso dos dados (em anexo), informando-as do direito ao sigilo, em que os nomes das trabalhadoras foram trocados para que suas identidades sejam preservadas.

Sendo assim, nossa investigação passa também pela necessidade de compreensão sobre como o processo de trabalho do emprego doméstico atua sobre a consciência das trabalhadoras domésticas. Orientamo-nos para a condução deste estudo através do método materialista histórico dialético, isto é, consideramos que a consciência das trabalhadoras domésticas sobre seu cotidiano de trabalho é construída a partir de experiências sociais que conduzem à compreensão de unidades complexas de sentido relacionadas a elas.

No capítulo 1 intitulado: “Uma história que se repete” apresentamos em uma narrativa a nossa própria trajetória e experiência no trabalho doméstico, no qual se colocam aspectos culturais, históricos e sociais ligados à função que desempenhamos dos 09 anos até nossa entrada na Universidade Federal do Rio de Janeiro aos 23 anos. Deste modo, nossa trajetória escolar também se coloca em nossa narrativa. Discutimos, especificamente, a relação entre trabalho doméstico e trajetórias escolares a partir da literatura, ainda que escassa, acerca desses assuntos. Também recorremos a alguns referenciais antropológicos e históricos para pensar as complexas relações entre empregadas domésticas e as famílias empregadoras. Acerca desse contexto, apresentamos de modo mais organizado as linhas gerais do desenrolar desta pesquisa.

No capítulo 2, tratamos de investigar, a partir das respostas obtidas no formulário que as enviamos por e-mail, as reais condições de trabalho as quais estão inseridas as empregadas domésticas. Do mesmo modo também procuramos apreender acerca do enfrentamento forjado pelas trabalhadoras no âmbito da luta pública política contra a falta de acesso às condições dignas de trabalho enfrentadas por esta categoria. Para isto, buscamos partir da exposição de um breve histórico dos dados das agências governamentais e grupos de pesquisas sobre a realidade do acesso aos direitos trabalhistas e as políticas sociais no Brasil. Mostramos ainda as normativas nacionais e internacionais sobre esse assunto e os analisamos a partir do movimento do real.

A relevância científico-acadêmica dessa pesquisa está relacionada de forma intrínseca a conjuntura atual do fenômeno em questão e da ocupação do espaço privilegiado proposto pela academia para debates sobre a realidade social, político e econômica brasileira. Onde podemos criar questões sobre os fenômenos sociais e desvelar sua aparência.

Esta que na cotidianidade se expressa no imediato, anuviando assim a verdadeira essência dos fenômenos sociais. Relevância existente, acreditamos que essa pesquisa possa contribuir para o acúmulo de conhecimento sistemático de um fenômeno histórico como o tal, mas também pode contribuir para avançar no debate sobre o alcance das possibilidades de compreensão das relações que se estabelecem envolvendo o fenômeno em questão.

No capítulo 3, desenvolvemos nossos principais referenciais teóricos sob a potencialidade das questões que as empregadas domésticas nos apresentaram a partir das entrevistas semiestruturadas, onde nós podemos apreender sobre questões acerca de

suas trajetórias escolares, aproximações com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, condições de permanência na UFRJ e suas perspectivas.

Neste momento da pesquisa destacamos a relação peculiar que é o fato das mulheres entrevistadas ocuparem uma posição diferenciada entre os demais estudantes de Serviço Social, uma vez que ao mesmo tempo em que desenvolvem a atividade do trabalho doméstico as mesmas também estão matriculadas e cursando o ensino superior em uma das maiores universidades públicas do país. Nossa intenção é contribuir com a aproximação deste fenômeno social e sistematizar o mesmo a partir do lugar privilegiado que são as falas das próprias trabalhadoras.

Consideramos imprescindível retomar para análise das questões sobre o nosso tema de estudo, a afirmação de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista de que “a história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias é a história da luta de classes”. No sistema capitalista existem duas classes fundamentais que segundo Lessa e Tonet (2004), amadurecem após a Revolução Industrial (1776-1830): a burguesia e o proletariado.

Por fim, tecemos nossas considerações para o debate a respeito da configuração política social e econômica do emprego doméstico no Brasil que se formam a partir de apreensões das falas das trabalhadoras domésticas entrevistadas para este trabalho de conclusão, aliada a nossa também trajetória no mundo do trabalho e inserção no ensino superior, analisadas através de categorias teóricas. Assim, nossas considerações passam pela compreensão que o emprego doméstico no Brasil possui suas raízes no sistema escravista experimentado no Brasil, pois as relações trabalhistas vivenciadas por esta categoria de trabalhadoras nos levam a afirmar isto. Da mesma maneira quando passamos a investigar a permanência das empregadas domésticas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, compreendemos que a mesma não atende as necessidades urgentes de permanência das trabalhadoras. A questão da ausência de uma política de assistência estudantil que se estenda às empregadas domésticas em sua totalidade não se realiza, sendo ela tocada apenas por ações esparsas que segue a crescente tendência de bolsificação das políticas sociais.

## Capítulo 1: Uma História que se repete

– *O nome da canoa é “Deus te guarde”, do Moju. Venho ver uma encomenda.*

[...]

*O tripulante, num átimo trouxe a encomenda da senhora: uma menina de nove anos, amarela, descalça, a cabeça rapada, o dedo na boca, metida num camisaõ de alfacinha. A senhora recuou um pouco o leque dos lábios, examinando-a:*

*– Mas isto? [...] A menina fitava a senhora com estupor e abandono. – Como é teu nome?... O teu nome sim. É muda? Surda-muda? Não te batizaram? És pagôa? É, parece malcriada, parece que precisa de uma correção! Fala, tapuru, bicho do mato! Ai, esta consumição...*

*(Dalcídio Jurandir- Poeta Marajoara)*<sup>5</sup>

Nasci no interior do Pará, numa cidade ribeirinha de aproximadamente 53.605 habitantes, chamada Acará. Minha infância e adolescência foram recheadas de vivências à beira do rio que dá nome a cidade, quando criança a cidade parecia enorme, e de fato o era, pois territorialmente ela possui extensão equivalente a uma área de 4363,6 km<sup>2</sup> de terras. Naquela época, o principal meio de transporte da cidade era a canoa. Sim aquele barco pequeno conduzido por um remador. As canoas eram guiadas por homens que trabalhavam nessa atividade. Meu tio materno, irmão mais velho de minha mãe, era um canoeiro antigo na região, que se chamava “velho”. Usava um enorme chapéu de palha que lhe cobria o rosto e o protegia do constante sol paraense. Era um homem duro, um tanto quanto mal humorado, porém todos o respeitavam na beira do rio. Desde cedo seus filhos começavam no ofício do pai (e eu estava sempre junto deles) e ainda crianças os mesmos o ajudavam a “*atravessar pessoas*” até a outra margem do rio. Todas as pessoas que chegavam da capital tinham de pegar canoas para chegarem de fato à cidade do Acará. Durante o dia era uma movimentação intensa de atravessar pessoas de canoa, após o cair da tarde, nós crianças saíamos para aproveitar o restante do dia e assim ficávamos nadando no rio enquanto na maré cheia, e depois voltávamos para nossas casas.

Minha mãe possuía, além de mim, mais quatro filhos, cada qual de um pai diferente, e mantinha-se solteira. Infelizmente nenhum dos homens assumiu a paternidade, incluindo a minha. Nossa educação ficava sob a responsabilidade de minha vó materna

---

<sup>5</sup> O trecho é parte de uma prosa do romance de Dalcídio Jurandir – Belém do Grão Pará de (1960). Onde o autor narra uma prática ainda hoje comum nos interiores dos municípios paraenses que é a “doação de crianças” para trabalharem no emprego doméstico.

e um tio materno. Assim vivíamos juntos, ainda que com dificuldades, pois minha mãe trabalhava o dia inteiro como trabalhadora contratada por uma empresa terceirizada, para fazer faxina e serviços gerais no único hospital público da região e por conta disso ficava fora o dia inteiro. Minha vó era aposentada e meu tio vivia a fazer pequenos trabalhos diários, os chamados “*bicos*”.

Morávamos nos fundos do terreno de um tio, irmão de minha mãe, onde havia um barracão de madeira sem cômodos. O banheiro, como a maioria das casas do norte, era localizado na parte externa. A característica principal dessas casas é a rapidez com que a madeira, de má qualidade utilizada para construção, apodrece, gerando insegurança para quem nelas habita. Minha avó nos ajudava com aposentadoria que recebia e minha mãe, como já mencionei, trabalhava como auxiliar de serviços gerais no hospital da cidade.

Sou a mais velha de cinco filhos. Minha mãe é a sexta filha de minha avó, que sempre trabalhou na roça e nos serviços domésticos. Minha mãe engravidou cedo aos 19 anos e tornou-se desde então mãe solteira. Devido às dificuldades financeiras minha mãe sempre procurou outras famílias que quisessem me receber em suas casas para que eu fosse, segundo ela “*melhor educada*”, pois ela acreditava que família com melhores condições econômicas poderiam me oferecer o que ela não teve, ou seja, a possibilidade de estudar e de ser alguém na vida.

Houve algumas tentativas de doação, mas eu sempre retornava pra casa. Lembro-me pelo menos de três famílias que me receberam em suas casas até hoje os cumprimentos na rua quando os vejo. Lembro-me que, em todas tentativas frustradas, minha avó me resgatava dizendo “*enquanto estiver viva, neta minha não será entregue como filhote de cachorro*”. Eu, então ficava feliz por minha vó me trazer de volta pra casa para que ficasse próximo dos meus irmãos e, ao mesmo tempo, triste, pois nas casas onde passei era bem tratada, pois as mulheres que me recebiam geralmente eram mulheres sem filhas meninas.

Durante a minha infância, com a idade entre 6 e 7 anos eu já cuidava dos serviços domésticos em casa cozinhava, lavava louças, roupas, varria casa e para complementar a renda em casa, trabalhava atravessando pessoas de canoa. Na cidade do Acará morei até os 9 anos de idade. Porém com a promessa de estudar e ajudar com os serviços domésticos eu migrei para a capital onde fui morar com uma tia, irmã de minha mãe. Assim, a saga de dar conta dos trabalhos domésticos continuaria de forma mais intensa.

Minha situação seguiu como a de tantas outras crianças pobres, especialmente como o destino de meninas em condições semelhantes. Segundo Vaz, 1999, as meninas pobres são introduzidas no trabalho doméstico familiar ainda nos primeiros anos da infância e adolescência, cuidando dos irmãos mais novos e, ao mesmo tempo, ajudando nos serviços domésticos. Esta obrigação ocorre próximo aos sete anos, não num sentido de opressão, mas de uma “*prática cotidiana dos pobres*”. A partir dessa dura realidade, a passagem para o trabalho doméstico remunerado ocorre como desdobramento. Essa é uma marca da realidade brasileira:

Em 1999, foi detectada a existência no Brasil de quase 400 mil meninas empregadas domésticas com idade entre 10 e 16 anos. Este contingente é basicamente formado por meninas pobres, de cor/raça preta ou parda com baixa escolaridade (SABÓIA, 2000, P. 5).

A partir de estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre este tema, constatou-se que mais de 93% das crianças e dos adolescentes envolvidos em trabalho doméstico no Brasil são meninas - quase vinte pontos percentuais a mais do que a média mundial, que é de 71% -, de acordo com o último levantamento de dados. Em números absolutos, são mais de 241 mil garotas executando tarefas domésticas na casa de terceiros. Hoje, no Brasil, estima-se que haja cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes dos 5 aos 17 anos trabalhando em serviços domésticos. Os dados são do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011).

Desta forma, uma das características das periferias do país é a prática de famílias abastadas lançarem mão de crianças pobres, com a promessa de que as mesmas irão estudar e ajudar com os trabalhos da casa. Isto se configura na realidade, no uso do trabalho de crianças e adolescentes. Apesar de ser crime em todo território nacional, e em muitos casos, derivados de adultos sem nenhum compromisso com direitos básicos como o assalariamento, essa realidade é explícita. Existe uma grande campanha do governo federal para combater o trabalho infantil, essa prática de crime diminui em todo território nacional.

Enquanto os números do trabalho infantil caem em todo o país, na região norte, e especialmente no Estado do Pará, o problema cresce. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD 2011) esta região foi a única a registrar

aumento no percentual de crianças e adolescentes trabalhando entre 2009 e 2011. Todas as outras capitais tiveram queda. Quando comparamos os dados entre o Censo 2010 e 2000, este cenário torna-se ainda mais preocupante. O Pará teve o segundo maior aumento na quantidade de pessoas de 10 a 13 anos engajadas em atividades econômicas do país. Em uma década, o estado registrou um acréscimo de 12 mil crianças e adolescentes no mercado, um crescimento de 28% em relação a 2000.

Estes dados apresentados confirmam que há aproximadamente 258 mil casos de trabalho infantil no país. Deste total apresentado, mais de 102,6 mil estão localizados no Nordeste, região onde mais se concentrou crianças e adolescentes entre os 5 e 17 anos trabalhando em casa de terceiros. O Estado da Bahia foi o Estado da região com maior número de casos verificados. O número é assustador: são 26,5 mil. No Brasil inteiro o Estado de Minas Gerais foi o que mais registrou esse tipo de trabalho 31,3 mil. Estes dados ilustram um dos tipos de relação comum em alguns estados do país, onde a criança circula na casa de parentes ou mesmo em casas de pessoas sem vínculo de consanguinidade.

Conforme geralmente se justifica, a intenção é a de *“partilhar a guarda”* da criança almejando a possibilidade de uma formação educacional dos filhos diante da dura realidade de pobreza. Minha mãe, como muitas outras, era mãe solteira e não tinha condições de continuar comigo em casa.

Ao nosso entender tais contradições estão dispostas de forma dialética relacionadas a resquícios de um passado não tão distante que é a dura realidade posta pela pobreza, seja no trabalho infantil, ou mesmo nas péssimas condições de vida enfrentadas por famílias pobres. Neste sentido, ilustraremos os caminhos desconhecidos de como se dá tal fenômeno chamado *“circulação de crianças”*, a partir de minha passagem pelo mesmo.

Como já mencionado, aos 09 anos de idade embarquei, literalmente, pois a viagem se deu de barco da cidade do Acará até a capital Belém em rumo de oportunidades. A vivência na casa de uma tia materna durou até os 14 anos de idade e, eu ainda não tinha 15 anos quando comecei a trabalhar como empregada doméstica com a necessidade de contribuir para o sustento de meus irmãos menores. O primeiro trabalho era duplo: cuidar de outra criança de 4 anos e executar os serviços domésticos. Dormia no mesmo cômodo dessa criança e estava disponível dia e noite para essas funções.

O trabalho não era assalariado, e eu ganhava, segundo afirmavam os primeiros patrões, um “*valor simbólico*”, ou seja, recebia em troca de trabalho: lugar para dormir, roupas usadas e alimentação. Liberavam-me para estudar, o que não era uma regra, pois conheci muitas outras adolescentes que sequer frequentavam a escola.

Uma posição distinta da nossa é a apresentada por (FONSECA, 2002).

Assim, a circulação de crianças deveria ser vista enquanto um aspecto de organização diferenciada e não de “desorganização familiar”: nem mero resquício do passado, nem necessariamente augúrio do futuro, a circulação de crianças, tal como a descrevo, seria apenas uma entre várias normalidades possíveis entre práticas familiares na sociedade complexa atual. (FONSECA, 2002, p. 56)

Sobre o fenômeno de circulação de crianças, discordamos da autora (FONSECA, 2002), no que se refere a alguns aspectos, pois existem contradições no fenômeno, que sim estão estabelecidos a partir de uma desagregação parental e o mais preocupante é o que de forma cruel mostra o “trânsito” de muitas meninas adolescentes no Pará. Assim, tal afirmação desconsidera os meandros do trabalho infantil e seus efeitos sobre milhares de crianças ao serem inseridas ainda quando meninas no trabalho doméstico.

Minha passagem pelo trabalho doméstico infantil durou aproximadamente uns sete anos. Completei a maioridade nas casas dos patrões<sup>6</sup>. Dividia meu tempo entre a escola e o trabalho. Por conta das longas jornadas de trabalho, dos serviços pesados e do cansaço que eu acumulava sem folgas semanais, fui obrigada a me matricular à noite em uma escola próxima ao trabalho participando do programa de aceleração do aprendizado de Jovens e Adultos. Lá concluí o ensino fundamental e o médio. Lembro-me que eu tive que apresentar na escola um documento assinado pelos patrões se responsabilizando para que eu pudesse estudar no período noturno.

No Pará, trabalhei como empregada doméstica em umas três casas com diferentes famílias e, em todas elas, o meu trabalho não era assalariado e ninguém assinou a minha carteira de trabalho. As condições de trabalho eram precárias, não possuía horário de trabalho estabelecido. Eu tinha folga apenas de 15 em 15 dias. Os utensílios que usava para me alimentar eram separados dos usados pelos donos da casa e a minha comida era diferente da que eu cozinhava para as famílias. A reflexão dessa condição me fez

---

<sup>6</sup>Ver sobre o tema do trabalho doméstico infantil a premiada pesquisa de CAL, Danila Gentil Rodriguez. Configuração Política e Relações de Poder no trabalho Infantil Doméstico: tensões nos discursos dos *media* e de trabalhadoras. In: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2014.

concordar, por exemplo, com Brites, ao apresentar a grande estratificação social presente nesse meio de trabalho:

Na própria realização das tarefas de cuidado e manutenção das casas e das pessoas – desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora da parentela dos empregadores. (BRITES, 2007 p, 93)

Um dos aspectos mais dolorosos durante o tempo que trabalhei como empregada doméstica foi a ausência de momentos externos de sociabilidade, principalmente de lazer e ludicidade. Minhas horas eram todas ocupadas nos trabalhos da casa eu não podia levar ninguém onde morava; não conseguia fazer amigos; não tinha convivência com outras pessoas a não ser a família com quem trabalhava. Tratavam-me hora como uma serviçal, hora como um “*familiar de segunda categoria*”. Se, na época, tal situação me era incompreensível, hoje eu vejo essa oscilação como uma grande contradição, pois quando lhes era conveniente, diante de visitas, eu era a serviçal, já na hora de discutir questões sobre o trabalho, aumento salarial, assinatura da carteira de trabalho, eu era alguém da família, logo teria que compreender as “*dificuldades financeiras*” a qual passavam os patrões.

Em todas essas casas que passei nada era mais constrangedor e humilhante do que os quartos de empregadas, ou seja, as “*mini senzalas*” que eram reservados para que eu dormisse. Por onde passei todos eram minúsculos. A medida do quarto era de 1,5 metro de largura e 1 de metros de comprimento, sem nenhuma ventilação. Não havia janelas, nem respirador. Além disso, tinha que dividir o cubículo com tábuas de passar roupa, cortinas e outros objetos. Era uma dispensa/quarto,

Os maus tratos eram constantes, desde ouvir de patrões que o filho deles estava esperando ter a primeira relação sexual com a empregada e que eu não me preocupasse se “*rolasse gravidez*”, pois eles assumiriam a criança como se fosse filho deles. Esta conversa foi dita em um dos muitos almoços de domingo com um ar de normalidade que só poderia sair de quem ocupa o lugar de poder – a patroa.

Lembro que certa vez, eu estava lavando louças e o filho de uma de minhas patroas de “*classe média*”, *advogada de profissão*, me deu um empurrão que caí no chão. No calor do momento da brutal agressão fiquei enfurecida e retruquei na mesma moeda: dei-lhe um empurrão que o garoto de 13 anos parou em cima de uma estante. Chorando, o garoto olhava para mim e dizia que iria contar pra sua mãe que eu o bati. Eu lhe disse que tudo bem, mas que antes eu contaria o porquê de minha atitude. Defendi-me, mas a

sensação de impotência era enorme eram dias como este da agressão que faziam com que eu desprezasse a ocupação no emprego doméstico. Neste dia nada aconteceu, ele resolveu não contar nada.

Nesta mesma casa pude infelizmente vivenciar o terror que é o assédio sexual vindo do dono da casa, o patrão. A esposa saía para o trabalho e o marido ficava em casa. Enquanto eu cuidava dos afazeres domésticos, fui interrompida com o chamado do patrão. Ao chegar e verificar o que desejava, ele virou e me mostrando um pote de hidratante me disse: “*estou com a perna (coxa) machucada do futebol, você poderia massageá-la pra mim?*”. Fiquei perplexa com a audácia do sujeito e respondi que não estava ali para desempenhar este tipo de trabalho e que não ficaria trabalhando ali nem mais um instante. Não preciso dizer que a sua reação foi dizer que eu o compreendi as coisas de maneira errada, que não era a intenção dele me ofender.

Saí desta casa sem nenhum direito e com um profundo sentimento de que esse tipo de comportamento com as empregadas domésticas era, infelizmente, corriqueiro. Lembrava-me dos casos de violência que escutava nas rodas de conversas com outras empregadas que me contavam a maneira desrespeitosa com que eram tratadas por patrões homens, sobre os olhares maliciosos que tinham de desviar para manter-se no trabalho. Acredito que esta questão ainda é pouco pesquisada pela academia, uma vez que é um lugar de muitas violências sofridas por muitas empregadas e não ditas pelas mesmas por medo de expor algo tão pessoal, mas a realidade nos instrui a enfrentar esses abusos.

Apesar das inúmeras dificuldades, consegui completar o ensino médio no ano de 2004. Sai da casa onde morava e trabalhava e fui me arriscar no aluguel, pois minha família continuava no interior do Estado. Na tentativa de sair da ocupação degradante que é o emprego doméstico. Fiz matrícula em um curso de informática, pois só *assim estaria “apta ao mercado de trabalho”*. Pura falácia, não conseguia emprego fixo, fiz inúmeros bicos, caixa de supermercado, babá, atendente de lojas, vendedora. Os desfechos se repetiam: assim que terminava os três meses de experiência me mandavam embora.

O ano inteiro de 2005 estive desempregada, e os únicos trabalhos que apareciam eram temporários ou bicos. Com dificuldades de pagar o aluguel tive que aceitar o generoso ato de solidariedade de um amigo. A proposta era morar em sua vila de quartos na periferia de Belém. Só havia uma questão colocada por meu amigo: “O

*quartinho não possui banheiro*“. Aceitei sua proposta e me mudei, minha irmã, que também estava na capital trabalhando como doméstica e morava no trabalho, resolveu sair do trabalho e morar comigo para tentar outra ocupação.

Fomos morar juntas. Passamos muitas dificuldades, mas tínhamos que tentar quebrar o ciclo do trabalho doméstico. Era uma tarefa difícil, pois não arranjávamos trabalho fixo. Até que, em 2006 uma conhecida que morava e trabalhava como doméstica na cidade do Rio de Janeiro em conversa com sua irmã perguntou sobre mim. Não éramos amigas, nos conhecemos quando a mesma estava de passagem pelo Pará, nesta época fomos apresentadas uma à outra. Essa conhecida relatou a sua irmã que uma família vizinha a que ela trabalhava pediu que indicasse uma doméstica. No mesmo instante ela entrou em contato com sua irmã e disse que pensou em mim para esta função. Já que estava sem trabalho resolvi aceitar a proposta.

Por telefone entrei em contato com a família que queria contratar uma empregada. Eram duas irmãs mineiras e uma criança de 9 anos. Disseram-me que pagariam a minha passagem, assinariam a carteira de trabalho, trabalharia de segunda-feira à sexta-feira e que teria duas semanas para me organizar e viajar para o Rio de Janeiro.

Essa foi à primeira proposta de trabalho com carteira assinada que eu recebi durante anos trabalhando de empregada doméstica. Pensei rápido na possibilidade e viajei até a casa de minha mãe no interior para informá-la que aceitaria o trabalho. Na época eu estava com 20 anos de idade. Minha mãe se assustou com a notícia. Chorou, disse para que eu não viajasse para o Rio, pois via pela televisão que era uma cidade muito violenta. Em meio ao medo e a vontade de conseguir conquistar algo, arrumei minhas malas e me despedi de minha família e de minha irmã que ficara no *quartinho sem banheiro*.

Na madrugada do dia 6 de Agosto de 2006, estava a caminho de uma possibilidade de carteira assinada como doméstica na cidade do Rio de Janeiro. Gostaria de registrar que nunca havia saído do Estado do Pará e muito menos viajado de avião. Durante o caminho para o aeroporto senti um turbilhão de sentimentos, um misto de medo, desespero e insegurança do que estaria por vir.

Como seriam as pessoas? Será que eu me adaptaria? Não consegui nem cochilar durante a viagem. Sentia muita tristeza em ter que deixar minha família, meus amigos, minhas referências. Foi com estes sentimentos que cheguei à *“cidade maravilhosa”*. Nem em meus sonhos mais loucos imaginaria que poderia morar no Rio de Janeiro. As

duas irmãs (minhas patroas) foram me buscar no aeroporto do Galeão. Cheguei às 5:30 da manhã, a cidade estava cinzenta. Mais tarde, ao sentir o ar cortar os vasos sanguíneos do meu nariz, descobri, da pior forma, que Agosto é um dos meses mais frio na cidade, ou seja, era inverno, estação antes nunca vista no Pará onde o verão é praticamente contínuo. A família morava na Tijuca. Uma delas ocupava o cargo de executiva de uma grande empresa de crédito e a outra era administradora.

Desenvolvia todos os serviços domésticos, passava roupa, cozinhava, lavava e ainda cuidava da criança de nove anos a qual levava e buscava na escola e ajudava a fazer as lições de casa. O quarto onde dormia também era minúsculo e eu o dividia com vassouras e artigos de limpeza. A minha impressão era de que sempre estava trabalhando. Ainda nos primeiros meses, começaram a surgir alguns conflitos, pois o trabalho de faxinas era exaustivo e isso sem dizer nas tarefas que eu tinha de cumprir com a menina. Eu estava triste e cansada.

Os conflitos com as patroas eram, essencialmente, sobre o horário de chegada em sua casa. Sentia-me muito triste, chorava diariamente com saudades de casa, não estava habituada à cidade; as pessoas eram muito diferentes; os costumes; as comidas. Fiz amizades com os outros *serviçais* do prédio onde trabalhava e mais uns conhecidos da rua onde elas moravam. Às vezes, ficava conversando com algumas pessoas de noite e isto incomodava as patroas. Eu pensava comigo, “*elas querem controlar meu tempo até após o horário de trabalho e isso eu não admitirei*”.

Certa vez cheguei às 22 horas e uma delas me procurou no dia seguinte e disse que na casa dela ninguém chegava nesse horário. Eu respondi que o que fazia com as horas depois do trabalho eram de interesse só meu. Daí ela disse que não dava mais pra eu ficar na casa dela e me despediu. Pagou-me o salário do mês apenas, sem rescisão contratual e disse para que eu saísse de sua casa no prazo de uma semana. O tempo de trabalho nesta casa durou apenas oito meses, a patroa pagou-me os salários que os corresponderam, mas assim que puderam me mandaram embora, sem nenhum direito, alegaram que eu não tinha direito algum.

Fiquei atônita e desesperada com a nova situação de desemprego numa cidade onde eu não sabia nada e não conhecia muitas pessoas. Não procurei meus direitos trabalhistas, pois não fazia ideia por onde começar a buscá-los. Sequer sabia se os possuía, e de fato não se estabeleciam direitos trabalhistas para empregadas domésticas a época, somente alguns anos (sete anos) após este fato entrou em vigor a PEC do

trabalho doméstico que busca regulariza a atividade do emprego doméstico. Trataremos desta legislação mais adiante.

No mesmo ano em que cheguei ao Rio (2006), considerei fortemente a possibilidade de retornar para Belém, pois as condições de trabalho eram péssimas, o isolamento de qualquer chance de contato com membros da minha família, tudo era motivo de tristeza em mim. Mas se retornasse tão breve, isso seria admitir que ter saído de lá havia sido um enorme erro, quando na verdade havia sido uma grande oportunidade. Uma vez que minha saída de Belém foi uma tentativa desesperada de encontrar outras atividades de trabalho, ainda que a oportunidade ofertada no Rio de Janeiro tenha sido o emprego doméstico.

Desta forma, fui despedida e desalojada, juntei minhas poucas coisas e conversei com uma amiga, também doméstica, que me acolheu em um quarto onde ela morava de aluguel no Morro do Cruz (Tijuca). Lá poderia ficar até conseguir outro emprego, essa ação me encheu de esperança para continuar no Rio de Janeiro. No morro encontrei muita solidariedade e histórias iguais a minha. Senti-me acolhida, fiquei por lá uns sete meses. Busquei outros tipos de empregos, mas não tive sucesso. Fazia alguns bicos como passadeira, faxineira, porém nenhum desses serviços resolvia a questão da minha necessidade de moradia.

Mais tarde, depois de uns sete meses morando no morro, consegui outro emprego, também como doméstica, através de uma conhecida no morro, desta vez em Vila Isabel. Era um senhor de 80 anos (viúvo) e sua filha de 40 anos, eram mineiros, além da carteira assinada, havia a possibilidade de morar no local trabalho. As condições de trabalho eram muito próximas as anteriores. Comecei a trabalhar e os patrões assinaram minha carteira de trabalho após uns sete meses do início do trabalho. Minhas folgas eram aos domingos, trabalhava aos sábados e não recebia por ter trabalhado no fim de semana.

O idoso possuía outros filhos que frequentavam a casa do pai aos fins de semana, passavam o dia juntos, reuniam-se para café da manhã e almoços. Nesses dias o trabalho era dobrado e tudo era feito por mim: servir a mesa (eram muitas as louças usadas); preparar os alimentos; retirar a mesa; lavar e guardar a louça, sendo que não recebia nenhum adicional por trabalhar aos domingos. Depois de quatro meses assinaram minha carteira e determinaram o piso salarial nacional, que a época era inferior ao piso salarial do Estado do Rio de Janeiro no caso R\$ 380.00 reais. Eu questioneei se eles poderiam

reajustar ao piso do Estado e logo me disseram que não, pois uma lei nacional era superior a uma lei Estadual.

O apartamento onde a família morava era localizado próximo a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e todas as manhãs que eu saía para ir ao mercado ou padaria passava em frente a esta instituição e ficava impressionada com o entra e sai de pessoas com livros nas mãos. Eu pensei que como havia concluído o ensino médio, poderia tentar estudar. Houve particularmente um fato no novo trabalho que me fez decidir em prestar o vestibular.

Dentre as tarefas domésticas que eu desenvolvia a de lavar os banheiros sempre me deixava pensativa, pois sempre achei que esta situação era de muita pressão e violência simbólica. O senhor era um idoso com frequentes desarranjos intestinais. Às vezes sujava demais o chão, os ladrilhos e eu era quem era obrigada a fazer a limpeza sob os olhares atentos e extremamente exigentes de sua filha. Num destes dias fatídicos tive que refazer a “*tarefa suja*” durante umas três vezes, me senti humilhada e desmerecida. A patroa, com um ar de insatisfeita e arrogante disse-me que aquela tarefa era simples, que eu não estava sabendo fazê-la e que outras mais complexas eu também não teria capacidade de realizar.

A partir deste dia comecei a pensar em estudar, tentar a faculdade pública. Não havia entre meus amigos, ou mesmo parentes, pessoas que tenham ido à faculdade pública. Em nenhum outro momento da vida essa possibilidade em continuar meus estudos tinha aparecido. Resolvi tentar. Um dia pela manhã, ao ir ao mercado avistei uma faixa em frente à Universidade Estadual do Rio Janeiro. Tratava-se de pré-vestibular comunitário, um curso preparatório para os exames de acesso ao ensino superior, que funcionava dentro do SINTUPERJ onde estava aberta a seleção.

Inscrevi-me no processo seletivo e esperei ser chamada. Por conta da grande procura por vaga naquele ano a forma de seleção mudou e o que contaria mais seria a entrevista social. Fui chamada para fazer a entrevista e ao fim recebi a notícia de que havia sido selecionada para o período noturno, por conta do meu horário do trabalho.

Assim, minha nova rotina se dividia entre o trabalho durante o dia e o estudo durante a noite de segunda à sexta- feira. Esse novo cotidiano era um misto de cansaço e estímulo a aprender. Conheci tantas pessoas com realidades parecidas com a minha; pessoas que vinham de uma condição de trabalho subalternizado ou mesmo que estava

há muitos anos sem estudar e acreditavam que o estudo seria um caminho para melhorarem suas condições de vida.

Com o cotidiano duro dos trabalhos domésticos pesados, não me sobrava muito tempo pra me dedicar aos estudos, mas mesmo assim, frequentava assiduamente as aulas. Próximo das provas das principais universidades públicas do Rio de Janeiro as aulas se intensificaram e uma questão conflituosa surgiu no trabalho: as aulas se estenderiam aos sábados. Tentei conversar com meus patrões para que me liberassem aos sábados, mas os dois me disseram que não poderiam, pois não haveria quem fizesse o almoço.

No momento pensei em abrir mão de ir às aulas aos sábados, só que num ímpeto dei a seguinte resposta: *“Não irei abrir mão de estudar para cozinhar pra vocês em pleno fim de semana e ainda por cima sem receber nada por isso. Irei às aulas aos sábados e se vocês quiserem me mandar embora fiquem a vontade.”* A decisão que eu tomara me expunha ao desemprego iminente, mas mesmo assim me permiti dizer o óbvio. Após essa minha declaração os dois disseram que iriam me *“liberar”* aos sábados até as provas.

Aos sábados acordava umas 05:30 da manhã, revia os exercícios das aulas, esboçava algumas respostas e saía às 07:00 horas para a aula que começava às 08:30 e durava o dia inteiro. Minha alimentação do dia se resumia a sanduiches. No domingo, o cansaço era tanto que eu dormia direto até às 05:00 da tarde e ficava algumas vezes sem almoço, pois os patrões acreditavam que minha alimentação não era uma obrigação deles, já que eu não estava trabalhando.

No ano de 2008 fiz inscrição para dois processos seletivos, o vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O curso que escolhi fazer nas duas universidades foi Serviço Social. A escolha deste curso se deu por algumas situações que aconteceram durante minha chegada e permanência no pré-vestibular comunitário da UERJ ligado ao sindicato SINTUPERJ. Na aula inaugural do cursinho vivi uma situação curiosa, após a palestra de um importante comunicador da USP, no momento aberto para o debate fiz uma questão para o palestrante se havia diferença entre a universidade pública e a universidade privada, algo sobre formação, o mesmo respondeu entusiasmado que sim havia diferença entre as duas e que as universidades públicas se diferenciavam principalmente por seu caráter público e o tripé da educação (ensino, pesquisa e extensão).

Após o término da aula, alguns senhores barbudos me interpelaram e perguntaram se eu era jornalista, respondi que não, pois estava ainda no pré-vestibular. Eles disseram para que eu não fizesse comunicação, pois os mesmos eram jornalistas e que a carreira de jornalista não era a melhor, e indicaram para que procurar saber sobre o Serviço Social, pois lá seria o último refúgio dos marxistas que valiam a pena. Sorri e disse que sim, e, mesmo sem saber o que era ser marxista, isto me despertou a curiosidade.

Atrrelado a este fato está o interesse que eu tinha em ler questões sobre política, história, economia e a relação com a sociedade. Conheci os pais de uma amiga do pré-vestibular, ambos assistentes sociais, formados pela UFRJ, tive inúmeras conversas com eles sobre área de atuação, debates sobre a profissão e assim pude de fato fazer uma escolha acertada do curso. Os resultados dos vestibulares saíram. Na UERJ fui selecionada para a 1ª fase e não consegui passar para a 2ª fase. Na UFRJ passei nas reclassificações para o curso que queria. A princípio nem acreditava que havia conseguido passar para a UFRJ, que tinha a fama de ter o processo seletivo mais difícil.

No meio da euforia de comemorar tal façanha inusitada pensei: *“E agora como farei, trabalharei de dia como doméstica e estudarei a noite na UFRJ?”* Era um dilema: enfrentar o trabalho cansativo e arranjar tempo necessário pra cursar uma universidade. Assim que comuniquei aos patrões sobre a vaga na universidade, alguns membros da família comemoraram; a filha do patrão disse no dia: *“Vou mandar um e-mail para os meus irmãos para avisar que temos um novo membro da família na universidade.”* Esta filha do patrão ficou entusiasmada, quis se informar sobre como eu faria para me manter na universidade. Em uma conversa comigo sugeriu que eu fizesse minha inscrição no processo seletivo para concorrer uma vaga na moradia estudantil da UFRJ, disse-me que seu irmão mais velho havia morado no alojamento da universidade na década de 70. Desta forma, me inscrevi sozinha para a seleção e fiquei aguardando o resultado.

Eu estava feliz e tensa. Entrei em contato com minha mãe para contar a novidade. Há exatamente três anos não a visitava. O salário que eu recebia era dividido para o meu sustento e mandava uma parte para ajudar minha mãe, que estava desempregada. Minha mãe, compreende pouco o significado dos estudos, ainda sim respondeu bem a notícia que eu lhe dera, e me respondeu: *“Que bom filha”*. Ela é semianalfabeta, aprendeu com muita dificuldade a assinar seu nome, mas sempre prezou em ainda que com dificuldades garantir nossa permanência na escola, lembro-me que quando tinha uns seis anos, minha mãe me colocou em um explicador para que eu aprendesse a ler.

Ainda na espera do resultado da seleção da moradia da universidade, decidi sair do trabalho. Foi a mais difícil e desejada escolha que tive que fazer. Pedi demissão e assinei um contrato de rescisão. Com o dinheiro, algo em torno de uns R\$ 600,00 reais, referente ao tempo que trabalhei de dois anos, consegui comprar as passagens pra ir até o Pará e visitar minha mãe antes de começar. Minha mãe recebeu-me com alegria. Como já mencionei, há três anos que não a via. Conversei com ela e disse-lhe que ficaria mais 5 anos no Rio de Janeiro estudando.

O resultado da seleção para a residência universitária da UFRJ foi positivo e essa foi a melhor notícia. Eu digo que até mais importante do que a notícia de ter conseguido uma vaga na universidade, visto que essa não existiria sem aquela. Comecei a estudar no 2º semestre de 2009. Levei meus pertences para a moradia estudantil. Era a materialização da minha liberdade, a primeira das liberdades é que poderia estudar e ter um lugar onde morar. Os estudantes da moradia recebem junto com o quarto uma quantia de R\$ 400,00 reais para a permanência na universidade.

No entanto, eram muitas as dificuldades para a me manter estudando, o Rio de Janeiro é uma cidade com o custo de vida alto e no começo este valor recebido não dava pra eu me sustentar, comprar livros, roupas e alimentação, então, por um semestre, ainda tinha que fazer faxinas esporádicas, e trabalhar de babá folguista aos fins de semana para complementar esta renda já que minha família não teria condições de me auxiliar com ajuda financeira.

Esta realidade mudou, pois após o primeiro semestre tive a oportunidade de participar da extensão universitária, o que fez com que eu acumulasse mais uma bolsa. Desde então não fiz mais faxinas em casa de família. Essa minha decisão foi permeada por um grande desejo de vivenciar os espaços da universidade, dessa forma foi uma escolha política que me impus. Decidi estudar e vivenciar essa realidade tão nova e cheia de possibilidades que se abria. Gostaria de dizer que hoje estou certa de que essa realidade não poderia ser verdade para mim se a Universidade não tivesse política de assistência aos estudantes.

Essa escolha em estudar, me proporcionou participar do Movimento Nacional de Casas Estudantis, do Movimento Estudantil da área do Serviço Social (MESS), do Movimento Estudantil Geral e do Centro Acadêmico. Vivenciei a universidade participando de seminários, debates e grupos de estudos. Tal vivência me fez perceber o

quanto a realidade de milhares de trabalhadores e hoje estão afastados da possibilidade de acesso ao ensino superior.

Penso que essa distância não deveria existir, não só pela necessidade dos trabalhadores terem acesso ao latifúndio do saber com o objetivo de subverter a ordem do produtivismo anêmico da academia. Mas é, sobretudo, tomar de assalto este lugar tão caro aos milhares de trabalhadores urbanos e rurais brasileiros, e com isso também oxigenar a academia.

Esta longa narrativa poderia ter sido elaborada por algumas centenas de outras mulheres negras e pardas e indígenas que constitui a maioria no trabalho doméstico no Brasil, mas não é essa realidade, pois as inúmeras contradições de classe, gênero e raça historicamente referenciadas as impedem.

Conforme constatei pela minha vivência, as condições objetivas para que estas trabalhadoras domésticas consigam manter-se estudando é quase uma tarefa impossível, pois tais possibilidades não são socialmente disponibilizadas. A necessidade de investigação desta realidade sobre o trabalho doméstico é compreendido por nós como urgente, pois quantas outras centenas de potenciais universitárias estão gastando sua juventude nos mais precários serviços com condições deploráveis análogas à escravidão.

## **Capítulo 2: Empregadas domésticas universitárias e condições de trabalho: acesso e negação aos direitos trabalhistas**

A possibilidade de apropriação do mundo do trabalho com os direitos historicamente conquistados por outros seguimentos da classe trabalhadora não se colocava a esta categoria das trabalhadoras domésticas até meandros de 2013. No entanto, à medida que uma nova lei reposiciona o trabalho doméstico entre os milhares de atividades laborais desenvolvidas por trabalhadores, incomoda um grupo social, herdeiro de uma herança servilista, acostumado a ter sempre alguém a lhes servir. Essa herança tem suas raízes históricas no capitalismo tardio atrelado ao regime escravista oficial vivenciado no Brasil de 1500 até 1822.

Tal regime desenvolveu uma cultura da servidão que mesmo nos dias atuais permanece presente. Isto se estende a forma de entender a própria arquitetura de um apartamento urbano de dita “*classe média*”. Nos mesmos nós encontramos duas entradas: uma social e a outra de serviço. A social é reservada aos proprietários da casa e a de serviço usada por quem desenvolve algum serviço à família. Os cômodos dos apartamentos urbanos revivem segundo alguns estudiosos da arquitetura, a estrutura da Casa Grande, pois remontam o espaço da Casa Grande e da Senzala, sendo o quarto da empregada similar a uma “*mini senzala*”. O lugar separado do restante da casa e localizado depois dos espaços de serviços.

O cenário da realidade conflituosa entre empregadas domésticas e os patrões no Brasil é didática no sentido em que desmistificam a falácia da existência da democracia racial, ideologia defendida por Gilberto Freire em uma de suas mais importantes obras intitulada ‘Casa Grande Senzala’. Na mesma o autor busca a partir de formulações sobre a mestiçagem ser nossa maior qualidade e a formação social brasileira ter sido estruturado na democracia racial. Ou seja, neste conjunto de relações que envolvia entre outras questões a escravização dos povos africanos e indígenas, havia uma harmonização cultural, social e econômica, principalmente entre senhor e escravo.

Deste modo, a democracia racial foi usada como argumento ideológico das classes dominantes para ocultar as relações de poder vigentes a época, e que perdura até nossos dias, tal como nas relações entre empregadas domésticas e patroas. Nesse sentido a frase comumente dita “*minha empregada é quase da família*” pertence ao mote necessidade

latente de retomada da teoria da democracia racial pelas classes que se perpetuam no poder.

É importante salientar que tal teoria agia em consonância com o imperativo de modernização do País em termos econômicos e institucionais, que visava tirar o Brasil do atraso, e para isso seria possível abolir a escravidão, pois a população negra antes escravizada pós-abolição, estaria completamente emancipada e inserida na modernização latente.

O que de fato não ocorreu, pois as contradições sociais e raciais na sociedade competitiva modernizada que surgia na medida em que as estruturas arcaicas que impediam o avanço institucional se mantiveram. Aliadas ao atraso no que diz respeito à questão das relações sociais e raciais no Brasil, assim se constituindo numa modernização sem a transformação social e racial. Configurada pela via prussiana clássica, de cima para baixo.

Para Ianni (1988), na formação social que substituiu o escravismo pelo capitalismo dependente, a estrutura econômica e ideológica permanece a mesma. Portanto o escravo que ganhou a “liberdade” e em muitos casos sofreu condições piores que antes, posto que já não possuía sua sobrevivência garantida pelo seu senhor e teria que competir no mercado de trabalho com o branco em situação de desvantagens, visto que é considerado inferior e menos capaz:

O negro cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é juridicamente escravo. Foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livres, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original. É o escravo que ganhou liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica. (IANNI, 1988, P.239)

Como podemos observar, ao contrário do que o pensamento da época propagou, o negro não formou o proletariado nascente nas cidades, mas ficou a margem como exigia o modo de produção capitalista dependente brasileiro, ocupando os postos de serviços precarizados para sua sobrevivência nas grandes cidades tal como o emprego doméstico ocupação das mulheres e homens negros pós-abolição. A maioria destes trabalhadores é composta por mulheres negras e pardas, pertencentes ao seguimento de classe que historicamente foi subalternizado e resumido a corpos forçados ao trabalho servil.

Sendo assim, neste capítulo, relacionamos estudos e referências bibliográficas a respeito da relação que se estabelece entre trabalhadoras domésticas universitárias

presentes na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de Serviço Social e suas condições de trabalho. Para buscarmos elementos para análises de tais inquietações, foi criado e aplicado um formulário descritivo aberto, tal como um termo de autorização de uso dos dados (em anexo), informando-as do direito ao sigilo, em que os nomes das trabalhadoras foram trocados para que suas identidades sejam preservadas.

Para o nossa pesquisa contamos com a amostra de cinco estudantes de Serviço Social que desenvolvem a atividade do emprego doméstico. Nossa busca se deu entre as estudantes em uma procura a partir de conversas informais com pessoas que conheceram e indicaram as entrevistadas. Para nosso universo amostral encontramos duas empregadas domésticas que nos indicaram outras três colegas de curso que também trabalhavam como empregadas. A partir disso fizemos o convite à participação da pesquisa e as cinco trabalhadoras concordaram em participar.

## **2.1 - O perfil das trabalhadoras domésticas presentes no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Optamos, neste primeiro momento em fazer a análise das respostas obtidas a partir de questões respondidas pelas trabalhadoras em um formulário que lhes enviamos por e-mail. Tal formulário foi dividido em quatro eixos, destacando sempre a relação direta que se estabelece das empregadas domésticas estarem presentes no ambiente universitário, confrontando as respostas obtidas com a dinâmica da sociedade capitalista e seu desenvolvimento tardio na sociedade brasileira.

No que diz respeito ao perfil destas estudantes trabalhadoras, podemos obter os seguintes dados como a faixa etária das empregadas domésticas. Entre as cinco entrevistadas este número varia de 30 a 43 anos. Este dado nos permite averiguar o quão tardio é o ingresso destas mulheres na universidade quando comparado à média de idade dos ingressantes nas universidades públicas brasileiras que segundo estudos feitos pelo IBGE (2009), é entre 18 a 24 anos.

Neste sentido, estas mulheres estão no mínimo seis anos em atraso no que diz respeito à média de idade de ingresso na universidade pública. Tais dados corroboram com a realidade em que está inserida a maioria de trabalhadoras domésticas no país, expondo o baixo nível de escolaridade e sua formação tardia. Os dados do IBGE (2006) sobre o perfil dos trabalhadores domésticos nos mostra que a proporção de pessoas com

menos 8 anos de estudo, ou seja, que não completaram o ensino fundamental atingiu 64%. Tal realidade somada à necessidade do trabalho e a inflexibilidade nos horários de trabalho resulta cada vez mais em distância do ingresso das universidades públicas, embora este número tenha diminuído segundo recentes estudos recentes.

Tais estudos mostram que a faixa etária das mulheres que ocupam esta profissão vem sofrendo transformações com o decorrer dos anos, como nos mostra uma pesquisa feita pelo IBGE (2011) e elaborada pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (DIEESE 2013). Nesta pesquisa é observado que o maior percentual de ocupação destes postos de trabalho era ocupado por mulheres de 30 a 39 anos de idade (27,2%), em 2004, na medida em que no ano de 2011, a maior parcela destas trabalhadoras estava na faixa etária de 40 a 49 anos (28,5%). Ainda nesta amostra é apontado o crescente percentual de mulheres no trabalho doméstico com 50 anos ou mais sendo que este número sofreu um crescimento, passou de 13,7% em 2004, para 21,9% em 2011.

Observam-se mudanças ocorridas no que diz respeito ao aumento de mulheres mais velhas no trabalho doméstico e redução da proporção de mulheres mais jovens nesta atividade, com o percentual passando de 61,1% para 3,9% para aquelas de idade de 10 a 17 anos. Esta mudança é fruto de lutas sociais importantes no que diz respeito à luta contra o trabalho infantil. Tal resultado é encorajador para que se siga a lutar por sua total erradicação, e de 16, 8% para 9,3% entre 18 e 24 anos, nos anos que vão de 2004 a 2011. Estes dados indicam que as mulheres mais jovens estão buscando outras formas de inserção no mercado de trabalho.

Outra causa que pode ser apresentada para compreender a mudança no perfil deste seguimento é o aumento da escolaridade destas jovens egressas do setor, na busca de cargos e salários mais valorizados. Desta forma fica evidente um envelhecimento da categoria, uma vez que para estas mulheres com mais de 50 anos de idade as possibilidades de inserção no mundo do trabalho que se diferencie do trabalho doméstico se torna mais difícil, isso se agrava quando essas mulheres possuem nível de escolaridade baixo, para Dieese:

Essa mudança de perfil pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o aumento do nível de escolaridade das jovens, o que possibilita a busca por ocupações mais valorizadas socialmente, com melhores remunerações e mais formalizadas que o trabalho doméstico. (DIEESE, 2013, P 07.)

Pode-se aferir a respeito do quesito escolaridade que grande parte do número de empregadas domésticas possui apenas o ensino fundamental incompleto, como já mencionado anteriormente, isto equivale dizer que este seguimento é alfabetizado sem escolarização, apresentando um percentual que chega a ser de 48,9% em 2011. Houve também aumento do número de trabalhadoras com o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto (23,1%). De uma forma geral os dados apresentados pelo DIEESE mostram a melhoria no desenvolvimento escolar da população brasileira, e este resultado também alcança as trabalhadoras domésticas.

Entre o ano de 2004 e 2011, a proporção de domésticas com o ensino fundamental completo e médio completo aumentou de 20,4% para 23,1%. Nesta amostra o maior aumento (7,7%) foi registrado entre domésticas ocupadas como ensino médio completo ou ensino superior incompleto na mesma época. O possível aumento de escolaridade permite que estas trabalhadoras migrem para outros setores de trabalho (como babá, cuidadora, acompanhante e outras). Esta mudança no nível de escolaridade das mulheres altera o número de trabalhadoras ocupadas no setor do trabalho doméstico. Quando analisamos a relação entre escolaridade e faixa etária. Percebe-se que entre as mulheres mais velhas (acima de 60 anos) concentram-se as maiores proporções de ocupadas analfabetas e com o ensino fundamental incompleto.

A razão para esta realidade difícil dessas senhoras pode ser por conta da dificuldade que esta geração tenha encontrado para estudar e se qualificar profissionalmente. No ano de 2011 o nível de analfabetismo era de 19,5% para as ocupadas entre 60 e 64 anos e em 24,6% para aquelas com 65 anos e mais. Nossas mães e avós ocupam esses cargos.

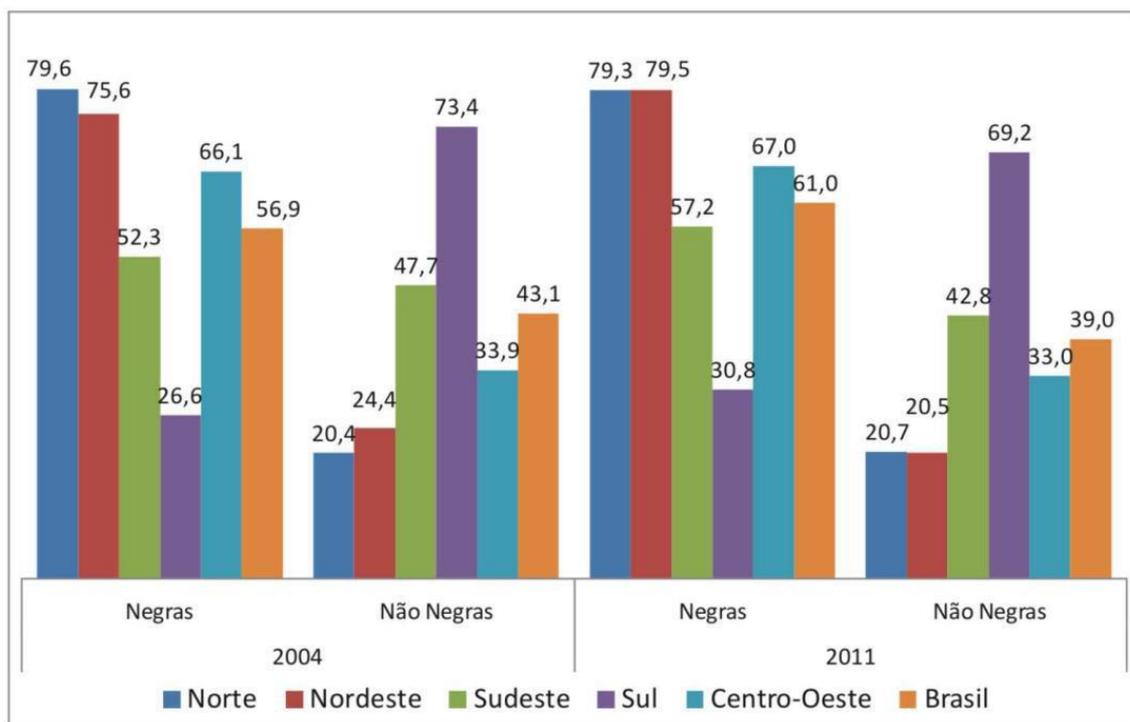
Assim a tendência do trabalho doméstico no Brasil é decrescer, em proporcionalidade, em relação à faixa etária e por último em números absolutos, uma vez que a categoria perde um número significativo de força de trabalho jovem a partir do aumento do grau de escolarização dessas trabalhadoras e a migração para novas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. De outro lado temos o crescimento de mulheres com faixas etárias elevadas nessa ocupação, mulheres sem escolarização e sem muitas perspectivas para continuarem seus estudos, visto que a maioria delas é analfabeta e permanecem no trabalho doméstico, sem terem acesso a outras possibilidades.

Outro aspecto relevante para este estudo trata-se da questão de gênero, visto que as entrevistadas da nossa pesquisa são mulheres. Neste sentido, em pesquisa do IBGE (2011), do total da população economicamente ativa ocupada de ambos os sexos em 2011, 7,1% eram trabalhadores domésticos, homens e mulheres. Dos quase 6,7 milhões de trabalhadores domésticos do país, destaca-se o fato das mulheres corresponderem a 92,6% da força de trabalho empregada neste setor. O desenvolvimento dos afazeres domésticos, nesta sociedade capitalista, como já mencionado anteriormente, está intrinsecamente relacionado às heranças que o patriarcado impõe de forma escancarada ao conjunto de mulheres, uma vez que este exercício do cuidado nesta sociedade machista é terceirizado e imposto ao gênero feminino. A precarização do trabalho tem rosto de mulher, possui um recorte de étnico racial, ela é negra, parda e indígena. Tais questões são resquícios recentes de um sistema escravista onde está alicerçado o emprego doméstico.

Desta forma, tal ocupação ainda permanece como uma das principais formas de inserção de mulheres, negras, indígenas, nordestinas pobres e de baixa escolaridade e sem qualificação profissional, no mercado de trabalho. Um dos eixos de estratificação social que pode ser observado é fato destas mulheres receberem os menores salários em relação aos homens que desenvolvem tarefas no setor de doméstico (motoristas, porteiros, caseiro), estes homens não desenvolvem tarefas de forma contínua no interior das casas como lavar, cozinhar, limpar, tais tarefas são destinadas às mulheres. O lugar do público é reservado ao homem, já o privado da casa dos empregadores, às mulheres.

Tal realidade também fica evidente entre as mulheres pesquisadas quando questionamos sobre suas identidades étnicas, das cinco mulheres, três declararam-se pardas e duas negras. A questão racial perpassa o trabalho doméstico como uma espinha dorsal. Do total de mulheres, 38,4% das trabalhadoras eram brancas e 61,0% e negras e pardas. O recorte de racial se coloca como um dos principais elementos que constituem o maior número de trabalhadoras domésticas, como nos mostram os dados a seguir:

**GRÁFICO 1**  
**Distribuição das mulheres ocupadas nos serviços domésticos por cor/raça**  
**Brasil 2004 e 2011 (em %)**



Podemos constatar que as trabalhadoras domésticas negras e pardas e indígenas estão em maior número do que as brancas. No sudeste, região onde estão as trabalhadoras que entrevistamos, por exemplo, para cada 100 empregadas domésticas que se declararam brancas, outras 177 declaram-se negras ou pardas, este é um dos estados brasileiros onde o número de trabalhadoras negras e pardas é maior.

No que diz respeito ao rendimento médio no emprego doméstico, segundo estudos do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER 2013) as mulheres ocupadas no serviço doméstico, pretas e pardas eram o contingente que auferiam os menores rendimentos, semelhante ao que acontece com mulheres deste grupo étnico em todas as demais ocupações.

Este dado é didático no sentido que revela a relação de subjugadas que enfrentam as mulheres pertencentes a este grupo étnico racial, pois em várias outras ocupações as mesmas continuam a possuir os menores salários. Para Laeser (2013): “*Em 2011 o rendimento de pretas e pardas era de R\$ 461,58. As empregadas domésticas brancas recebiam, na mesma época, R\$ 536, 37*”. Logo, acreditamos que as desigualdades sociais estão intrinsecamente relacionadas à desigualdade econômica as quais são submetidos à categoria das trabalhadoras domésticas.

Neste sentido, na tentativa de compreendermos as trajetórias que tiveram as cinco empregadas domésticas selecionadas para este trabalho de conclusão de curso, questionamos acerca de seus lugares de origem, tal como o de suas famílias. Duas trabalhadoras, neste caso Maria de 43 anos e Regina de 37anos, que nos afirmaram que a origem de suas famílias é do nordeste brasileiro, sendo uma de Ilhéus-Bahia e outra do Rio Grande do Norte, as duas residem há anos no Rio de Janeiro. Regina mora em uma das maiores favelas da América latina situada na zona sul da cidade que é a favela da Rocinha, onde mora com sua mãe, a mesma não possui filhos ou companheiro.

Seguindo as apresentações temos outras três trabalhadoras, que são Rosa, 30 anos, Antônia, 43 anos e Judite de 35 anos. Judite é natural do Rio de Janeiro e mora na zona norte da cidade. Rosa e Antônia são moradoras da Baixada Fluminense tal como suas famílias, especificamente Japeri e Nova Iguaçu. Rosa nos relatou questões importantes acerca da origem de sua família:

*São de negros, ou afrodescendentes pobres. Apagaram a história dos meus antepassados, não tenho como fazer a minha árvore genealógica, pois apagaram a memória dos negros neste país. (Rosa)*

Maria é baiana, mas reside na cidade do Rio de Janeiro e mora especificamente no bairro da zona sul chamado Leblon. Este dado não está errado. Trata-se mesmo de uma trabalhadora doméstica que possui residência em um dos bairros mais elitistas da cidade do Rio de Janeiro. A razão pela qual se justifica uma empregada doméstica possuir um CEP tão cobiçado é a seguinte: trata-se de uma necessidade relacionada à questão de moradia próxima ao trabalho do seu companheiro, que no caso é porteiro há 20 anos no prédio em que eles moram com seus dois filhos. A casa onde a família mora é um conjugado próximo à garagem no subsolo do prédio, com um quarto, sala, cozinha e banheiro.

Questionamos as entrevistadas se as mesmas notavam diferenças entre os bairros em que trabalham e os bairros onde moram ou mesmo se notavam diferença entre suas casas e as casas onde trabalhavam. Todas cinco nos responderam que sim, duas não especificaram quais eram as diferenças. Outras três empregadas domésticas responderam de maneira contundente:

*Sim, muitas. No bairro onde trabalhava não se vê lixo, fezes de animais nas ruas, enquanto onde moro coleta de lixo é coisa rara, há muita sujeira, muitos lugares não tem saneamento básico. (Regina)*

Neste sentido as diferenças entre o local de trabalho e as casas das trabalhadoras não se davam apenas pela falta de coleta de lixo, vejamos as diferenças observadas por Rosa:

*Sim, diferença de classe. O trabalho doméstico sem as leis trabalhista fica muito ligado à servidão. A mucama, o trabalho escravo, lembra muito senzala e Casa Grande. Fora que o que predomina nesta profissão, o perfil são negras e mulheres. Por quê?(Rosa)*

Para a trabalhadora o emprego doméstico sem as leis trabalhistas fica subjugado à escravização, pois não há direitos que proteja estas trabalhadoras, que como bem afirmou a mesma, são em sua maioria composto por negras, pardas e indígenas. Outra empregada nos alerta sobre a diferença do tamanho da casa dos patrões e casa dos empregados domésticos.

*A diferença de bairro não, porém o tamanho da casa é muito diferente. (empregada que mora no prédio onde o marido é porteiro). (Maria)*

Também nos interessa investigar o tempo que cada uma das trabalhadoras gasta em deslocamento de suas casas até o local de trabalho. Das cinco trabalhadoras que entrevistamos, quatro delas disseram que gastam de 1 hora a 3 horas. A trabalhadora oriunda de Japeri faz este percurso todo final de semana, uma vez que hoje está com residência fixa, uma casa alugada que divide junto de um colega de curso, no morro da Babilônia, localizado na zona sul da cidade. A mudança se fez necessária pela proximidade do trabalho e do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maria, empregada doméstica que mora no Leblon disse que gasta por volta de uns dez minutos caminhando, desta forma a trabalhadora não recebe vale transporte porque vai a pé para o trabalho que fica localizado no mesmo bairro. Assim os custos da força de trabalho são diminuídos para o empregador. Ainda os tipos de transportes que as empregadas utilizam para deslocamento até os locais onde trabalham, quatro responderam que os meios de transportes mais usados por elas é o transporte público, no caso, ônibus, metrô ou trem.

A questão da mobilidade urbana se desponta como um dos quesitos importantes a serem analisados neste trabalho uma vez que na cidade do Rio de Janeiro existe um

déficit no que diz respeito ao direito a transporte urbano de caráter público de qualidade e seguro. Segundo os estudos de<sup>7</sup> (MIHESSEN E PERO 2013) na região metropolitana do Rio de Janeiro, os valores dos transportes públicos possuem um elevado peso no orçamento familiar, não apenas isso, mas também tem aumentado o número de trabalhadores que gastam mais de uma hora no trajeto que fazem de suas casas para seus locais de trabalho.

A situação agrava-se mais aos moradores do entorno da capital e para a população de baixa renda, pois a situação da mobilidade urbana no Rio de Janeiro é pior quando comparada a outras regiões, sendo que as diferenças aumentam ao passar do tempo. As trabalhadoras domésticas que nos disseram que gastam mais de uma hora em deslocamento de suas casas para os seus locais de trabalho estão inclusas nesta estatística.

Ao pensarmos no que ficou conhecido na grande mídia burguesa como as jornadas de lutas de junho de 2013, é inevitável que não pensemos nas muitas bandeiras ou mesmo cartazes que faziam parte do cenário junto às grandes multidões descontentes que empunhavam as muitas palavras de ordem. A principal bandeira do movimento de Junho tratou da questão da mobilidade urbana e estampou entre um cartaz e outro palavras de ordem como a questão do não aumento da tarifa dos transportes públicos “*não são apenas R\$ 0.20 centavos*”. Esta palavra de ordem denunciava o despautério do aumento da tarifa do transporte público em quase todas as capitais brasileiras, a cidade do Rio de Janeiro possui uma das tarifas mais caras do país.

O povo que foi visto gritando palavras de ordem contra seus governantes eram muito facilmente identificáveis. No visor da televisão poderíamos contar mulheres, crianças, idosos, homens adultos. Podíamos observar famílias inteiras nas ruas exigindo por mais direitos. Ou melhor, dizendo, gritando para que os direitos constitucionais fossem respeitados e para isto usaram as avenidas, palco desde sempre de ganhos históricos para a classe trabalhadora.

Como já mencionado anteriormente, uma das palavras de ordem era o direito à cidade, tratava-se da reivindicação do direito de ir e vir e mais do direito de acessar o centro da cidade para não apenas trabalhar, mas porque não morar, passear e ter acesso

---

<sup>7</sup> Mihessen, Vitor e Pero, Valéria (2013), “Mobilidade Urbana e Pobreza no Rio de Janeiro”. Revista Econômica da UFF. V.15 N. 02. Pesquisado em 27 de Junho de 2014. Disponível em <http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/view/71/186>

de fato aos grandes centros urbanos sem que isso seja um martírio diário. O uso dos espaços públicos como teatros, cinemas, tal como denunciar os valores exorbitantes para que se tenha acesso à cultura também faz parte da pauta de uma cidade democrática.

Nessa Perspectiva, questionamos as cinco trabalhadoras entrevistadas se as mesmas possuíam acesso a atividades de lazer e cultura, se haviam frequentado o cinema ou teatro. Do total das cinco trabalhadoras. Todas cinco trabalhadoras responderam que haviam frequentado cinemas e teatros, dentre as respostas que obtivemos podemos observar como a questão do acesso a lugares que recebem produções culturais é uma dificuldade para as empregadas domésticas, principalmente por conta da questão dos valores que são cobrados nas bilheterias:

*Sim, teatro, cinema, show, exposição, eventos, mas tudo de baixo custo, pois aproveito promoções. (Judite)*

Nas duas respostas das empregadas podemos observar o quanto que o acesso a atividades de lazer e cultura são delimitadas territorialmente e que este quadro se agrava quando se tratam dos valores a que são oferecidos para população os serviços.

*Sim, gosto de cinema e teatro, apesar de serem caros, mas só vou quando ganho ingresso, a filha da minha patroa é atriz, e sempre me dá ingressos de suas peças. (Regina)*

Neste quesito, gostaríamos de registrar que não questionamos a qualidade ou que frequências estas trabalhadoras possuem ao ter acesso à cultura. O que se coloca como questão, pois como já mencionamos, os serviços que permitem ter este acesso são em sua maioria caros e despreocupados de fato com qualidade do acesso. Cultura e lazer no Brasil deveriam ser estudados de forma mais profunda, uma vez que setores da classe trabalhadora possuem pouco acesso aos equipamentos difusores de cultura .

## **2.2 - Condições de Trabalho**

No que diz respeito às condições de trabalho que estão submetidas empregadas domésticas, a partir de suas falas pudemos obter dados significativos entre as mesmas para esta pesquisa, em sua maioria as questões estão relacionadas à ausência de acesso

aos direitos trabalhistas. A questão da não regulamentação das oito horas de trabalho é um tema que nos coloca diante da realidade dura e sofrida para muitas empregadas domésticas. Lembro-me que na época em que eu morava e trabalhava no mesmo local essa questão era o que mais me incomodava, não havia hora para terminar de trabalhar, quantas vezes eu era obrigada a fazer “*lanches*” para os patrões depois das 22 horas da noite.

Questionamos se as empregadas domésticas entrevistadas possuíam jornada de trabalho de oito horas estabelecida por lei. Entre as cinco entrevistadas apenas uma das trabalhadoras nos disse que sim, seu horário de trabalho era respeitado. Outras quatro nos responderam que não tinham as 8 horas de trabalho, reiteradas na CLT respeitadas, nem mesmo o horário noturno, no caso quando moravam no local de trabalho. Quando questionamos as que trabalhavam e moravam no local de trabalho se seus horários de descanso a noite eram respeitados Antônia, empregada que mora e trabalha no mesmo local nos disse que “*às vezes*” seu horário é respeitado. Rosa nos declarou:

*Quando não trabalhava perto de casa, não era. Trabalhava por horas interruptas de trabalho.*

Ainda neste sentido, questionamos se as trabalhadoras possuíam direitos trabalhistas. Das cinco respostas obtidas, quatro delas disseram não possuir tais direitos. No sentido de apreender o cotidiano de trabalho das empregadas domésticas, perguntamos se elas eram mensalistas ou diaristas e o que as orientou nessa escolha. Das cinco trabalhadoras entrevistadas três eram mensalistas, pois trabalhavam em uma única casa e recebiam salário mensalmente, entre as mensalistas obtive as seguintes falas:

*Por um tempo fui diarista, mas na maior parte do tempo que trabalhei foi como mensalista. (Antônia). E eu era mensalista, não tive orientações. (Rosa)*

Outras duas empregadas trabalhavam como diaristas, ou seja, trabalhavam em mais de uma casa e recebiam valor combinado com as patroas, por faxinas feitas ao dia entre as empregadas domésticas que trabalhavam como diaristas, responderam da seguinte forma:

*Sou diarista, minha escolha se deu após a falta de pagamento do meu INSS por parte do patrão. (Maria)*

Maria nos relata que sua escolha se deu pela falta de pagamento do um direito seu pelo empregador, uma realidade no emprego doméstico. Uma vez que é compreendido entre os empregadores que o recolhimento do INSS é “*opcional*”, ouvi isso de um de meus empregadores.

*Era diarista. A opção por diárias me possibilitaria flexibilidade nos meus horários, se bem que é difícil este tipo de negociação. O exemplo da senhora que reclamou por eu ter curso após o serviço. [...] Cheguei 08 h e ela queria que eu chegasse às 07 h – (Anchieta a Jacarepaguá) da manhã e ainda por cima queria que eu ficasse até às 19hs. Como saí de lá às 17 h ela “azedou”. (Judite)*

A obrigatoriedade do cumprimento das 8 h de trabalho regulamentada para a categoria das trabalhadoras doméstica recentemente (2013) está distante de ser realidade no cotidiano dessas trabalhadoras, uma vez que essa questão fica a cargo muitas vezes do próprio empregador contabilizar o tal do banco de horas, o que dificulta a fiscalização do Ministério do Trabalho.

As jornadas diárias destas trabalhadoras passavam de 12 doze horas por dia sendo que este quadro se agrava quando perguntamos se cuidavam de crianças além de fazer as tarefas do trabalho doméstico entre as cinco entrevistadas, quatro não cuidavam de crianças. Uma nos relatou que “*cuidava de crianças, mas só dormia no mesmo quarto quando os pais saíam*”. A trabalhadora não recebia hora extra, ou seja, após anos da aprovação das leis trabalhistas em 1º de maio de 1934, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo, tais leis entre outras questões, regulam as horas de trabalho, essas mulheres encontram-se desprovidas deste direito histórico fruto de lutas da classe dos milhares de trabalhadores urbanos e rurais.

Foi questionado ainda se as trabalhadoras possuíam filhos, e qual era a sua relação com os seus patrões. Três empregadas não possuem filhos, e duas empregadas disseram possuir filhos, neste caso tivemos as seguintes respostas:

*Sim, possuo uma garotinha e no último trabalho a pessoa (patroa) queria ser madrinha da minha filha. (Rosa)*

A resposta das duas empregadas que possuem filhos, sobre uma possível relação dos mesmos com seus empregadores foram substancialmente diferentes entre si:

*Tenho dois filhos, não existe nenhuma relação entre eles. (Maria)*

A relação entre empregadas e patrões há muito vem sendo estudada por teóricos que compreendem que esta relação é permeada por conflitos históricos que estão imbuídos das relações de gênero, raça/etnia e classe, na medida em que:

[...] Assim como nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre patrões e empregadas domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor. (BRITES, 2007 p, 93)

O quadro de desigualdades em que a maioria das empregadas domésticas brasileiras esta inserida possuem raízes nas inúmeras contradições de classe, gênero e raça, tais contradições tem suas raízes históricas no sistema escravocrata e o próprio desenvolvimento do capitalismo tardio na sociedade brasileira. Neste sentido existem autores que tratam o emprego doméstico como uma atividade análoga a escravização. Para Brites (2009):

As empregadas domésticas compõem dos universos profissionais, onde se encontram as mulheres mais pobres, com maior índice de analfabetismo em geral de grupos étnicos marginalizados do país (BRITES 2000, P, 15).

Investigar a relação entre patrões e empregadas domésticas nos permite trazer reflexões acerca de como se configuram as tensões reveladas entre os mesmos. Rosa nos coloca a questão dos conflitos que enfrentava na relação com sua patroa. Diz ainda sobre a prática comum, a nosso ver utilizada para apaziguar o conflito latente calcada na desigualdade, que é a patroa, mencionar que a empregada é quase da família, e atrela-se a essa prática a doação de roupas usadas a empregada.

*Era uma relação complicada, pois tinha valor na frase: “ela é quase da família”. Ela a patroa dava roupas usadas para mim e dizia que estava me ajudando. Ela mesma não gostava que eu pegasse em livros. [...] Eu estudo e isso incomodava muito, pois eu falava de leis, falava do papel da mulher enquanto servil. Enfim da relação de exploração absoluta, nunca para mim era boa. (Rosa)*

*Uma patroa, irmã de uma amiga, o tratamento era de desdém, e quando soube que ao terminar o serviço na casa dela eu iria para o curso pré-vestibular, resmungou*

*baixinho, tipo assim “tá pensando que é o que”, “vai chegar onde com isso? Mais tarde ela afirmou diretamente que eu não tinha mais idade para isso. (Judite)*

A empregada Judite sofreu tais discriminações na casa de seus empregadores, mas especificamente de sua patroa, os ataques estão relacionados à questão da faixa etária, e o mesmo tempo pela diferença de classe, pois para a patroa a trabalhadora estava “velha” para prestar vestibular e que isso não a levaria a nada, duvidando da capacidade intelectual da trabalhadora:

*Relação profissional, apesar do carinho das crianças por mim e eu por elas, e eles reconheciam isso, mas sempre considerei como um trabalho. (Regina)*

Dentre nossas entrevistadas, Regina foi a única que nos disse que a relação entre ela e sua patroa era respeitosa, que se resumia a uma relação profissional.

Perguntamos se as trabalhadoras em algum momento de suas trajetórias no mundo do trabalho passaram pela discriminação de terem os utensílios que as mesmas usavam para sua alimentação separados pelos patrões, para que as mesmas não tivessem acesso à mesma louça que era usada por seus patrões. Dentre as cinco empregadas domésticas quatro das entrevistadas disseram que não. Já uma trabalhadora nos disse que em um antigo trabalho os utensílios eram separados. Esta questão não se dá de forma corriqueira, eu mesma passei por uma situação humilhante dessa, me senti animalizada, inferiorizada.

Nessa perspectiva, questionamos se as empregadas domésticas haviam sofrido algum outro tipo de constrangimento por parte dos patrões. Dentre as cinco trabalhadoras, três disseram que não e, entre elas, uma empregada disse não com uma ressalva. Outras duas trabalhadoras nos relatam que sim, na medida em que:

*Não gostava dos passeios, especialmente ao clube, onde as babás eram obrigadas a estar vestida de branco. (Regina)*

A questão do uso do uniforme em um lugar de recreação de uso frequente dos patrões é o que na opinião de Regina é constrangedor. Esse é o lugar da demarcação de classe a nosso ver, faz-se necessário que os serviços estejam devidamente uniformizados para que o seu lugar e os patrões sejam diferenciados dos mesmos.

*Sim, da vez que a senhora resmungou sobre o fato de eu fazer curso pré-vestibular. Bem como de oferecer pão mofado. [...] Outras vezes foram por ocasiões em que pediram para eu refazer o serviço. (Judite)*

Ou o absurdo que o lugar do “privado” das atividades do emprego doméstico esconde:

*Além de assédio moral, o sexual. (Rosa)*

Os relatos tanto de Judite quanto de Rosa nos colocam uma série de questões a serem analisadas, uma vez que se trata de questões que deveriam ser denunciadas, pois são tipificadas como crimes, mas no ambiente “caseiro, privado” do exercício do emprego doméstico é difícil para nós nos levantarmos e buscarmos por nossos direitos.

Lembro-me dos assédios que também sofri enquanto morava nas casas por onde passei, quando uma questão era muito invasiva, como o assédio sexual por parte dos maridos das patroas, o mais sensato era pedir as contas, pois se resolvêssemos denunciar, os caminhos seriam o da ridicularização tanto das patroas, quanto autoridades.

Ainda sobre a relação entre patrões e empregadas domésticas, questionamos se a comida que as trabalhadoras se alimentavam no trabalho era diferenciada da que patrões se alimentavam. Tivemos respostas distintas entre as trabalhadoras:

*A última casa em que trabalhei não era, mas eu comia só quando eles já tivessem comido, ou seja, senão almoçasse a noite eu ficaria com fome. (Rosa)*

Outras três empregadas responderam:

*Não. Sempre foi a mesma refeição, no almoço às vezes tinha que ser feito algo para os funcionários, porque geralmente eles não comiam em casa. (Regina).*

Ou mesmo:

*E eu levo minha alimentação. (Maria)*

Esta relação com a alimentação é uma questão séria para quem trabalha como doméstica, pois certos empregadores não permitem que seus empregados comam da

mesma comida. Ou se permitem, tratam para que a empregada tenha acesso a outra comida inferior a que eles utilizam refeição. Nas casas que eu trabalhei passei por situações semelhantes. Tal situação se evidenciou na nossa pesquisa:

*Geralmente não. Mas houve uma vez que a pessoa me ofereceu café da manhã, mas o pão estava mofado (percebia-se de longe, detalhe que ela mesma não comeu). (Judite)*

Entre as cinco trabalhadoras entrevistadas quando questionamos qual é a renda mensal de suas famílias três delas nos responderam que recebem em média de 2 salários mínimos e 2 salários mínimos e meio. Uma nos respondeu que sua renda familiar “fica em torno de três salários mínimos, piso nacional”. A quinta e última trabalhadora nos relatou que sua renda está em torno de 600 reais, uma vez que esta renda corresponde ao recebimento de uma bolsa da Universidade Federal, atualmente a estudante encontra-se desempregada.

Essa realidade das médias de rendimentos entre as trabalhadoras domésticas e suas famílias é observada a partir do estudo da PNAD (2011), que atesta que o rendimento salarial das empregadas domésticas pretas e pardas era de R\$ 461,58. As empregadas domésticas brancas recebiam, na mesma época, R\$ 536,77. Nota-se um claro desnível salarial entre as trabalhadoras negras e pardas e as trabalhadoras brancas, sendo este revelado na seguinte questão, as mulheres negras pardas eram o contingente entre os trabalhadores que auferiam os menores rendimentos.

O parecido ocorre também com mulheres deste grupo étnico em todas as demais ocupações. Em 2011, a renda das trabalhadoras negras e pardas era de R\$ 461,58, nesta mesma época as trabalhadoras brancas em média recebiam R\$553,77. (LAESER, 2013). Sobre o quesito informalidade, existem dados da PEA, onde mostram que é na população preta e parda feminina onde esses números são mais alarmantes: Em 2011, 73,1% das trabalhadoras domésticas pretas e pardas não possuíam carteira assinada, para as empregadas brancas, a falta deste direito atingia 66,7% deste seguimento.

Segundo os relatos das nossas entrevistadas, ficou evidente que o trabalho doméstico se configura como uma das profissões que possuem as condições de trabalho mais precarizadas e com forte apelo escravagista e que isso ocorre, sobretudo, com aquelas trabalhadoras que moram no local de trabalho. São longas jornadas de trabalho,

sem que sejam pagas horas extras. A rotina de trabalho exaustiva não pode ser quebrada, pois inexistem folgas ou descansos, e vigora uma relação mediada por uma cultura do não acesso aos direitos trabalhistas.

Sobre esta questão, Mônica Bergamo<sup>8</sup>, nos apresenta para sua coluna no Jornal Folha de São Paulo seu intrigante artigo intitulado “*Quarto de empregada para brasileiros em Miami*”. A autora nos traz a seguinte realidade: uma grande rede de imobiliária faz a tradução de “*habitação de serviço*” para “*quartinho de empregada*” para propagar o lançamento do imponente imóvel *Boutique de Chateau Beach*, localizado em *Sunny Isles, Miami* em um de seus leilões de lançamento.

Segundo a representante do imóvel, o *quartinho de empregada* é o diferencial de *Boutique Chateau*, e arremata dizendo que “*é que, lá, este tipo de habitação não existe. As funcionárias domésticas não dormem no serviço e nem ficam a disposição dos empregados 24 horas como às vezes ocorre no Brasil*”. A representante conta que os incorporadores pediram uma dica sobre o que os brasileiros gostariam de ter no apartamento, a mesma respondeu de pronto: *quartinho de empregada*.

Este caso da preferência dos brasileiros pela manutenção de um espaço para que eles possam um serviçal à sua disposição 24 horas segundo a representante não é apenas característico do público brasileiro que migra para Miami. Os latinos também apresentam essa preferência. Os brasileiros quando mudam para o USA levam consigo babás, motoristas, cozinheiras, empregadas domésticas. Existem algumas famílias que compram dois apartamentos para fazer reformas uma vez que suas necessidades de habitação exigem espaços reservados na casa para os serviços.

A realidade das *minisenzalas* no espaço urbano é peculiar do Brasil, tanto que já é produto de exportação, vide a exigência dos brasileiros que optam em morar em *Boutique Chateau*. Esta exigência dos compradores brasileiros faz com que haja concorrência pelos poucos apartamentos que possuem o *quarto de empregada*, uma vez que não está na cultura dos USA, os apartamentos possuem quartos para que os empregados morem no mesmo espaço que os patrões. A relação do emprego doméstico neste país também passa por questões similares com o Brasil, uma vez que as empregadas domésticas contratadas são quase que em sua maioria latinas. A forma de

---

<sup>8</sup> De acordo com notícia publicada no jornal Folha de São Paulo na internet em 27/10/2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/74275-monica-bergamo.shtml>

contratação dos serviços destas mulheres se dá através de diárias, pois os custos dos empregadores são menores.

Os apartamentos das grandes capitais urbanas possuem suas estruturas arquitetônicas idênticas. De um lado o eixo social: sala-corredor-quartos-banheiros. De outro lado o eixo dos serviços: cozinha-área-quarto de empregada, “*mini senzala*” - lugar separado do restante da casa e localizado depois dos espaços de serviços. (LARA 2009).

No que diz respeito a uma questão bastante delicada para as empregadas domésticas que passaram é o fato de algumas terem tido a experiência de trabalhar e morar no espaço da casa dos patrões, respeitando as especificidades de cada uma. Entre as cinco trabalhadoras entrevistadas duas tiveram experiência de morar no local, Antônia conta que mora no local de trabalho a 24 anos, voltando para sua casa somente aos fins de semana. Desta forma, quando questionamos se as mesmas moravam no local de trabalho algumas trabalhadoras acerca deste fato nos disseram, “*nunca me considerei morar no local de trabalho, mas fiquei lá, de segunda a sexta...*”. Ou mesmo nos relatam:

*Já morei bem do lado do local de trabalho. O último não. Mas antes não morava. Tem tanta diferença não. Morando do lado ou na casa viram mais ainda trabalho escravo.*

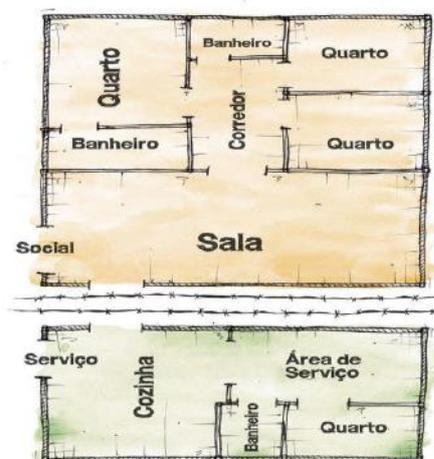


Ilustração: Thiago Balbi.

A relação vivida por esta trabalhadora doméstica é similar a de milhares de outras trabalhadoras que vivenciam essa relação ainda no século XXI. Trata-se de um dos resquícios da época em que os senhores de escravos lançavam mão de pessoas e as escravizavam para mantê-las a sua disposição para trabalharem sem direito trabalhista algum ou mesmo horário de descanso, lembremos que este regime, apesar de sua abolição formal, se espalha em muitas das ocupações que hoje continua a ser realizadas em sua maioria por negras e pardas pobres.

Neste sentido não podemos deixar de lembrar a existência de duas portas de entrada para o apartamento de aproximadamente 50 metros quadrados, uma porta para o *social* e, outra para o *serviço*. No Brasil segundo (LARA 2009) o social é antítese do serviço, ou seja, em prédios e condomínios, significa que aqueles que trabalham não fazem parte da sociedade, são excluídos espacialmente, economicamente da riqueza socialmente produzida. Essa idiossincrasia produzida a partir do trabalho doméstico perdura após 125 anos de abolição da escravidão, é a face de um Brasil que combina arcaico e o moderno.

A fim de apreendermos questões acerca de direitos trabalhistas, questionamos se as empregadas domésticas contribuíam junto à previdência. Das cinco empregadas, três trabalhadoras disseram que sim e duas responderam que não haviam contribuído enquanto desenvolviam a atividade de trabalho. A partir disso, perguntamos se as trabalhadoras haviam adoecido enquanto estavam no trabalho e como haviam sido tratadas por seus patrões. Entre as cinco trabalhadoras as respostas de quatro delas foram positivas, disseram que sim, que haviam adoecido. Apenas uma trabalhadora disse que não. Entre as que adoeceram tivemos respostas diferentes.

Rosa disse que havia adoecido várias vezes e que teve que continuar no trabalho, mesmo doente teve que ficar ouvindo a patroa assediá-la moralmente: *Sim. Várias vezes eu tive que continuar no trabalho. A pessoa via que eu estava passava mal, mas mandava que eu fizesse varias outras atividades. (Antônia)* Maria, também nos traz neste sentido a mesma declaração: *Trabalhei doente, ou seja, fui tratada como a maioria dos trabalhadores domésticos desse país. Tive que trabalhar. (Maria)* Outras duas trabalhadoras estiveram doentes e receberam os cuidados necessários.

Perguntamos as trabalhadoras se alguma delas esteve grávida enquanto trabalhavam e como haviam sido tratadas. Quatro trabalhadoras responderam que não.

Uma trabalhadora disse que sim, e que durante este período o tratamento continuou o mesmo.

Quando observamos os dados oficiais sobre as condições de trabalho apresentada através da PNAD (2011), podemos verificar o abandono que estas trabalhadoras vivem no que diz respeito aos direitos trabalhistas.

Desta forma esta trabalhadora doméstica passa a ter o direito de recebimento de salário nunca inferior ao mínimo; o salário passa a ser protegido na forma da lei; a duração do tempo de trabalho não pode ser superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais (a lei faculta a compensação de horários e a redução da jornada de trabalho, mediante acordo escrito entre as partes). As trabalhadoras passam a ter direito ao pagamento de horas extras de no mínimo de 50%. Outra questão adicionada após a PEC é a introdução de normas de saúde, higiene e segurança; proibição de diferença de salários, de exercício de funções e critérios de admissão do trabalhador por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; proibição de qualquer discriminação a portadores de deficiências físicas; o trabalho doméstico passou ser considerado insalubre e perigoso proibido para menores de 18 anos, concordando com o Decreto 6.481 de 12 de Junho de 2008, que trata da proibição das piores formas do trabalho infantil no Brasil. (DIEESE 2013).

Ainda neste sentido, é necessário avançar cada vez mais na legislação que regulariza o trabalho doméstico, tramita hoje no senado o PLS 224/13, projeto de lei complementar que busca regulamentar os novos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. O texto foi elaborado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). No bojo dos direitos que a PEC prevê, mas que ainda precisam ser regulamentados está o recolhimento obrigatório do Fundo de Garantia (FGTS), adicional noturno, salário família, proteção contra demissão imotivada e assistência gratuita a dependente de até cinco anos em creches e pré-escola e o seguro desemprego.

Um dos principais pontos dessa lei refere-se à jornada de trabalho e suas limitações, para descanso do trabalhador. Dentro dessa exige-se o pagamento de horas-extras e, excepcionalmente quando essa ocorrer em turno noturno. Tal modificação impacta uma “tradição” do trabalho doméstico no Brasil, em que, geralmente além do empregado dormir na casa dos patrões, seu momento de descanso, costuma ser invadido por atividades não remuneradas.

Contudo, pela nossa pesquisa, observa-se que ainda não ocorreram grandes impactos com a promulgação da PEC que regulariza as condições de trabalho, esta mudança ocorrida na legislação brasileira representa não apenas um avanço no que diz respeito aos direitos trabalhistas, como também um marco histórico na luta pelo acesso à direitos sociais

Quando perguntamos se as trabalhadoras notavam de mudanças no seu cotidiano após a aprovação da PEC das domésticas, dentre as cinco entrevistadas, duas disseram que não. Uma trabalhadora disse que sim. Duas trabalhadoras domésticas ficaram na dúvida. Das respostas negativas destacam-se; *“Não vejo nenhuma mudança”*. *“Não, as leis não funcionam”*. A que respondeu sim, não apontou mudanças. As falas das que estão em dúvida passaram pelo seguinte; *“Um pouco”*. Ou mesmo: *Não sei, pois tem um tempo que não exerço a atividade doméstica. [...] Obs.: atualmente ainda não descartei a possibilidade de fazer serviços domésticos. Inclusive neste momento estou vendo isso.*

A possibilidade de apropriação do mundo do trabalho com os direitos historicamente conquistados por outros seguimentos da classe trabalhadora não se colocava a esta categoria até meandros de 2013. No entanto, à medida que uma nova lei coloca o trabalho doméstico num lugar de um trabalho protegido por leis trabalhistas isto incomoda um grupo social, herdeiro de uma herança servilista, acostumado a ter sempre alguém a lhes servir.

Os integrantes desta dita *“classe média”* urbana são capazes de propagar um discurso mistificador sob a alegação de que estas trabalhadoras continuem a ter empregos, pois temem o desemprego das mesmas. Supostamente defendem o direito das empregadas domésticas não terem seus direitos ampliados. Nina Horta blogueira<sup>9</sup> e colunista em um texto seu publicado sob o título: *“Empregadas mais um capítulo...”* expõe sua indignação sobre as mudanças ocorridas para trabalhadoras deste setor.

A autora retoma uma questão que segundo a mesma a incomoda. Trata-se de ter que despedir sua empregada doméstica que lhe servia há 30 anos, por conta dos custos e encargos após a PEC das domésticas. Desta forma lhe restava à saga da busca por uma nova empregada, na medida em que:

---

<sup>9</sup> De acordo com notícia publicada na Folha de São Paulo na internet em 21/06/2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/comida/co2107201120.htm>

Aumentaram-se os ordenados. E vieram aquelas com as quais eu menos conseguia conviver. As novas ricas, que tomavam emprestado o status das patroas. Sabiam nomes de políticos, celebridades, peruas. Ficavam arrepiadas ao ter de passar uma camisola de cambraia velha, tão fresquinha, já puída, um pijama de flanela xadrez de estimação da patroa nova. As esnobes sem causa. Falta falar na empregada perfeita, melhor que você em tudo, a tenho-saudade-da-Bahia, a estudante-de-direito, e outras. É de chorar. (HORTA, 2013, Pg. 01)

A promulgação da PEC que equipara os direitos dos trabalhadores domésticos a outras categorias tem levantado verdadeiras avalanches de conservadorismo divulgadas através da mídia burguesa. A classe média brasileira possui seus representantes no poder e quando sempre que necessário lançam seu ódio de classe através de seus textos semanais nos principais jornais lidos pela classe média brasileira. Um dos que vociferou descontentamento contra a promulgação da PEC é o jornalista e escritor Guilherme Fiúza<sup>10</sup> em sua coluna opinativa no Jornal O Globo:

Agora o país comemora a Lei Áurea das domésticas, com ódio e nojo aos patrões. Eles tiveram sorte, porque não apareceu nenhum revolucionário propondo guilhotina em caso de atraso do 13º. (FIÚZA, 2013, p 1).

No artigo matinal publicado no jornal mais lido pela elite brasileira o autor relata de forma irônica e perversa o que para o cronista seriam os efeitos que PEC das domésticas trará sobre a família classe média carioca. Essa mesma que se acostumou ao servilismo urbano. Efeitos estes, que mostram segundo o autor, o caminho de atraso tomado a partir da aprovação desta PEC, pois criam um ambiente odioso e inseguro para as famílias cidadinas: *“Se o leitor escravocrata enjoou da comida de sua empregada, melhor consultar um advogado. O socialismo chegou à cozinha”*. (O GLOBO 2013)

O Estado brasileiro deu um significativo passo no reconhecimento da maneira brutal que as empregadas domésticas foram tratadas durante toda existência das entidades republicanas de governo democrático dito popular. Neste sentido estamos longe deste mesmo Estado orquestrar a partir da cozinha a temida revolução dos serviços, uma vez que não cabe a esta estrutura burocrática legislativa representante dos

---

<sup>10</sup> De acordo com notícia publicada no portal do Jornal O Globo na internet em 13/04/2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/opiniao/a-revolucao-da-empregada-8101857>

interesses de classe dos senhores, empregadores ser sujeito da mudança. É nos colocado cotidianamente a forma cruel como legisla a estrutura.

Este argumento, do não direito e da não liberdade se estender aos trabalhadores domésticos é o mesmo usado em outra conjuntura histórica por senhores de escravos que se opunham contra a abolição. O discurso usado por integrantes do movimento contra abolicionistas pautava-se na argumentação de que os negros escravizados não poderiam usar da liberdade como usufruíam os reconhecidos então como cidadãos, logo, como senhores de escravos e latifundiários. Desta forma, os contra abolicionista bradavam:

Pelo lado moral, o escravo é uma entidade sujeita a vontade da outra, não podendo gozar de direitos sociais; porém pelo lado material da vida, pelo lado que consideramos as necessidades físicas, o escravo entre nós goza de maiores cômodos e regalias do que por ventura as classes pobres de países mais civilizados da Europa. (REIS, 2010 apud, O TRABALHO. Echo San'tamarense, Santo Amaro, 05 de Junho. 1884, p. 03)

Esta comparação não se dá de forma anacrônica uma vez que, após a abolição, os negros foram impedidos de ter acesso a terra; ao sistema educacional e ao sistema de trabalho assalariado nas fábricas. A preferência foi dada á imigrantes brancos europeus e desde então temos uma enorme gama de “*trabalhadores libertos*” que encontraram trabalho na informalidade do trabalho doméstico.

O incômodo dos representantes midiáticos das pobres famílias citadinas, diz respeito especificamente acerca da ameaça aos privilégios usufruídos por esse estrato de classe dominante desde que os colonizadores europeus invadiram nossas terras e abarcaram suas naus em solo brasileiro. Nota-se que algo acontece na conjuntura social brasileira, longe de ser uma revolução, mas essa histeria senhorial nos mostra o quanto os serviços lhes são uteis na perpetuação de seus privilégios. E por esta razão é razoável dizer: “*Branquitude! Tremei a PEC das domésticas veio pra ficar*” (SILVA 2013).

A aprovação da PEC é um grande avanço, pois poderá servir como um instrumento que auxilie a mudança dessas situações para os próximos anos. No que diz respeito a maior formalização do emprego e as leis trabalhistas. Os sindicatos de domésticas hoje possuem um enorme desafio que é empunhar a bandeira da PEC para que sua organização avance e aumente sua força na busca pela regularização efetiva e ampliação dos direitos desta categoria. Neste sentido, ainda temos muito que caminhar para uma mudança significativa na conjuntura social brasileira, mas acreditamos que é uma boa

oportunidade de escrevinharmos na formação histórica e social brasileira o lugar do que ficou conhecido como modelo para organização de produção: o *plantation*, modo este que tem por característica maior o uso de força de trabalho escrava, segundo (STEDILE 2011):

É a forma de organização agrícola em grandes fazendas de áreas contínua, com prática monocultura, ou seja, com a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado e etc., com o emprego de mão de obra escrava. (STEDILE 2011, Pág. 21)

É preciso que nos atenhamos aos meandros do desenrolar da história social brasileira, pois ao se utilizarem da força de trabalho escrava, os meios de produção, mais especificamente as técnicas de produção, eram o que havia de mais desenvolvido. Este dado da história nos revela os prenúncios da face dessa elite social brasileira forjada a partir das franjas do *plantation*, ou seja, a escravização e espoliação brutal de força de trabalho dos povos africanos e os povos originários indígenas.

### **2.3 - Processo de consciência das empregadas domésticas universitárias**

Nossa investigação passa também pela necessidade de compreensão sobre como o processo de trabalho no emprego doméstico atua sobre a consciência das trabalhadoras domésticas. Orientamo-nos para a condução deste estudo através do método materialista histórico dialético, isto é, consideramos que a consciência das trabalhadoras domésticas sobre suas vidas é construída a partir de experiências sociais que conduzem à compreensão de unidades complexas de sentido relacionadas a elas.

Nesta etapa consideramos imprescindível retomar o conceito de classes. No sistema capitalista existem duas classes fundamentais que segundo Marx e Engels (1948), amadurecem após a Revolução Industrial (1776-1830): a burguesia e o proletariado. Existe uma necessidade urgente de uma profunda investigação das raízes sócio-histórica da formação do trabalho doméstico no Brasil e suas especificidades.

Dentro deste universo de questões que precisam ser investigadas existe uma série de resistências forjadas por sindicatos que organizam estas trabalhadoras e por sujeitos sociais que recusam a subestimação de seus corpos à redução de um trabalho degradante.

Uma das célebres frases usadas por patrões é a seguinte: “*ela é como se fosse da família*”. Tal expressão, ao nosso entendimento, procura escamotear uma relação trabalhista que não oferece acesso aos direitos, do mesmo modo como escodem os

conflitos presente na relação patrão empregada. Outra forma de atenuar os conflitos existentes é a chamada doação de utensílios usados (roupas, calçados etc.), por parte dos patrões às empregadas domésticas. As trabalhadoras entrevistadas para esta pesquisa responderam sim ao serem questionadas se recebem doações dos patrões. Algumas contextualizaram explicando o porquê: *“Aceitava, pois não tinha dinheiro para comprar roupa, mas isso complica a relação com patroa”*.

Neste sentido perguntamos se as entrevistadas sentiam-se como parte da família. Obtemos respostas categóricas e negativas das cinco entrevistadas:

*“Nunca, relação de classe não é de família. É luta de classes” (Rosa); “Nunca me senti (Judite)”;* *“Não nunca me considere assim, é sempre como um trabalho (Regina)”*.

No intuito de apreendermos questões relacionadas à organização política das empregadas questionamos se as mesmas participaram de algum sindicato. Quatro responderam que não, e uma nos disse, *“Não das domésticas. Já participei do comércio” (Rosa)*. Assim, questionamos se elas apreciavam ser empregadas domésticas, e se não o que gostariam de ser. As quatro trabalhadoras responderam que não gostavam:

*Não que eu não goste, mas é uma profissão muito desvalorizada pelas pessoas. Sempre quis trabalhar com crianças, mas não sabia em que precisamente. (Regina)*

Mesmo as repostas negativas sobre a questão: se as mesmas gostavam de ser domésticas, podemos observar que cada uma tanto Regina quanto Judite, justificam suas respostas de forma diferente. Para uma, a questão é a desvalorização da empregada doméstica por parte das pessoas, já para outra o que é problema não é o serviço doméstico, segundo a mesma é que tal ocupação não responde a sua expectativa de trabalho.

*Não, (risos). Não vejo problema em fazer serviços domésticos, mas não é algo que pretendo fazer a vida toda. Quero mesmo é ser assistente social, claro! (risos), (Judite)*

Do mesmo modo, outras três trabalhadoras responderam que não e que acreditam em seus processos de formação e em seguida atuação na área como assistentes sociais. Ao questionarmos se as trabalhadoras que possuem filhos gostariam que eles seguissem a profissão do trabalho doméstico, e se não que carreiras elas gostariam que seus filhos seguissem. Das cinco entrevistadas, duas nos responderam não:

*Não gostaria, quero que eles façam uma faculdade. Para que possam ter uma vida melhor. (Maria)*

Maria possui dois filhos rapazes, sendo que o mais velho está cursando o ensino superior na mesma universidade em que a mãe cursa (UFRJ) e o outro mais novo é um atleta: joga tênis e concorre em vários campeonatos Brasil afora, o menino joga a partir de um projeto social.

*Ela é livre para decidir o que queira ser. Mas na ditadura da mãe tem que estudar. Ela quer ser doutora e eu a apoio. Como sou educadora e militante, influencio muito ela na questão da escola. (Rosa)*

Rosa também não deseja que sua única filha siga pelo caminho do emprego doméstico, para isso segundo ela, existe a “ditadura da mãe”, que o rigor que a mesma usa para que sua filha que quer ser doutora estude. Rosa é militante e educadora.

Observamos que entre as empregadas entrevistadas, as questões sobre as relações que envolvem o emprego doméstico se espraiam para além das atividades desenvolvidas nas casas dos patrões, pois a forma como as empregadas respondem quando questionamos o que cada trabalhadora achava de seu trabalho, ou seja, como elas compreendiam o trabalho doméstico. As respostas que tivemos é um retrato de como as trabalhadoras avaliam essa atividade:

*O meu trabalho é ESCRAVO, pelo simples fato de que os poucos direitos que temos não são respeitados. É um emprego sofrido e até certo ponto humilhante. (Maria)*

Rosa nos traz mais uma vez a questão que é central e que caracteriza o emprego doméstico que é a origem brasileira escravista e patriarcal, isso explica a população

negra, parda e indígena contabilizam a grande maioria do contingente de trabalhadoras. Tal realidade mostra-se consolidada através da Casa Grande e da Senzala combinado com a entrada do capitalismo tardio no Brasil, e este modelo de organização adaptou-se ao avanço das cidades urbanas.

*A profissão no Brasil está muito ligada à questão da escravidão, da exploração descomunal das trabalhadoras em sua maioria negras. (Rosa)*

Neste sentido, os integrantes das classes dominantes gozaram de vantagens do urbanismo com exploração do servilismo, sendo inúmeros os cargos criados para o usufruto desta classe; cozinheiras, faxineiras, babás, valetes (manobristas), governantas, babás de cachorros e motoristas. Judite nos declara algo que nos incomodava a época em que eu residia e trabalhava no local de trabalho, esse olhar recebido da patroa ao qual a trabalhadora relata é o olhar da subjugação, do lugar do privilégio de classe, pois numa relação de poder, nós éramos quem não possuía poder, pois estávamos morando na casa dos patrões para limparmos suas sujeiras diárias.

*No exercício do emprego doméstico, eu percebia como as “patroas” se sentiam “altivas”, melhores de quem estava do lado oposto, eu no caso. O trabalho doméstico é como qualquer outra atividade remunerada, a partir de uma relação de interesses. Pelo menos deveria ser assim, mas infelizmente não é. (Judite)*

Antônia é a próxima empregada que nos responde a cerca da necessidade do emprego doméstico que segundo a mesma se dá principalmente pela necessidade de manter-se no trabalhando para sustentar a si mesmo e sua família.

*Necessário, necessário. (Antônia)*

*De muita responsabilidade. Cuidar das coisas dos outros, de uma maneira com que eles fiquem satisfeitos, que muitas vezes não é a maneira como você faria se fosse sua. (Regina)*

A declaração de Regina lembra-me em muito as exigências que as patroas faziam acerca de sua casa, seus filhos enquanto os mesmos estavam sob a minha tutela. Essa questão da responsabilidade está associada à forma como as exigências dos empregadores se impõe no cotidiano de trabalho, mas infelizmente tal preciosismo não se estende no momento de se discutir direitos trabalhistas. Neste sentido, na intenção de contribuirmos para uma leitura sistematizada sobre o lugar do emprego doméstico pelas

entrevistadas, questionamos as mesmas qual seria a frase que ilustraria o trabalho doméstico para cada uma delas, as respostas foram as seguintes:

*Trabalha-se muito e esse trabalho não é reconhecido pela sociedade. (Regina)*

O reconhecimento ao qual se refere Regina passa pela possibilidade do respeito e da valorização da empregada doméstica que desenvolve um trabalho que os empregadores e a sociedade em sua maioria não se dispõem a realizar, mas por sua vez terceirizam. Eu mesma sofria ao pensar na falta de solidariedade por parte das patroas, um exemplo dessa falta de solidariedade é levantar-se da cama e não arruma-la, porque você paga alguém para fazer tal coisa, ou mesmo não retirar a louça suja da mesa, afinal isso é atividade para “*seus serviços*”. A nosso ver é um desrespeito sem tamanho para quem trabalha como empregada doméstica.

*Não vou fazer isso à vida toda. (Judite)*

Judite retratou na frase que escolheu o mantra que eu mesmo repetia em dias que as humilhações patronais aconteciam. Eu sempre dizia essa frase para mim mesma em voz alta, para que eu mesma ouvisse, mesmo sem saber por onde eu começaria a busca por uma saída do emprego doméstico.

*Trabalhadores/ negras/os e branca/as Uni-vos para o fim do capitalismo e do racismo. Alusão acima da frase que Karl Marx e Florestan em Protesto Negro. (Rosa)*

A necessidade de compreender a realidade do mundo do trabalho coloca-se cotidianamente para a maioria das empregadas domésticas do Brasil. Logo, estudos de temas como gênero, formação social do Brasil, raça e etnia, classe social nos ajudam a elaborar estratégias para enfrentamento da dura e cruel realidade das relações sócias que envolvem o emprego doméstico. Desse modo cabe marcar quão difícil é este momento necessário de elaboração de estratégias para superarmos as raízes do sistema escravagistas que carrega o emprego doméstico, como nos coloca Maria:

*Estamos quase libertos. (Maria)*

A questão da “*quase liberdade*” que nos apresentou Maria é uma frase simbólica para ilustrar a forma como muitas de nós empregadas domésticas nos sentimos cativas no emprego doméstico. Estamos à disposição dos empregadores a hora que eles quiserem dispor de nossos serviços. Morei desde os 15 anos na casa dos patrões, não possuía “liberdade” – permissão para fazer amigos e conviver com eles, pois minha vida era vivida para a família que me “*empregava*”. Meu tempo integral era gasto para limpar suas casas, ninar seus filhos, cozinhar, passar roupas e em meio às tarefas fingir que eu era “*quase da família*”, mas o que havia de concreto era a ausência de carteira assinada e da liberdade.

Antônia nos relata que a frase que ilustra o emprego doméstico para ela é paciência, também é uma frase que eu usei para poder estudar estratégias de sobrevivência, foi preciso paciência, mas uma hora a impaciência foi tão necessária para sair dali e enfim mudar de rota.

*É preciso ter muita paciência. (Antônia)*

#### **2.4 – Empregadas domésticas e o acesso à formação social**

Quando questionamos quais os planos para futuro destas trabalhadoras pudemos perceber que existe em todas as respostas a questão da vontade em concluir o ensino superior *Terminar a faculdade, ter um bom trabalho que seja valorizado e reconhecido, e morar em um lugar com condições melhores (saneamento, transporte, moradia)*. (Regina); *Terminar a faculdade e trabalhar na minha profissão*. (Maria); *Terminar a graduação, trabalhar na área, seguir carreira acadêmica: Mestrado. Doutorado se possível*. (Rosa); *Depois da aposentadoria, ser apenas do lar*. (Antônia); *Terminar minha graduação e trabalhar na área que escolhi através de concurso público*. (Judite)

Questionamos se existe algum plano que elas abandonaram e que gostariam de retomá-lo. Neste sentido três delas responderam algo em torno da continuação do aperfeiçoamento escolar, das seguintes formas; “*O curso de inglês*” (Maria). “*Sim, abandonei uma o graduação de matemática e curso de línguas*” (Rosa); “*Não por causa do trabalho especificamente, mas já foi retomado que é o sonho de estar na faculdade e concluí-la*”. (...) “*Curso de inglês*” (Antônia). Ou mesmo essa resposta dado por uma das trabalhadoras: *Sim. As aulas de dança. Trabalhando e estudando e*

*ainda com pouco dinheiro, é quase inviável ter este prazer. E também gostaria de retomar atividades de lazer. (Judite)*

Quando perguntamos se existia algo que elas gostariam de deixar registrado, as trabalhadoras nos responderam de distintas maneiras, como veremos: *Gostaria que tanto a profissão quanto o profissional doméstico fossem respeitados e valorizados. Que não fosse considerada uma opção para os que não têm estudo e qualificação. (Regina)* O registro deixado por Regina passa pelo desejo de que o emprego doméstico seja respeitado e valorizado, para que não fosse compreendida como uma única opção para os que não tem estudos, qualificação para desenvolver outra atividade de trabalho. Já Antônio nos sugere que o bilhete único fosse obrigatório para os empregadores, ou seja, que fosse um direito para as empregadas domésticas: *Que o bilhete único fosse obrigatório. (Antônia)*

Para Maria a questão da relação com os empregadores é algo que a incomoda. Em certa medida não dá para impor limites para as patroas, afinal elas estão em seus territórios, suas casas e usam muito do direito de fala. Na minha trajetória no emprego doméstico também tive ouvir as questões de crise existencial da patroa e fingir que havia solidariedade entre nós, coisa que não era verdade, pois nós éramos iguais em gênero, mas diferentes no que diz respeito à classe social. Pude perceber, assim, a similitude da minha vivência com as das minhas entrevistadas:

*Às vezes a empregada serve de psicóloga e padre (ouvir confissões e dá conselhos). Por isso acho que merecemos mais do que nos é dado. (Maria)*

*Os horários loucos dos serviços ditos adequados para mim, não respeitam as 8 hr de trabalho. Ou perguntas como “e você vai dar conta”? Outra dificuldade é o empecilho que colocam de que eu não poderia dormir no local de trabalho, pois estudo a noite. Aí penso, caramba, nem a noite pertence ao trabalhador!? Ele tem de ficar ali, como que sob vigilância para não ter risco de fuga, como uma garantia. (Judite)*

*Se as trabalhadoras são chefes de família? Se a questão da origem da família influencia na escola da profissão? No meu “caso, o emprego doméstico influencia a minha estadia na universidade”. (Rosa)*

Neste sentido, no capítulo seguinte destacamos a relação peculiar que é o fato das mulheres entrevistadas ocuparem uma posição diferenciada entre os demais estudantes de Serviço Social, uma vez que ao mesmo tempo em que desenvolvem a atividade do trabalho doméstico as mesmas também estão matriculadas e cursando uma das maiores universidades públicas do país, seus nomes foram trocados para que suas

identidades fossem preservadas. Nossa intenção é contribuir com a aproximação deste fenômeno social e sistematizar o mesmo a partir do lugar privilegiado que são as falas das próprias trabalhadoras.

### **Capítulo 3 - Condições de Permanência das trabalhadoras domésticas universitárias na Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Neste capítulo, analisamos a partir de categorias selecionadas as narrativas das cinco trabalhadoras domésticas universitárias presentes no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. As questões foram previamente elaboradas em um roteiro de entrevistas semiestruturadas no período que vai de agosto a setembro de 2014, para isto utilizamos um gravador de voz. O local escolhido para a aplicação das entrevistas foi na própria universidade, geralmente antes do horário das aulas das estudantes, em uma sala de pesquisa reservada.

#### **3.1 - Trajetória escolar e aproximação com a universidade pública**

No que diz respeito as trajetórias escolares das entrevistadas, quatro delas estudaram o ensino fundamental e o ensino médio em escolas públicas, apenas uma trabalhadora cursou o ensino médio em uma escola particular na condição de bolsista. Uma questão que perpassa toda trajetória escolar destas mulheres é a centralidade do trabalho, visto que muitas vezes algumas delas foram obrigadas a abandonar a escola em detrimento da necessidade de trabalhar para seu sustento e auxiliar em suas casas, essa questão nos fora relatada por todas entrevistadas, como observamos a seguir no relato de uma das trabalhadoras:

*Passei para escola pública, mas depois tranquei e fui procurar estudar a noite, por conta da necessidade do trabalho doméstico, larguei essa escola pública poder trabalhar anoite. O trabalho era central, eu sempre colocava a frente dos estudos. Quando falei para minha mãe que eu iria largar os estudos e começar no serviço doméstico, ela não gostou, porque ela foi empregada doméstica durante anos, desde os 11 anos de idade. Então ela falava que não queria isso pra ninguém. (Judite)*

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, (DIEESE 2010) sobre o quesito escolaridade, grande parte do número de empregadas domésticas possui apenas o ensino fundamental incompleto, como já mencionado anteriormente, isto equivale dizer que este seguimento é alfabetizado sem escolarização, este percentual chega a ser de 48,9% em 2011. Houve também aumento do número de trabalhadoras com o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto (23,1%).

Os dados oficiais apresentados pelos principais institutos de pesquisa do Brasil ilustra o cenário sobre a educação de setores empobrecidos, pertencentes a ramos profissionais sujeitados a subordinação, níveis baixos de alfabetização e escolarização. Embora este cenário tenha sofrido pequenas transformações, a exemplo disto temos trajetórias de trabalhadoras domésticas presentes em universidades públicas. Minha trajetória escolar também foi marcada pela centralidade do trabalho, estudei sempre em escolas públicas.

O ensino fundamental e médio eu os cursei no sistema chamado de EJA (Educação de Jovens e Adultos), este programa acelera o “*aprendizado*”, uma vez que as séries são feitas em grandes blocos, por exemplo, um estudante que estuda o ensino fundamental normal, faz a 3ª série e depois ele estará apto ou não a cursar a 4ª série. Já um estudante do EJA faz a 3ª e 4ª juntas em apenas um ano.

Tive certas lacunas na minha formação no ensino básico e por conta da falta de algumas disciplinas mais aprofundadas refiro-me as disciplinas da área das exatas, matemática, física. Decidi dedicar-me as disciplinas da área de humanas, português, história, geografia, literaturas. De alguma forma consegui me formar no ensino médio, ainda que com dificuldades, pois estudava a noite com 15 anos, por conta do trabalho doméstico e o fato de eu ser adolescente os padrões tiveram que assinar um termo onde se responsabilizavam para que eu pudesse estudar a noite, a escola aceitou sem questionar o fato de eu trabalhar como doméstica adolescente.

Outra questão também atrelada à necessidade de sobrevivência destas mulheres é o fato de quando questionamos em que modalidade as trabalhadoras concluíram o ensino médio, três nos disseram que concluíram o ensino médio atrelado a cursos técnicos, entre eles, administração, contabilidade e enfermagem numa clara tentativa de profissionalizar-se, aperfeiçoar-se e quem sabe migrar do trabalho doméstico para outras formas de ocupação. Nota-se que todas as que fizeram um curso técnico não conseguiram exercer a função técnica em que se formaram como nos relata uma das trabalhadoras: “*Os três últimos anos do Ensino Médio eu fiz normal numa Escola Estadual. E fiz o curso técnico em enfermagem, nunca trabalhei nessa área*”.

Este dado da realidade questiona de forma empírica os dados oficiais do IBGE (2011), observa-se que o maior percentual de ocupação destes postos de trabalho é de

mulheres de 30 a 39 anos de idade (27,2%), em 2004, na medida em que no ano de 2011, a maior parcela destas trabalhadoras estava na faixa etária de 40 a 49 anos (28,5%). Para essas pesquisas, trabalhadoras domésticas ao buscarem maior profissionalização migram para outros cargos, esse dado não se materializa na trajetória destas trabalhadoras

Neste aspecto a narrativa destas mulheres se parece com minha trajetória escolar. Na época em que estava prestes a concluir o ensino médio na modalidade EJA, ouvia muitos “conselhos” do tipo: “*porque você não faz um curso técnico de enfermagem? É uma saída, você é tão jovem!*”. Ouvia tais conselhos e muitas vezes pensei que esta fosse a saída, para isto fui buscar a proclamada profissionalização técnica exigida pelo mercado, ledô engano, pois matriculei-me em um curso técnico de informática, contraí apenas dívidas por conta das mensalidades altíssimas e o tão sonhado emprego na área não veio.

Desta experiência pude observar, após alguns anos, de que há sim um enorme distanciamento das classes populares empobrecidas da universidade pública. Para os pobres estão os cursos técnicos, formadores de força de trabalho vendida como profissionalizadas, mas que na sua essência são subalternizadas e desprovidas de qualquer seguridade e que na maioria das vezes ficam sem ter entrada no mercado de trabalho. Desta forma cumprem a função do exército industrial de reserva, rebaixando os salários dos possuidores de emprego.

Contudo, setores empobrecidos da classe trabalhadora, como entre as empregadas doméstica, observamos um movimento em busca da escolarização, podemos acompanhar essa questão a partir de cada trabalhadora que nós entrevistamos, quando questionamos se elas tinham tido passagem por pré-vestibulares comunitários as mesmas nos responderam que tiveram passagem. Outra questão comum entre essas mulheres são os anos que ficaram fora do sistema escolar após terem concluído o ensino médio como nos relata uma das trabalhadoras:

*Concorri o vestibular, mas não passei. Isso em 1998, com essa coisa de trabalhar, nunca dava tempo. Eu sei que nisso se passaram dez anos, assim o tempo corre, voa, numa velocidade incrível, minhas dificuldades fizeram com que abandonasse o curso pré-vestibular. (Judite)*

O tempo que estas mulheres permaneceram sem estudar varia de 06 e 19 anos (já mencionado por elas acima), algumas dessas trabalhadoras chegam a relatar os

caminhos que tomaram enquanto estiveram de fora do sistema educacional, em todos os relatos o trabalho aparece como uma das principais razões deste afastamento. Muitas até tentaram inúmeras vezes conciliar estudos e trabalho, mas sem sucesso. A necessidade da reprodução da vida material gritou mais alto, sobre esta relação nos relata uma trabalhadora após desistir dos estudos por conta do trabalho, “*Eu ia trabalhar insatisfeita, inconformada, porque assim eu chegava, já estava com 30 anos na época*”.

Na tentativa de conclusão de seus estudos e possivelmente concorrer uma vaga nas universidades pôde-se averiguar que entre as entrevistadas, todas tiveram que fazer mais de uma vez o cursinho pré-vestibular. Isso nos leva a fazer algumas reflexões sobre o acesso às universidades públicas e seus filtros sociais, raciais e econômicos. Na segunda vez que tentaram, quatro delas passaram, não apenas para uma universidade, ou mesmo para um único curso, mas para no mínimo duas universidades ao mesmo tempo, como nos relata uma trabalhadora:

*Fiz minha inscrição para prestar vestibular para quatro universidades, a UFF, a UFRJ, a UFRRJ, a UERJ e em uma particular que foi a PUC, sendo que eu passei na UERJ que foi pra nutrição, na UFF em Serviço Social e na Rural foi pra Agronomia, e pra UFRJ Serviço Social. (Maria)*

Quatro das cinco trabalhadoras passaram para mais de uma universidade públicas como: Matemática, Nutrição, Psicologia, Agronomia e o Serviço Social. Além de desmistificar argumentos de viés classista preconceituoso de que a ausência das classes populares nas universidades públicas é justificada por conta da incapacidade de abstração dos mesmos, e não a barreira social, racial e econômica chamada vestibular. Isso nos leva a questionar o caráter elitista das camadas que ocupam desde os primórdios a universidade pública.

Democratizar o acesso às universidades públicas, e isso quer dizer que se deve lutar pelo acesso universal e irrestrito, é dizer ainda nestes tempos que a universidade é patrimônio do povo, ou seja, é antes de tudo socializar e viabilizar as condições de permanência destas trabalhadoras dentro das universidades públicas e não adotar discursos elitistas de que se os trabalhadores ingressarem no ensino superior a qualidade do ensino será abalada.

Tal argumento é de um conservadorismo esnobe e sem fundamentação na realidade social, a saber, em uma recente pesquisa feita sobre os bolsistas das ações afirmativas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, atestou-se que uma turma de

direito, onde a maioria dos alunos é negra e composta por trabalhadores cotistas formou-se com louvor, todos tiveram excelente desempenho em sua formação acadêmica. Os bolsistas de ações afirmativas que possuíam dificuldades, as mesmas estavam relacionadas à falta de acesso a política de permanência, visto que muitos dos estudantes são trabalhadores, negros, pardos e oriundos das classes populares.

Neste sentido podemos constatar, a partir dos relatos das trabalhadoras entrevistadas para este trabalho de conclusão de curso, que os pré-vestibulares comunitários são um importante instrumento que de alguma forma permitem diminuir as diferenças no acesso ao conhecimento, e em certa medida preparar os alunos oriundos de classes populares para pleitear uma vaga em uma universidade pública. Outra questão a ser mencionada, é a nosso ver, um contra movimento que estes pré-vestibulares realizam ao atuarem como movimentos sociais, uma vez que existe uma formação política cidadã pra'lém da já mencionada preparação para os vestibulares das universidades.

A importância da existência destes pré-vestibulares foi importante para minha trajetória acadêmica. Acreditamos que este seja um lugar estratégico para se ocupar, principalmente por aqueles que fazem defesa clara de uma educação que eduque não para o mercado de trabalho, mas para a possível transgressão da ordem vigente. Digo isto porque durante minha passagem pelo pré-vestibular que está localizado dentro de uma universidade pública (UERJ), e o que é mais inspirador, dentro de um sindicato combativo de trabalhadores, o Sintuperj nos inspirou a conhecer e questionar o potencial formador da universidade pública.

Perguntamos as cinco trabalhadoras entrevistadas, se as mesmas teriam feito uso do sistema de reserva de vagas, apenas uma delas fez uso do sistema de cotas, no caso, cota racial: *“Fiz, pra negros”*. Outras quatro trabalhadoras não fizeram uso, ou seja, por diferentes razões algumas trabalhadoras até tentaram, mas não tiveram êxito, por não se *“adequarem aos critérios”* que segundo algumas trabalhadoras, não foram esclarecidas por parte das universidades.

O tema das ações afirmativas é um terreno arenoso, uma vez que discutir possibilidades de ingresso às camadas empobrecidas, afastadas do universo acadêmico, desperta ódio de grupos reacionários pertencentes à elite brasileira. Sobre a aceitação da sociedade sobre a legitimidade das ações afirmativas, ainda existe muito

conservadorismo envolto de uma classe média não acostumada a dividir espaços antes ocupados apenas por grupos sociais elitizados.

Neste campo de disputas, representantes da classe dominante tentam deslegitimar as ações afirmativas seja através dos discursos conservadores, onde a justificativa se dá pelo argumento da meritocracia, ou até através de fraudes no sistema de reserva de vagas. Sobre essa questão traremos como exemplo um fato em que se expõe um estudante da UERJ que burlou as regras para conseguir entrar na universidade a partir do sistema de cotas. O caso é datado do ano 2014, mais especificamente no mês de janeiro e veio a público a partir de um editorial do jornal O Globo<sup>11</sup>: Um rapaz morador da Zona Sul do Rio de Janeiro, usou os dados da empregada doméstica que trabalhava em sua casa e declarou-se dependente da mesma para concorrer aos 20% das vagas reservadas para quem possui renda per capita familiar inferior a R\$ 960 reais.

O caso ganhou repercussão e chegou ao conhecimento das autoridades a partir de denúncias feitas por um amigo do farsante, estudante de direito. Após a denúncia o rapaz foi expulso do curso de medicina e encaminhado para que o Ministério Público e polícia civil onde ele terá de responder a processo penal. Segundo Vieiralves, reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, este foi o primeiro caso em que um estudante tenha burlado os critérios do sistema de reservas de vagas, desde que as ações afirmativas entraram em vigor na UERJ em 2004, sendo pioneira deste movimento que populariza o acesso às universidades públicas.

Acreditamos que este caso não seja o único desde que o sistema de cotas, entrou em vigor em 2003. Tal notícia nos chamou atenção por seu caráter ideológico, vejamos um rapaz de “classe média alta” morador da zona sul, e que deve ter estudado nas melhores escolas da cidade, lança mão dos dados de uma empregada doméstica, que trabalhava em sua casa, para poder ingressar no curso de medicina.

Este fato é um retrato do que extratos da “*classe média*” carioca são capazes de realizar, pois aproveita-se da condição pauperizada da empregada doméstica para se beneficiar. Poderia ser esta trabalhadora a pleitear uma vaga para si própria, mas suas reais condições de trabalho e de reprodução da vida no trabalho doméstico não lhe permite, já o morador da zona sul, tendo as condições objetivas postas para fazê-lo,

---

<sup>11</sup> De acordo com notícia publicada no Jornal O Globo na internet em 22/01/2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/jovem-usou-empregada-domestica-para-burlar-sistema-de-cotas-na-uerj-11369319>

burla as regras. Portanto, acreditamos que é preciso refinar as medidas de acompanhamento e fiscalização sobre os que buscam concorrer vagas a partir do sistema de cotas.

Neste sentido verificamos que embora a lei 3.524, que assegura a reserva de 50% das vagas para alunos vindos da rede pública de ensino tenha sido promulgada meados dos anos 2000, paralelo às discussões que permeava a democratização do acesso, foi criada outra lei nº 3.708, que reserva 40% das vagas para estudantes que se autodeclararam negros ou pardos. A lei fora promulgada no ano de 2001, algumas mudanças ocorreram após a promulgação destas leis, uma das principais mudanças é a alteração da porcentagem do número de reservas de vagas.

Após a alteração, a situação do sistema de reservas de vagas ficou da seguinte maneira: 20% para alunos que se autodeclararam-se negros ou pardos, 20% para alunos oriundos de rede pública de ensino e 5% para indígenas ou portadores de deficiência. Para todas as possibilidades de concorrência às cotas é obrigada a comprovação de carência socioeconômica. Apenas algumas Universidades aderiram o sistema de reserva de vagas.

Importante ressaltar que durante o ano de 2010/2011 os movimentos de Docentes, de Estudantes e de Técnicos Administrativos da UFRJ se comprometeram em uma grande campanha para que o sistema de reservas de vagas fosse aprovado no colegiado de instância maior da UFRJ. Esta proposta perdeu por dois votos, logo a Universidade Federal do Rio de Janeiro negou-se a democratização a partir de sua autonomia.

Em Outubro de 2012, a Presidência da República por meio do decreto de nº 7.824, regulamenta a lei nº 12.711 de 29 de Agosto de 2012, onde dispõe sobre as atribuições de cotas ao ingresso nas universidades federais do país. Esta lei prevê a obrigatoriedade das universidades federais vinculadas ao Ministério de Educação para que reservem vagas para os cursos de graduação, por curso e por turno e 50% no mínimo de suas vagas para estudantes que tenham estudado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino, isto inclui as escolas que oferecem cursos técnicos profissionalizantes, sob as condições seguintes:

*I - no mínimo cinquenta por cento das vagas serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita;*

*II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.*

Neste decreto, também se instituiu um Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Médio Técnico, para que avalie o cumprimento das disposições. Acreditamos que desta forma, a partir das ações afirmativas, pode-se abrir possibilidades para que as camadas mais empobrecidas e marginalizadas da população brasileira possam ter acesso ao ensino superior, uma vez que as universidades públicas ainda hoje, configuram-se como um lugar onde quem ocupa os espaços, em sua maioria, são classes sociais médias e altas. As cotas possibilitam mudanças, ainda que parcas.

Durante o ano de 2008 enquanto cursava o pré-vestibular comunitário as discussões sobre o sistema de cotas fervilhavam nos corredores da UERJ, os meus professores em sua maioria alunos da graduação em alguma universidade pública eram ferrenhos defensores das cotas, uma vez que se tratava segundo os mesmos de reparação histórica as populações que foram durante anos, afastadas ou impossibilitadas de cursar uma universidade. O posicionamento político dos professores do pré-vestibular fazia com que nós estudantes procurássemos saber mais sobre como poderíamos recorrer ao sistema de reserva de vagas.

Lembro-me do perfil da minha turma, em sua maioria eram trabalhadores, pessoas mais velhas, moradoras da baixada fluminense, negros, nordestinos, estudantes da rede pública de ensino, ou seja, a maioria de nós poderia recorrer ao sistema de reservas de vagas, a maioria dos meus amigos o fez. Eu mesma fiz, pedi cotas para estudante que cursou o ensino médio integralmente na rede pública, mas fui impedida de concorrer, pois no ano em que o fiz, um deputado estadual entrou com uma liminar na justiça que restringia a concorrência de reservas de vagas a estudantes oriundos de escolas públicas de outros estados, desta feita fui impedida de concorrer.

Para o vestibular da UFRJ não havia nenhuma ação afirmativa a época, desta forma, fiz o vestibular pela ampla concorrência de vagas. Fiz a seleção apenas para a

UERJ e UFRJ, passei na primeira fase da UERJ, mas não passei na última. Na UFRJ, fui chamada em uma das reclassificações. O sistema de reservas de vagas é uma realidade nova tanto para as Instituições envolvidas neste processo, quanto para os sujeitos que utilizam o sistema de cotas.

Para as instituições de ensino superior está clara a falta de investimento em políticas de permanência. Há um movimento de democratização no acesso, e um verdadeiro abandono destes estudantes, no que diz respeito à assistência estudantil, mesmo quando o funil excludente do vestibular, fora por hora vencido, estes estudantes se veem em péssimas condições de permanecer na universidade pública, pois existe a vaga, mas moradia, alimentação, transportes, bolsas de iniciação científica e de extensão são sucateadas e poucas perto ao número dos que pleiteiam.

Outra questão relevante para esta pesquisa perpassa em investigar o grau de estudos dos familiares das trabalhadoras domésticas presentes no curso de Serviço Social, é por assim dizer, compreender se entre os familiares e amigos destas trabalhadoras que entrevistamos existem pessoas que tenham tido passagem pelas universidades, ou que possuam anos de estudos.

Para isso, questionamos se as trabalhadoras possuem entre seus familiares ou amigos alguém que tenha frequentado a universidade. Averiguamos que entre as cinco entrevistas, três delas não possuem entre familiares pessoas que tenham experiência de terem cursado universidade pública, como nos relata resumidamente Rosa, “*Não, eu sou a primeira*”. Ou como podemos observar em outras narrativas essa questão mais detalhada:

*Não antes não, ninguém, minha irmã, tio, primo, ninguém mesmo assim, ninguém. Minha mãe sempre foi empregada doméstica, minhas tias também. Aí quando saiu pra trabalhar fora, foi fábrica, uma coisa desse tipo, cobradora de ônibus. (Judite)*

*Hoje em dia sim, mas a época não, não que eu tenha conhecimento. Hoje já tem! Tem primos que estão... Os primos mais novos que estão entrando agora, eles já têm outros conhecimentos, outras coisas então eles estão indo pra faculdade. (Regina)*

Outras duas trabalhadoras possuem entre seus familiares e amigos pessoas que tiveram passagem pelas universidades, nos dois casos são familiares e amigos aos quais as trabalhadoras não tinham contato próximo, como podemos observar a partir da fala de Antônia, “*tem uma prima em Belo Horizonte que se formou professora assim há bastante tempo*”.

Segundo Simões (2007), em uma pesquisa feita sobre o perfil do estudante de Serviço Social entre 1996 a 2006, nos apresenta dados sobre o nível de escolaridade dos membros familiares dos estudantes, tal resultado atua de forma didática para explicar o afastamento dos familiares dos estudantes de serviço social da academia, uma vez que são os seguintes:

72% dos pais dos assistentes sociais (contando pai e mãe juntos) completaram no máximo até o 2º Grau, sendo que destes, 48% só têm o curso elementar (PNAD 1996). Portanto, os alunos de serviço social são majoritariamente mulheres advindas de camadas baixas e pouco letradas da população. (SIMOES, 2007, P 23.)

A questão sobre o nível de escolaridade de membros da minha família é algo pouco comentado tanto entre meus familiares como nos lugares institucionais por onde passei, a universidade está incluso entre eles. Minha família é considerada uma típica família brasileira, onde é a matriarca que a sustenta. Minha mãe e minha vó materna foram as responsáveis por minha educação.

Conheci meu pai depois dos 11 anos de idade, e não tive grandes laços, quem cumpriu este papel, foi meu tio Amandio, irmão de minha mãe. Pois bem, nenhuma dessas pessoas teve grandes trajetórias acadêmicas, são analfabetos ou estudaram até a 4ª série do ensino fundamental.

O Brasil é o país que apresenta índices sobre analfabetismo preocupantes. Hoje, a principal bandeira do governo intitula-se “*pátria educadora*”, as contradições são trazidas pelos seguintes dados divulgados pelo IBGE (Pesquisa Nacional por Domicílios- PNAD) de Setembro de 2014, referentes ao ano de 2013. Onde o número de pessoas analfabetas era de 16 milhões (pessoas com 10 anos ou mais). O número de pessoas analfabetas na região Norte é de 9,5% (pessoas com 15 anos ou mais).

Os membros de minha família fazem parte deste percentual apresentados por esta pesquisa, uma vez que, minha vó materna, nunca sentou-se em uma cadeira escolar, moradora de uma cidade ribeirinha, não teve acesso aos estudos, sempre trabalhou na roça. Minha Mãe desenvolveu trabalhos braçais, como serrar madeira na roça até seus 22 anos, tentou estudar, mas sem sucesso, parou os estudos na 4ª série do ensino fundamental, não sabe ler, apenas escreve seu nome com muita dificuldade. Meu tio nunca entrou no sistema educacional, é analfabeto. Minha vó teve seis filhos, três mulheres e três homens que por sua vez tiveram filhos e netos, uma família grande, porém entre os meus familiares nenhum deles cursou ensino superior.

Eu não possuía amigos que frequentassem universidades, não sabia da existência das universidades públicas até meados de meus 20 anos. Minha mãe sempre foi uma incentivadora para que eu estudasse. Lembro-me que ainda na infância, contratou um vizinho para que me auxiliasse no aprendizado à leitura, mesmo com poucos recursos ela fazia questão que eu tivesse este auxílio. Isso me ajudou a aprender a ler mais rápido do que os meus colegas de turma a época.

Desta forma, não há entre os membros de minha família doutores, professores, personalidades ilustres da academia, somente trabalhadores roceiros, empregadas domésticas, marcados pelo trabalho pesado. Minha aproximação com a ideia de continuar os estudos após a conclusão do Ensino Médio se deu quando já me encontrava no Rio de Janeiro para trabalhar como doméstica. No estado do Pará apesar da casa da tia que me criou estivesse localizada há alguns metros da Universidade Federal do Pará em uma das maiores favelas da região chamada “*Terra Firme*” eu desconhecia que ali bem próxima estava uma universidade pública. Soube da existência das universidades públicas por conta da convivência com a última família que trabalhei como doméstica no Rio de Janeiro, nesta família todos os filhos do patrão haviam estudado em universidades públicas, eles eram de Minas Gerais e migraram para o Rio de Janeiro para darem continuidades aos estudos. Era no total de nove filhos, a mãe falecida, era professora de piano clássico e o pai era viúvo e morava com uma filha solteira, eram com quem eu trabalhava e morava. Esta família possui uma extensa biblioteca.

Após a rotina de trabalho sempre que podia, tirava um dos livros da estante para ler. Li clássicos da literatura, da filosofia, da política. Conheci músicas clássicas, escutava Wagner, Chopin, Strauss, Mozart. Reconheço que o convívio com os livros, as músicas e mais que isso ter acesso a leituras, aproximação com uma cultura que até então eu não conhecia aguçou meu desejo em querer estudar. A primeira vez que estive em um teatro, foi para fazer companhia ao patrão, fomos ao teatro municipal do Rio de Janeiro para assistir a Orquestra Sinfônica Brasileira com o espetáculo chamado Fênix, foi uma experiência incrível.

Quando pensamos nas razões que fizeram com que cada trabalhadora se dispusesse a encarar uma cadeira na universidade, conjecturamos inúmeras impossibilidades para a negativa ao fato que é estas mulheres, trabalhadoras domésticas estarem presentes no ensino superior. Pois o ramo de trabalho ao qual elas estão inseridas é caracterizado por um forte índice de baixa escolaridade. No caso destas

mulheres em certa medida é quase improvável que a realidade que elas vivenciam hoje, seja possível para a maioria das trabalhadoras domésticas do país.

Para ilustrar essa questão, trago um exemplo de como as pessoas recebem a informação quando digo que o meu objeto de estudo é sobre trabalhadoras domésticas universitárias, de imediato as pessoas reagem e respondem com espanto: “*e existe?*”, “*você as encontrou, como?*”, “*pensava que não existia*”. A resposta destas pessoas não é de se passar em branco, pois não é comum que mulheres pobres, negras, nordestinas, nortistas, indígenas, oriundas de famílias onde não há indícios que as tenham levado em direção ao ensino superior universitário, consigam ultrapassar os filtros sociais.

Desta forma é compreensível o espanto de quem não conhece trabalhadoras que estejam na universidade, é uma configuração nova de perfil entre os estudantes trabalhadores, mesmo entre os trabalhadores, que há alguns anos estão presentes no cenário do ensino superior. Essa realidade só nos reafirma a necessidade de os trabalhadores tomarem de assalto o que lhes pertence, o direito à educação superior.

Quando decidi estudar este tema, confesso que foi uma dificuldade encontrar referências bibliográficas acerca do mesmo, o máximo que encontrei foram alguns estudos de casos, em muitos deles as trabalhadoras domésticas estavam em universidades privadas, como bolsistas. Esta realidade particular do universo escolhido como amostra para esta pesquisa só tornou-se possível a partir da última década, isto data o início do sistema de reservas de vagas, cotas para o acesso as universidades. Antes dessas medidas, a relação estabelecida entre universidades públicas e trabalhadoras domésticas se resumia a título das mesmas serem objetos de análise de trabalhos acadêmicos.

Questionamos as trabalhadoras o que as motivou para cursar o ensino superior, entre as cinco estudantes, quatro delas nos responderam que a principal motivação foi o desejo de continuar seus estudos, pois as mesmas tem profundo apreço por adquirir conhecimento, observamos algumas de suas respostas:

*Primeira coisa é gostar de estudar. Porque assim desde criança eu pensei assim, vou fazer faculdade é a aquela coisa de criança mesmo, eu quero estudar, quero fazer acho que vai ser legal, aí depois eu fui crescendo e fui vendo as profissões que eu queria fazer. Sempre gostei de estudar, desse ambiente acadêmico, de você sentar e estudar, ler, parar entendeu. (Judite)*

*Eu sempre tive um desejo muito grande e quando eu terminei o ensino médio, eu queria seguir, porque agente sempre ouviu aquela conversa de que é o estudante pobre que é*

*morador de favela mal consegue terminar o ensino médio. Assim, eu disse bem, agora eu realizar essa vontade esse desejo de terminar né, de fazer uma faculdade, de continuar os estudos. (Regina)*

*Minhas condições objetivas, enquanto mulher preta, de onde eu vim da periferia de Japeri... e sempre gritava pra mim o trabalho doméstico, se você não está trabalhando no mercado informal, tem a “casa de família” e casa de família não exige escolaridade, acredito que a escolaridade pra esse tipo de trabalho é saber limpar, passar. Eu sempre quis ocupar um espaço, sem saber, hoje com o acúmulo que eu tenho, mas eu queria continuar estudar embora eu não soubesse como, pois eu não sabia que existia Universidade Pública, eu não sabia onde elas estavam talvez isso se dê pela minha origem, de onde eu venho e por não ter ninguém me orientando. (Rosa)*

*Uma amiga minha, há cinco anos ela se formou em veterinária e meio que foi mais ou menos ela que eu vi que ela estava estudando também, ela era mãe solteira na época, entendeu e tinha aquela correria do dia a dia. Foi o que me motivou, foi um dos motivos, porque na verdade eu queria mesmo era parar de trabalhar como empregada doméstica queria procurar uma coisa que eu tivesse futuro que eu pudesse olhar, porque eu olhava, olhava e não via nada, pensava gente eu vou subir? (Maria)*

Dentro das narrativas das trabalhadoras sobre essa questão, algo chama muito atenção. Uma das trabalhadoras, Maria, expressa sua real motivação para cursar uma universidade: a possibilidade de abandonar o trabalho doméstico, para reafirmar sua insatisfação narra a realidade de uma colega de profissão, que mora no mesmo prédio que ela, essa colega tem 60 anos e trabalha onde mora há 43 anos, “*eu não quero ficar como fulana, ela tem 60 anos já se aposentou mais ela continua lá, ela está trabalhando ainda.*”. Este dado da realidade social, onde as trabalhadoras moram anos e trabalham anos na mesma casa, se repete, inclusive entre as trabalhadoras domésticas encontradas na universidade para participar desta pesquisa.

Particularmente, minhas motivações foram variadas, em grande parte, a mais gritante das motivações, tal como Maria, era sair, abandonar o trabalho doméstico, já não estava disposta a permanecer sequer mais um ano no serviço, estava cansada, desde os 09 anos de idade vivenciando as desventuras do trabalho doméstico em seus piores meandros, pois eu habitava onde trabalhava, em regime escravista. Não havia hora para parar de trabalhar, às 11 horas da noite se o patrão requeresse algum serviço, eu era obrigada a atendê-lo. Outra razão motivadora era querer continuar os estudos, sempre gostei de ler, livros de literatura, história geral, filosofia, acreditava que poderia tentar já que havia enfim uma chance.

Ainda no desejo de apreender a configuração familiar e sua relação com os estudos, questionamos as trabalhadoras sobre a reação de seus familiares ao receberem a notícia do ingresso delas na universidade, todas as cinco de forma unânime nos responderam que seus familiares reagiram de forma positiva, uns mais empolgados do que outros. Geralmente os que mais se empolgaram entendiam a grandiosidade da conquista, pois tinham clareza da importância dos estudos, outros familiares que responderam positivamente, mas nem tanto empolgados assim, acreditamos que tenha sido por conta do distanciamento dos mesmos deste universo que é o sistema educacional no Brasil, como podemos observar:

*Minha irmã, essa minha irmã mais velha que passou, poxa ela ficou super feliz, ela me abraçou, ficou feliz. E a minha irmã acima de mim, ela tipo assim ah esta! Foi meio indiferente sabe esse despeito, eu até nem esperava isso. Fiquei até chateada com ela. Minha mãe foi falando aos poucos e as pessoas ficaram assim e tal. (Judite)*

*O pessoal ficou feliz, assim meu pai é analfabeto mal sabe escrever o nome e a minha mãe sabe escrever o nome, sabe ler a custo de muito esforço. Então assim, apesar de todas essas dificuldades (emocionada, choro) a minha mãe sempre incentivou agente a estudar e... (voz embargada) então assim, eles ficaram felizes quando souberam todos ficaram muito felizes porque diziam: “caramba fulana, você conseguiu entrar numa universidade pública”! Isso foi uma festa! E aí todo mundo falava: “fulana está fazendo faculdade, mas é uma federal, é a UFRJ”, e frisavam bastante isso. (Regina)*

*As pessoas ficaram felizes. Minha mãe quando eu era criança ela dizia que eu falava pra ela: “eu vou ser rica!” e minha mãe perguntava, “mas minha filha, como assim você vai ser rica?” e eu dizia: “mãe eu sou pobre só fisicamente, mas eu sou rica espiritualmente!” Então assim ela (mãe) quando soube que eu passei, ela disse: “Não falei, ela sempre dizia que era rica espiritualmente”, pra uma criança de seis anos dizerem isso eu nem sei de onde vinha”! Então todo mundo gostou, meus filhos, o marido, o pessoal do prédio, é uma família muito sofrida. (Maria)*

*Só minha irmã que achou o máximo, que disse: “ah que legal”! O resto ninguém falou nada, minha mãe assim também fez como se não fizesse diferença, se eu fui pra o jardim de infância, se eu fiz o ensino médio, fundamental, ela disse: “ah, nessa idade, você já está velha, não sei o quê”! Ela estudou muito pouco, até a 2ª série, brigou e fugiu da Escola então ela achava que estudar nessa idade (43 anos) já era! Pra mim fez falta ela reconhecer que eu passei, saber é sempre bom né! Minha mãe foi doméstica também a vida inteira, trabalhou sem carteira assinada, sem INSS. Depois de alguns esforços e ajuda de um professor que me orientou eu consegui aposenta-los, depois disso pensei: “ah estou livre”. (Antônia)*

*Eles gostaram. Meu pai a princípio não gostou, quando eu descobri onde tinha Universidade Pública disse que eu não ia estudar no Rio de Janeiro e eu falei daqui a pouco quando eu fizer 18 anos você vai querer me mandar embora porque eu não estudo, nem trabalho... e aí ele ficou feliz porque no primeiro ano de vestibular que eu*

*fiz ele não entendeu porque eu não passei. Hoje eu sou referência em relação aos estudos para a família. (Rosa)*

A notícia de meu ingresso na universidade foi recebida sem muito entusiasmo por minha mãe, ela não sabia do real significado desse fato, confesso que nem mesmo eu sabia a época. Lembro-me que recebi a notícia de amigos meus que viram a lista dos aprovados para a UFRJ, sendo que eles ingressaram para a UERJ, quando recebi a notícia disse de imediato, não, não é possível, deve haver um engano. O coordenador do curso permitiu-me acessar a internet no pré-vestibular para confirmar e de fato vi que meu nome estava na lista. Na hora eu pensei: *“cara, passei e agora?”*, liguei pra minha mãe no Pará e falei: *“Mãe, eu passei pra Universidade Federal do Rio de Janeiro.”*. Ela respondeu: *“ah, ta minha filha, legal!”*.

Antes que o semestre começasse eu estive no Pará, meus irmãos menores ficaram felizes, minha Mãe começou a fazer perguntas sobre o curso que eu escolhi fazer. Uma cena me marcou muito nesta minha visita à minha família, depois de três anos no Rio de Janeiro trabalhando meu irmão caçula, a época com 11 anos de idade, me cumprimentou, eu o respondi e perguntei: *“está indo pra escola?”*. Tem que estudar. Ele me respondeu: *“Sim, eu vou fazer faculdade federal que nem você”* a resposta do meu irmão, me fez pensar na possibilidade que se abria para meus outros irmãos, eles hoje podem conhecer a Universidade Pública, eu estudei nela, é um registro importante.

Dentre as cinco trabalhadoras, todas nos relataram que os patrões reagiram de forma positiva ao receberem a notícia de seus ingressos na universidade. Algumas nos disseram que a reação era um misto de *“espanto e descrédito”*, pois queriam certificar-se de que a notícia era verdadeira. Existem narrativas em que os patrões verbalizam a necessidade das trabalhadoras estudarem, desde que isso não atrapalhasse o desempenho das atividades domésticas. Segundo as trabalhadoras alguns membros da família questionavam o curso que elas haviam escolhido para estudar, pois diziam que era trabalhar com pobres, e isso parecia não ser rentável.

Nosso objeto de pesquisa perpassa por um importante recorte que é apreender as condições de trabalho dessas trabalhadoras domésticas universitárias, neste sentido fomos averiguar a relação entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores e constatamos que nunca foi uma relação sem conflitos. Quando questionamos nossas entrevistadas como repercutiu o ingresso delas na universidade entre seus patrões e

como os mesmos encaram essa nova realidade, as trabalhadoras nos responderam das seguintes formas:

*Quando ela (patroa) ficou sabendo ela disse “ah que bom”. Eu não estava perto dela, mas tipo assim, eu acho que a ficha dela não tinha caído, porque seu estava estudando, pelo que eu conheço dela e que eu ouvi essa minha amiga que trabalha na irmã dela. Ela falou assim: “aí que bom pra ela né”. Mas eu conheço a pessoa e sei o sentido que ela falou “aí que bom não sei quê.” (Judite).*

*Assim, eles sempre me incentivaram, desde que claro não atrapalhasse o trabalho lá, quando eu falava do desejo de voltar estudar e tudo mais, eles sempre me deram força, do tipo: “você tem que ir correr atrás e tudo mais”. Claro desde que não atrapalhasse o trabalho ela comemorou! (Regina)*

*Eu comecei a faculdade, fiquei um período estudando e depois foi que eu falei pra ela, o pessoal começou a falar até que ela veio me perguntar, ela disse: “nossa fulana eu quero ir à sua formatura”, em relação a essa atual patroa onde trabalho há quatro anos, no começo ela disse que ia pagar meu plano de saúde, décimo terceiro, FGTS e INSS essas coisas que pagam aos trabalhadores domésticos, na verdade ela não pagou. Ela pagou plano de saúde pra mim e pra meus filhos durante um ano e meio e fundo de garantia pagou apenas três meses só o INSS ela ficou um ano sem pagar! Então ela falava: “ah fulana, eu morro de pena de assinar sua carteira como empregada doméstica, mas eu não posso fazer outra coisa, você não tem o perfil de empregada doméstica!”. Ela reagiu assim, ela achava interessante ter uma empregada universitária. (Maria)*

*Até ouvi coisas da patroa do tipo: “ah que legal, viu se eu não tivesse levado você lá pra estudar você não teria passado, parabéns viu, você conseguiu!” (rs) Realmente tem todo esse apoio, ela sempre me incentivou, muito, muito, até hoje, de vez em quando ela diz: “e aí já fez tudo”? “Você tem prova”? E eu falo ah é tá tchau! (Antônia)*

*Isso é complicado pra mim, e talvez para eles, porque era assim, os filhos dos patrões faziam faculdades que para o mercado hoje é rentável e aí eles disseram “aaah serviço social, vais trabalhar com os pobres”. “Você poderia fazer outra faculdade e tal”. Mas eles me tratavam como eu vou dizer normal – quer dizer tratamento pra mim nunca é normal dessa relação, então desde que eu comecei a trabalhar eles não entendiam isso, era pra mim estranho, eu num trabalho que tem uma ligação com a escravidão ainda, porque o trabalho doméstico pra ter leis ainda hoje sendo aprovada pra regularizar horas de trabalho é pra mim uma extensão da relação “casa grande senzala”, mesmo eu estando dentro da faculdade eu não tenho acesso à permanência digna e eles sim, sabendo que eu poderia estar no mesmo nível que eles, ou estudando na mesma universidade que eles ou na mesma sala deles, isso é uma afronta. (Rosa)*

Uma questão que nos chama atenção é que no relato de duas trabalhadoras o fato de que a partir do instante que elas ingressam na universidade pública, ao contrário de haver melhores condições de trabalho, com ampliação de seus direitos trabalhistas, o que ocorre é um rebaixamento dos mesmos. Duas trabalhadoras trabalhavam como

mensalistas de carteira assinada, após terem ingressado na universidade tiveram essa realidade alterada, deixaram de ser mensalistas e passaram a ser diaristas somado a isto perderam o direito da carteira assinada. Nos dois casos a proposta da mudança partiu das patroas, como podemos observar em seus relatos:

*No mês de fevereiro eu cheguei pra ela e falei que não ia mais trabalhar, ela perguntou por que e eu expliquei que pra trabalhar com ela era preciso muito pique, muita disposição e eu queria me dedicar mais ao estudo e eu não estava conseguindo, pois eu chegava muito cansada, tanto que já chorei em sala de aula de cansaço, eu ia mal em todas as disciplinas. eu não conseguia me concentrar, eu já não absorvia mais nada quando chegava na sala de aula. Ela (patroa) me ofereceu dois dias na semana pra trabalhar na casa dela, em detrimento disso ela deixou de assinar minha carteira de trabalho, deixou de pagar todos os outros benefícios. Então eu fiquei dois dias com ela e mais dois dias por fora, porque essas duas pessoas que eu arrumei por fora, elas também não sabem que eu estudo, eu entro e saio faço o que tenho que fazer e não converso. (Maria)*

Sobre a relação entre patroas e empregadas domésticas existem publicações importantes na área da antropologia, esses estudos procuram apreender os meandros desta conturbada relação, que se camufla as relações trabalhistas, com frases como “*ela é como se fosse da família*”. Muitos estudiosos se debruçam sobre este tema, na maioria das vezes quem contrata empregadas domésticas, são as mulheres, conhecidas como patroas. Entre os estudiosos do tema está Jurema Brites que em sua tese de doutorado intitulada “*Afeto e desigualdades-gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores*”.

A autora colabora com o debate sobre esta questão ao dizer que a mesma é marcada por desigualdades de classe, raça e gênero. Para desenvolver o debate Brites lança mão de um conceito desenvolvido por (Goldstein, 2000), chamado de “*ambiguidade afetiva*”, nas palavras de Goldstein:

Apesar das relações de poder evidentemente desiguais que, sem dúvida, caracterizam este relacionamento [entre empregada e patroa], é a ambiguidade afetiva da relação que exige mais análise. É na troca afetiva entre aquelas que podem pagar pela ajuda doméstica e as [mulheres] pobres que oferecem seus serviços que as relações de classe são praticadas e reproduzidas (BRITES, apud Goldstein, 2003).

Essa “*ambiguidade afetiva*” mostra-se sutilmente no cotidiano das trabalhadoras domésticas e sempre esteve presente em meu cotidiano, pois habitava com os patrões (senhor 82 anos e uma filha de 40 anos), o convívio era bastante conflituoso, não somente entre os dois, mas também em relação a minha posição em meio às tarefas domésticas e as necessidades afetivas dos patrões, porque eles nos ocupam o tempo

todo. A patroa tinha um comportamento que alternava ora distanciamento e ora proximidade. O patrão comportava-se na maioria das vezes de forma arrogante e preconceituosa.

Quando a patroa requeria proximidade, eu tinha que ficar à disposição para ouvir suas lamúrias, se aproveitando o ensejo eu quisesse discutir direito a carteira assinada, ela de imediato lançava mão do distanciamento e dizia: *“Isso é com meu pai”*, impossibilitando qualquer forma de diálogo. Essa relação indiferente, utilitarista fazia com que o ambiente de trabalho e moradia fosse uma tortura diária. Como já mencionei na família eram nove irmãos, existiam uns três, que durante as muitas festas produzidas para a família, onde eu estava presente, me tratavam com humanidade.

Lembro-me de como alguns questionavam como estava os meus estudos, se eu precisava de livros e se dispunham a ajudar se eu precisasse, sou simpática a eles até hoje. A repercussão de meu ingresso à UFRJ foi plural, os que me tratavam com humanidade, me parabenizaram, me presentearam com livros. A patroa utilitarista, com quem lidava cotidianamente fez o seguinte comentário: *“agora, você é a mais nova universitária da família”*, ouvi, mas não escutei, pois não fazia sentido algum, aquela frase para mim, nunca me senti parte de nenhuma das muitas casas de famílias que trabalhei e tive como moradia.

Um aspecto positivo foi o fato, desta mesma patroa, ter sido a pessoa que me orientou a buscar a assistência à moradia (alojamento da UFRJ), disse que um de seus irmãos havia morado no alojamento durante a década de 80, após essa informação eu pude fazer meu cadastro pelo site da UFRJ com o auxílio da patroa, para concorrer a uma vaga na moradia, após esse fato fui acompanhando os processos de entrega de documentação, nesse último processo estive sozinha.

Entre as filhas do patrão existe uma *persona non grata* na família, essa mulher me tratava com preconceito. Trata-se de uma psicóloga e mãe de vestibulanda que não havia passado em nenhum vestibular, certa vez houve uma cena que ilustra a tensão que era a relação com essa mulher, ela me questionou em um tom inquisidor de divã: *“E o que você vai fazer agora que passou no vestibular, vais estudar a noite na UFRJ e ser empregada durante o dia?”*. Respondi: *“Essa é a parte mais fácil, o difícil eu já passei que é trabalhar como doméstica, em situação precária”*, e me retirei da sua frente, aquilo estava preso em minha garganta, semanas depois mudei para a moradia estudantil.

Vivenciando os espaços da universidade pública, pude observar inúmeras diferenças, não somente sobre o perfil das pessoas que frequentavam o lugar, mas também na estrutura do lugar em si, sua localização, o bairro da Urca é um bairro de classe média alta, não há favelas em suas proximidades. Neste sentido quando questionamos as trabalhadoras domésticas sobre suas impressões ao chegarem a UFRJ e se correspondeu as suas expectativas.

Entre as trabalhadoras entrevistadas, todas de um modo geral apresentaram suas impressões e suas expectativas quando entraram na UFRJ. Das cinco narrativas, quatro responderam que de forma positiva em alguns aspectos. Uma trabalhadora nos relata que a falta de assistência ao estudante é uma questão que a impressionou negativamente:

*Depende de qual expectativa, de uma parte sim de outra não. Em relação ao ensino eu acho que sim, correspondeu a minha expectativa Em relação à atenção e ao cuidado ao estudante e achei que a UFRJ não corresponde às minhas expectativas... Por mais que digam que não tem, eles tem sim! Em relação ao ensino eu ainda acho que é um dos melhores. (Maria)*

Outra trabalhadora nos relata a dificuldade de acesso, no que diz respeito a transporte e distância, enfrentado pela mesma que nos relatam abaixo suas impressões:

*O espaço físico sua localização era complicado como na UFF pra eu chegar, porque eu morava em Japeri e estudava na Zona Sul do Rio de Janeiro e aí isso pra mim era difícil. Na zona sul né, a maioria dos alunos pertence à classe dominante, vou usar essa categoria, e essa classe estuda na universidade. Pelo menos na graduação entram pessoas oriundas da classe trabalhadora, isso já não se põe para os programas de pós-graduação, essa foi a impressão que eu tive e vejo isso até hoje. O espaço em si não me representa. Algumas disciplinas sim, nem alguns professores me representam. (Rosa)*

Outra estudante nos relatou que apesar da precarização, ela reconhece que o poder de organização para reivindicação dos estudantes a impressiona de forma positiva e que muitas mudanças que ela presenciou partiu da predisposição para a luta da organização estudantil. Este relato me fez recordar uma fala de Netto ao movimento estudantil: “*Sem movimento Estudantil, a Universidade está morta!*”. Neste período vivenciamos lutas importantes como a luta por permanência na Praia Vermelha, contra a transferência dos cursos para a ilha do fundão, parte do plano diretor:

*Eu não conhecia aqui (campus da UFRJ na Urca), passava, sempre por aqui, mas não sabia que aqui era um campus da UFRJ, nunca tinha prestado atenção e conhecia um pouco o Fundão (Ilha campus) porque fiz um tratamento dentário por lá, então conhecia um pouquinho lá, e achava que era só lá. Eu achei diferente o mundo daqui (Urca/PV) de lá do campus do Fundão, mas assim a expectativa não foi respondida*

*positivamente, porque você está na universidade é outro mundo, são outras experiências, e eu pensava, não sei, mas está faltando alguma coisa, mas era aquela correria, saía do trabalho e eu chegava à sala de aula e muitas vezes a aula já tinha começado, chegava atrasada e saía correndo doida pra não perder o ônibus que passava de uma em uma hora. (Regina)*

*Minha expectativa com a universidade, eu achava que era mais fácil fazer disciplinas em outros cursos, mas você não vê, você tem que ficar fuçando, entendeu que eu tô falando? E você está trabalhando, você não vai ficar lá no computador fuçando entendeu? Eu achava que teria que ser mais aberto. (Judite)*

*Respondeu minhas expectativas positivamente, eu pensei cara eu estou aqui! Uhul não quero nem saber como vai ser amanhã, mas eu estou aqui! Estou dentro! Ah foi o máximo assim, não sei o que vão me perguntar o que vão me mandar fazer, mas o importante é que eu estou aqui! Fiquei 19 anos sem estudar... entrei com 43 anos na universidade. (Antônia)*

Os estudos sobre a situação de vida, como permanecem os estudantes de perfil popular nas universidades federais ainda são insuficientes, pois se trata de uma realidade recente, acredito que este seja um tema importante de ser averiguado, uma vez que os programas de acesso às universidades públicas (REUNI, SISU, ENEM) alargaram somente as portas de entrada das universidades, os cômodos estão apertados e caindo aos pedaços. A Divisão de Assistência não possui um estudo sobre as últimas mudanças ocorridas, no âmbito do acesso, ou o não acesso à política de permanência.

A primeira vez que estive na Universidade, depois de fazer minha inscrição no Ilha do Fundão, foi na praia vermelha, lugar este onde eu vivenciaria anos mais tardes grandes descobertas, não só acadêmicas, mas sim de várias ordens. Estive na PV, como carinhosamente abreviamos, para fazer minha inscrição em disciplinas e minha turma recebeu as boas vindas da então diretora de graduação a época, a professora Mavi Rodrigues, minha ansiedade era tanta que não via a hora de as aulas começarem, em um discurso de boas vindas Mavi, disse algo que nunca mais eu esqueceria: “*Não passem pela Universidade, deixem que a Universidade passe por vocês, vivenciem este lugar, sejam modificados por ele, é um momento único para vocês, esse lugar pertence a vocês*”.

De fato, aquelas palavras ditas me impressionou bastante, eu tive a certeza que era ali meu lugar, que minha vida seria radicalmente transformada, e isso não era euforia, pois anos depois eu posso dizer que isso se tornou realidade. Minhas impressões primeiras foram as melhores possíveis, embora houvesse incertezas de como seria o futuro, em mim havia um otimismo sem precedentes.

Ainda no primeiro período, tive a honra e o prazer de assistir aula, com uma das figuras acadêmicas mais espetaculares que conheci José Paulo Netto, lecionou a disciplina de Introdução à crítica da economia política, além de um brilhante intelectual, este homem é possuidor de uma sensibilidade tocante, sem as arrogâncias que são peculiares a figuras da academia. A partir deste momento, o meu gosto por estudos de economia crítica foi apurando.

Neste sentido, procuramos apreender a partir desta pesquisa quais motivos orientaram as trabalhadoras domésticas em suas escolhas pelo curso de serviço social, e se elas tinham vontade de cursar outra carreira? Qual? E por quê? Entre as entrevistadas, as razões que as fizeram optar pela carreira em serviço social são diferentes, de acordo com suas narrativas. Das cinco trabalhadoras, apenas uma teria tido como primeira opção o curso, por conta de uma doença reumática que esta possui outras quatro não o tinham como primeiras opções de curso como podem observar:

*Então na verdade assim, eu tenho Lupos (doença reumática), eu não posso escolher uma carreira que você tenha que trabalhar em pé, tipo no sol, eu não posso ficar muito tempo em pé, então eu tinha que escolher uma coisa que não me atrapalhasse depois, então eu sei que como assistente social eu pretendo trabalhar numa salinha, sentada, pelo menos assim futuramente. (Antônia)*

Outra questão pertinente, por exemplo, é o fato de duas das cinco trabalhadoras entrevistadas terem tido como opção o curso de nutrição, cada qual por diferentes razões. Outras duas fizeram suas escolhas, pois haviam tido contato com assistentes sociais, que por sua vez trocaram informações sobre o campo de atuação, e as disciplinas que cursariam, vejamos:

*Eu decidi fazer nutrição lendo uma reportagem num livro didático que falava de crianças desnutridas no Nordeste e na situação social que elas se encontravam. Fazer algo como um projeto, trabalhar, desenvolver pesquisa, trabalhar nessa parte mais social da questão nutricional. Eu olhava mais por esse lado! Mas aí eu comecei a trabalhar em uma ONG e não tinha serviço social, por ser uma ONG, vira e mexe você lida, encontra, fala com outras assistentes sociais, que lá mesmo eu trabalhando na parte administrativa, eu participava dos eventos, tinha contato então com os nutricionistas, com psicólogos, assistentes sociais, então eu vi vários perfis de assistentes sociais daí eu fui pesquisando mais o que era o Serviço Social e fui começando a me interessar, fui gostando, enfim tentei Serviço Social e acabou que eu passei para serviço social e assim foi ótimo, foi maravilhoso. (Judite)*

*Eu queria fazer nutrição, desde que eu recomecei a estudar. Pensava em fazer nutrição, porque meu filho era gordo quando era criança e ele tinha que fazer dieta, e ele sofria. Quando comecei fazer o cursinho de pré-vestibular comunitário, tinha uma assistente*

*social que dava aula pra gente, ela era da PUC, na verdade ela não era formada, ela era estudante, ela me passou alguns livros assim pra eu ler, tipo Faleiros, Maquiavel, disse você tem que ler Maquiavel, aí ela começava a dar aula e depois das aulas nós sempre ficávamos conversando um pouquinho e daí eu passei a conhecer mais ela e o que ela aprendia no curso dela, e eu estava gostando, até que ela perguntou, porque você não faz vestibular da PUC pra serviço social? E eu falei é vou fazer! Fiz o da PUC, daí pensei vou fazer o da UFRJ também e o da UFF e fiz os três, mas como já disse eu havia passado pra nutrição na UERJ, só que essa assistente social me sugeriu que eu ficasse assistindo aula uma semana de serviço social da UFRJ pra você não perde a matrícula, daí eu vim e assisti aula duas semanas, aulas como a o Zé Paulo Netto, daí eu decidi trancar nutrição e cursar Serviço Social na UFRJ. (Maria)*

*O Serviço Social não foi minha primeira opção, como eu tinha feito o curso de técnico de enfermagem, eu sempre gostei daquela coisa de estar próximo do outro, de alguma forma ajudar, então eu queria alguma coisa nessa área. Enfermagem eu não tinha condições de fazer porque o curso é integral e aí não daria pra trabalhar e então não tinha como. Eu gostaria muito de ter feito psicologia, mas psicologia também é integral e eu falei assim, uma coisa que bate mais comigo é Serviço Social, então assim eu vou pra o Serviço Social porque além de ser uma coisa que eu gosto também é o que me permite estudar e trabalhar, porque aqui (UFRJ) tinha o curso noturno. (Regina)*

*Então, o vestibular que fiz pela primeira vez foi pra o curso de Matemática pra UFF e eu passei em 2008, fiquei muito feliz por ser uma Universidade pública, minha autoestima se elevou, porque fiquei muito tempo tentando desde 2004, então após ter ingressado eu percebi que também é difícil permanecer na Universidade Pública, consegui vaga pra o curso de Matemática e estudava em um polo da UFF no Município em Paracambi/RJ logo depois pedi transferência para o campus da UFF/Gragoatá/RJ porque em Paracambi o curso oferecia apenas licenciatura. Não consegui permanecer na UFF e tranquei a matrícula, tinha muitas dificuldades para permanecer na universidade e não possuía nenhum tipo de assistência, nesse intervalo fiquei grávida da minha filha. Após um tempo prestei vestibular outra vez, como seu sempre tive uma leve queda por humanas, fiz prova pra o curso de Serviço Social, coloquei também outras opções, não consegui passar em todas, Algumas disciplinas me chamaram atenção como Teoria Política, Economia do Brasil Contemporâneo, elas foram me deixando mais motivada a continuar, falei opa! Vou estudar um pouquinho disso, já havia visto umas questões assim em Matemática, pensei então vou estudar mais sobre Marx, falar da contradição capital trabalho, como funciona essa sociedade, eu já fazia isso um pouco com alguns fundamentos de algumas disciplinas na Matemática. Nessa eu fui gostando e decidi é aqui que eu vou ficar, vou trabalhar com o público. (Rosa)*

Minha escolha pelo curso de Serviço Social foi se construindo ainda no pré-vestibular comunitário. A priori, pensava em fazer vestibular para a cadeira de comunicação social, essa ideia foi dobrada a partir do acompanhamento de um debate na época de se extinguir a necessidade de diploma para exercer a profissão, tudo isso atrelado ao fato de que eu conheci um casal de Assistentes Sociais, os dois eram pais de uma amiga do pré-vestibular. Conversávamos bastante sobre as áreas de atuação,

debates sobre políticas sociais, os dois eram formados pela UFRJ, um trabalhava com dependentes químicos e outro na área da saúde.

Recordo que houve uma aula pública inaugural do pré-vestibular comunitário no auditório da UERJ, o convidado era um grande comunicador social da USP chamado Gilberto Maringoni, ele apresentou um rico debate sobre mídias e a necessidade de se debater regularização da profissão. Após sua fala, abriram para intervenções, eu fiz uma colocação, sobre formação em jornalismo e universidade pública.

Após as intervenções, ao final da palestra, quatro homens barbudos, grandes me cercaram e perguntaram se eu era jornalista, respondi que não e que estava ainda me preparando para o vestibular, eles disseram: *“somos todos jornalistas e se você aceita um conselho não faça Jornalismo, esta área é uma área insólita, faça Serviço Social, esta tem sido a área de refúgio dos Marxistas”*. Ouvi esses homens e depois pensei o que seriam os marxistas?

Nunca tinha ouvido falar sobre eles seriam, ou que faziam. Após o início das aulas no cursinho, eu fui devidamente apresentada ao Manifesto Comunista pelo professor de Filosofia. Depois disso, entendi a abordagem dos homens barbudos, que por sinal, depois que entrei na universidade conheci um importante estudioso das obras de Marx, Jose Paulo Netto, que também é barbudo.

### **3.2 – Condições de permanência na universidade**

Condição de permanência para um estudante trabalhador inserido no universo do ensino superior no Brasil está intrinsecamente relacionada ao que o próprio nome da política social propõe, condições para que o mesmo permaneça e assim possa usufruir dos espaços da universidade tal como ter possibilidade de participar do tripé da educação pública ensino a pesquisa e extensão. O lugar da política de assistência estudantil ainda é negligenciado pelos gestores das universidades públicas. De um lado existe uma necessidade urgente de se forjar uma política que de fato responda a necessidade de permanência dos estudantes trabalhadores, de outro a escassez dos recursos, cada vez mais sucateados.

Acreditamos que é preciso reformular a política de assistência estudantil, uma vez como já mencionamos, acontece hoje nas principais universidades públicas brasileiras uma espécie de *“bolsificação”* da assistência estudantil. Não se trata de ser

certo ou errado possuir bolsas desde que essa medida esteja acompanhada de construção de moradias, restaurantes universitários, transporte entre os campi, creches universitárias, acompanhamento pedagógico, acessibilidade, incentivo à pesquisa e a extensão. Para um estudante pobre, morador de periferias favelizadas do Rio de Janeiro manter-se na UFRJ é quase uma missão digna de um agente como o James Bond, pois imagine um estudante passar 3 horas dentro de um transporte público lotado apenas para dirigir-se a faculdade, ou depois de um dia de 8 horas de trabalho, como é o caso das trabalhadoras domésticas, que são submetidas a uma rotina de trabalhos exaustiva, além de serem responsáveis por suas casas, filhos e companheiros.

É um desafio para a universidade pública desenvolver as políticas de permanência que estejam pra' além das milhares de bolsas que não resolvem o problema da permanência com qualidade para os estudantes trabalhadores.

Em nosso processo de pesquisa para esta monografia, fomos investigar as condições de permanência das cinco trabalhadoras domésticas que são estudantes do curso noturno. Entre as cinco apenas uma delas iniciou o curso no horário diurno, porém devido à questão de trabalho foi obrigada a mudar de turno:

*Eu estou no 10º período. Comecei a faculdade no turno diurno, pensei que poderia ficar no turno da manhã, mas por questões ligadas a trabalho tive que me transferir para o noturno. (Rosa)*

Quatro trabalhadoras nos relataram sobre os períodos em que elas se encontram, os mesmos variam do 5º até o 10º período como podemos observar: “Estou no 8º período, turno noturno,” “Estou no 7º período”, “*Turno noturno 5º período*”, “*noturno, Teoricamente estou no 10º, mas estou em vários períodos, faço disciplinas em várias turmas além da minha*”. De acordo com os períodos em que as trabalhadoras estão cada qual já possuem mais de 3 anos no mínimo de inserção na vida universitária. Desta forma puderam vivenciar o acesso, ou mesmo a falta de uma política de permanência.

Dentre as cinco trabalhadoras, algumas já estão inseridas no campo obrigatório de estágio, outras estão à procura, pois tem dificuldades de encontrar estágios que lhes permitam trabalhar estágios aos fins de semana são poucos e muito concorridos. Uma trabalhadora está escrevendo o trabalho de conclusão de curso.

Os cursos noturnos em universidades públicas são datados da década de 80, período este onde houve um movimento intenso promovido pelos estudantes

trabalhadores, para que exista hoje a possibilidade de quem trabalha de dia possa estudar a noite. O assistente social, pai de minha amiga, me relatou que na época em que ele estudou na UFRJ não havia curso noturno, ele mesmo a época lutou junto dos demais estudantes para que o curso noturno fosse aberto aos trabalhadores no curso de Serviço Social.

Desta forma, o curso noturno é uma conquista do movimento estudantil, composto por trabalhadores em sua minoria, pois quem trabalha fica sem tempo para participar do movimento ativamente. Ainda hoje na UFRJ existem cursos que não possuem horário noturno, e oferecem vagas apenas para horário integral. Conheço colegas que largaram o trabalho para poder seguir estudando, o material do curso é de um alto custo e o professor exige que os alunos que queiram assistir sua aula, possuam o material, senão podem ficar sem assistir aula. Este exemplo é para mostrar que ainda hoje esta bandeira dos cursos noturnos é necessária.

O turno noturno foi minha opção por uma questão de trabalho, a época eu ainda trabalhava e não tinha garantias de permanência a partir da assistência na universidade. Por conta dessa razão, fiz minha escolha, pois mesmo depois de conseguir a moradia e sair do trabalho doméstico eu fazia faxinas, onde as patroas contratavam meus serviços por 70 reais. Gostaria de frisar que este valor equivale a um dia de faxina pesada, entrava às 09 hrs da manhã e saía às 09 rs da noite, tudo isto para complementar renda, pois possuía apenas 400 reais referente a bolsa alojamento. Era um dia exaustivo.

Esta realidade que eu era obrigada a vivenciar, me cansava, fazia com que meu rendimento acadêmico fosse prejudicado, mas era o que me permitia sobreviver, além das faxinas, também trabalhei como babá aos fins de semana, para um casal de professores da UFRJ. Eles pagavam muito bem, para uma babá folguista, pois os mesmos possuíam uma babá mensalista que folgava aos fins de semana, momento onde eu a rendia, dormia no trabalho também. Na universidade, pouco conversava sobre as a forma como eu me mantinha, não havia muitos espaços que me permitiam fazer essas reflexões.

Por esta razão para este trabalho nós questionamos as trabalhadoras domésticas se elas falavam nos espaços na universidade sobre suas profissões. Cada trabalhadora nos respondeu de forma que nós podemos observar as razões que fazem com que muitos trabalhadores não conversem acerca de suas ocupações, seja por falta de espaço, seja por conta do preconceito de alguns sujeitos presentes na academia. Uma trabalhadora

nos relatou algo que nos chamou atenção, disse que não fala quase com ninguém sobre o assunto, e mesmo evita tocar no assunto, após a mesma ter conversado sobre sua ocupação com uma colega de curso, vejamos a seguir o que aconteceu:

*Não falo muito, sobre isso quase não falo com ninguém. Não entro muito no assunto não, eu até evito! Evito, sabe por quê? Você conhece a pessoa naquele período, aí vocês conversam sobre trabalho e tudo mais daí depois a pessoa passa por você e finge que nem te conhece. Então eu pensei, eu vou ficar falando o que da minha vida pra aquela pessoa? Fiz poucos amigos da minha turma de ingresso, no máximo uns quatro. Dessas pessoas apenas duas sabem que eu sou empregada doméstica. (Judite)*

Podemos observar a frustração, decepção desta trabalhadora ao ser de certa forma discriminada após relatar para uma colega qual era sua ocupação, esta não é uma realidade que se resume as trabalhadoras domésticas, mas observamos que a universidade. Refiro-me aos grupos que ocupam os espaços da universidade e não estão habituados a dividir os espaços junto com outros estudantes trabalhadores como nos relata, Maria:

*Quando eu tenho oportunidade sim. Eu não tenho porque não falar. Se alguém pergunta, por exemplo, alguém perguntou um dia - estavam falando de emprego doméstico – alguém aqui trabalha? Daí eu estendi e mão e as pessoas na sala me olharam como se eu fosse um ser de outro planeta, sendo que eu sei que algumas pessoas também eram domésticas, mas ficaram caladas. Não me senti discriminada, o que eu senti na verdade foi o fato das pessoas terem olhado pra mim como quem diz: “caramba ela é corajosa de falar que é empregada doméstica”.*

Entre os grupos presentes na universidade pública, mesmo os que se dizem pertencentes à classe trabalhadora, existem aqueles seguimentos que possuem privilégios por ocuparem cargos de importância, segundo a sociedade e há aqueles setores da classe que são os serviços, os de menos importância. Deve-se frisar que não é comum setores empobrecidos e pauperizados estarem presentes nestes espaços, ocupando lugares que antes pertenciam à setores privilegiados e isso gera espanto segundos nos relata Regina:

*Raramente assim, é aquela coisa, como eu chego aqui já muito em cima da hora, não participo de muitos grupos e tudo mais, então assim, meu grupo na faculdade é pequeno, é restrito, mas assim com as meninas do grupo que eu estou acostumada eu converso sim, hoje até menos por causa da correria, todo mundo com estágio, trabalho e aqui agente quase não se encontra é mais pra cumprir mesmo as tarefas quando tem que ser feita, mas agente conversava sim.*

Em resumo, entre as cinco trabalhadoras, quando perguntamos se elas conversam sobre a sua profissão dentro dos espaços da faculdade as respostas foram quase que na mesma linha. Duas nos relataram que conversam, quando podem, pois chegam em cima do horário de aula e não possuem tempo disponível para conversarem mais. Outra nos disse que já conversou bastante:

*Sim, mais com as amigas mais próximas, amigas que eu fiz que graças a deus são três, quatro no máximo cinco, e eu não sou muito de chegar e puxar assunto, quando alguém conversa comigo daí eu vou falando e me solto, nunca fui boa em fazer amigas...Eu converso com elas, elas vão lá pra casa, pra fazer trabalho de grupo, nós fazemos um lanchinho, agente entra na internet, pesquisa. De vez em quando algumas vão até o meu trabalho, quando não temos aula, aí nós ocupamos uma mesa na varanda, ligamos o computador, pesquisamos na internet, sem problemas. (Antônia)*

Os grupos sociais que historicamente estão presentes nas universidades públicas não pertencem as camadas populares, essa realidade vem de uma década atrás, sofrendo pequenas mudanças, seja pela existência dos pré-vestibulares comunitários, seja pelo sistema de reserva de vagas. A Universidade Federal do Rio de Janeiro é uma das maiores instituições públicas do país, seu alunado é um dos mais elitistas. Alguns cursos conseguem agregar setores populares, tais como pedagogia, serviço social, educação física, letras, enfermagem. Existem nichos dentro da UFRJ onde é difícil encontrar alunos de origem popular, as engenharias, medicina, artes, história da arte, entre outros.

Acreditamos que é difícil para as camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, ao chegarem à universidade pública adaptar-se ao ambiente, não por limitações cognitivas, mas pelas diferenças, sejam elas raciais, classistas, de ordem e origem social ou mesmo de gênero. Há certo discurso preconceituoso de que se a

universidade popularizar-se a “*qualidade do ensino cairá*”, esse discurso esconde muito dos que ocupam desde sempre lugares privilegiados. O caráter público, laico, socialmente referenciado só poderá ser reivindicado se com o mesmo haver o reconhecimento de que os trabalhadores possuem o direito de ocupar o latifúndio do saber, e se a universidade não está “*preparada para nos receber*” enquanto classe trabalhadora, pois que a mesma adegue-se às nossas necessidades.

O primeiro espaço de socialização que ocupei de fato dentro da universidade, foi o alojamento, lugar este onde a classe que pertence e que vive do trabalho, mobilizasse para a luta que é a permanência estudantil a partir da política de assistência dentro da UFRJ. Na casa estudantil, eu estava entre meus iguais: migrantes, negros (as), trabalhadores, filhos de camadas mais empobrecidas dos trabalhadores, moradores de favelas cariocas.

Neste ambiente, lutávamos ombreados, respeitando nossas diferenças, nossa relação com setores do movimento estudantil mais elitizado, fez com que eu aprendesse a enfrentar o elitismo acadêmico, e isso eu não apenas refiro-me a relação entre estudantes da graduação, mas também entre os docentes. Meu discurso identitário sempre esteve afiado, ou seja, o trabalho doméstico também me formou enquanto sujeito político.

O professor Zé Paulo, ao fim da disciplina que lecionou para minha turma, aceitou nosso convite para comemarmos com uma cerveja no sujinho – restaurante dentro da praia vermelha. Minha turma é uma típica turma de trabalhadores empobrecidos, existia empregada doméstica; vendedor ambulante de óculos na praia; catador de latinhas. A discussão na mesa estava em torno de uma questão levantada por um estudante de ciências sociais, a questão era a seguinte: Se a classe trabalhadora estava na UFRJ?

Zé Paulo apontou um colega posicionado em outro lado da mesa que ocupávamos e lhe perguntou: “e você meu filho, faz o que *o que pra viver?*”, o companheiro de turma respondeu envergonhado de cabeça baixa: “*vendo óculos na praia de Copacabana*”. Zé Paulo insistiu e lhe disse: “*Fale, não tem porque se envergonhar*” e arrematou dizendo: “*A classe trabalhadora está aqui, essa é a prova, a questão é se a universidade está preparada para lidar com isso*”. Esta frase encerrou a discussão, isso me marcou, sempre que vejo Zé Paulo, lembro-me desta cena.

Neste sentido, acreditamos ser importante trazer para reflexão o debate sobre preconceito, pois a entrada de camadas populares nos cursos universitários públicos fez com que o perfil dos estudantes presente nas universidades passasse por pequenas transformações, no que tange essencialmente a diversidade, por exemplo. Acreditamos que o número de trabalhadores estudantes de universidades públicas seja maior do que há dez anos, uma vez que os processos de democratização do acesso são recentes. Junto com a diversidade de grupos, surge o preconceito.

De fato, o preconceito está fundamentado na discriminação que consiste em não reconhecer as diferenças identitárias, sejam elas de gênero, classe ou etnia. O público que majoritariamente ocupou os espaços das universidades públicas não está habituado a conviver com tais diferenças, e isso se coloca como desafio a ser enfrentado pelos movimentos sociais que lutam na universidade diversificada. As práticas discriminatórias estão alinhadas ao conservadorismo peculiar das classes dominantes que naturalizam as diferenças transformando-as em desigualdades. Segundo Almeida (2013)

A naturalização é a mediação para a essencialização da vida social. É por assim dizer, a perpetuação da hegemonia do capital sob as experiências de vida dos sujeitos sociais concretos: negros (as), indígenas, população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, e travestis), crianças, idosos, pessoas com deficiência e o legado religioso não hegemônico. (ALMEIDA, 2013, P.138).

Disso posto, entre as cinco trabalhadoras que entrevistamos, três disseram que não sofreram preconceito por parte de professores e também alunos. Uma delas nos relata que algumas situações em que ela se apresentou enquanto trabalhadora, a reação de algumas pessoas foi de surpresa, como quem se pasma ao saber que empregada doméstica é universitária, vejamos:

*Eu acho que as pessoas não imaginam que, por exemplo, uma empregada doméstica na universidade, entre os colegas, eu não sei se entre os professores, mais entre os colegas. Sempre no início do semestre que você se apresenta e você fala que é empregada doméstica, eu não vejo preconceito entre eles, mas assim é alguma coisa do tipo: “empregada doméstica e estuda?” porque você imagina como empregada doméstica aquela senhorinha, com pouca escolaridade, que a maioria delas é assim. Não sinto isso, essa diferença não aparece tanto, acredito que por causa do curso, se fosse outro curso poderia ser diferente (Regina).*

Duas de cinco trabalhadoras nos relataram que sofreram discriminação, por parte de uma aluna que militava no CA de Serviço Social, por conta de sua origem de classe, e preconceito racial, pois a trabalhadora também é negra:

*As pessoas nunca se reportaram a mim diretamente, eu não sei se é também por causa do meu jeito. Eu já percebi certos olhares de alunos tipo assim, porque percebem a roupa que você veste que a mochila que você usa não é de marca, houve uma vez que eu estava no auditório, isso foi bem marcante, pois eu acho que isso é uma coisa. Essa mochila aqui mesmo, ela estava com um buracão aqui, tinha rasgado e eu não costurei, naquela semana eu estava cheia de coisa pra fazer, aí não costurei, aí eu sentei lá no auditório e aí sentou uma menininha do meu lado, branca a vida toda, do movimento estudantil, pra começar, é ótimo! Ela olhou com uma cara, aí eu peguei e olhei bem pra cara dela assim. Ela nunca viu uma mochila com buraco gente? Isso acontece, pode ser a mochila mais cara do mundo, mas acontece. Ela ficou olhando pra mochila de boca aberta, como quem diz assim eu posso olhar, encarar! Eu peguei e encarei-a de volta e ela parou. Alguém pode dizer “ah mais foi brincadeira”. Não! Foi preconceito sim! Porque assim, é lógico que as pessoas percebem. Eu percebo olhares mais dos alunos, que geralmente são os que mais falam, do que entre professores. Não sei se os professores disfarçam isso não pode, com certeza. (Judite)*

Outra trabalhadora nos relatou casos graves, onde a mesma sofreu diversos tipos de discriminação tanto racial como de classe. Nos casos, os mesmos foram praticados por estudantes e professores, as atitudes que elas tiveram diante das agressões não chegaram a ser verbalizadas, mas em algumas vezes as trabalhadoras forjaram algum tipo de enfrentamento, vejamos o relato de Rosa:

*Sim, passei por várias situações preconceituosas. Desde ouvir “brincadeiras” que pra mim não são brincadeiras, pois possuem um fundo racista do tipo: “você mora em Japeri? Então acorda mais cedo?” Faz essa pergunta, mas sem se preocupar se a partir de certo horário não existe mais transporte pra ir pra minha casa, que os transportes que existem são precários, e isso pra mim está ligado diretamente com o acesso e permanência. Professores já me disseram: “a menina da baixada” e a própria instituição em si já cerceou minha entrada em alguns espaços, funcionários de portarias me impediram de entrar na UFRJ por eu ser negra. Acredito que o tom da minha pele o agrida, porque a minha roupa estava como quaisquer outras roupas ditas normais, já falaram pra mim, por exemplo, dentro o Instituto de Psicologia pra que eu saísse porque ali não era meu lugar e aí até eu explicar sem ter tantos acúmulos teóricos pra compreender que aquilo era racismo e debater, eu mesmo assim eu enfrentei e falei eu estava num encontro como todos os outros estudantes que aqui estão participando, aqui é uma universidade pública e tal... e dentro do restaurante universitário proibiram o acesso da minha filha, até porque eu não sou qualquer, eu sou aluna que entrou na universidade, sou preta que trabalhava como empregada doméstica e ainda por cima com uma filha e aí entrar numa universidade com uma filha, isso é uma afronta. Eu fui barrada no restaurante universitário do fundão. Assim como pra mim é uma discriminação e preconceito quando eu sendo assistida pela bolsa moradia eu ter que sair da residência estudantil pra poder cuidar da minha filha em outro lugar porque não tem auxílio para mulheres que possuem criança pequena e*

*minha filha era vetada de ficar no espaço comigo, enfim. A universidade diz ser acessível, mas ela tem um caráter classista inegável, quer colocar trabalhadores dentro da universidade através de cotas ou não, mas na prática ela não sabe lidar com esse público. (Rosa)*

Diante dos relatos das trabalhadoras, pensamos como que nossa subjetividade é pisoteada nesse processo de “*inserção*” nos espaços ocupados por setores privilegiados da sociedade. Desde ouvir falas de que não somos capazes de produzir algo, porque estamos encerrados a um lugar distante da universidade. Ou pior de que uns nascem para a academia e outros para o trabalho alienante. Uma das questões que mais impacta nossa permanência é o fato de sermos estranhos ao universo elitista das universidades públicas.

Durante o tempo em que militava no centro acadêmico, também sofri um ato de preconceito vindo de uma dirigente do Diretório Central Acadêmico (DCE) a época. Nós os alunos moradores fazíamos enfrentamento por conta pautas da assistência estudantil que eram rebaixadas por eles, em detrimento de fazer agitação política. Certa vez a dirigente em questão, falou em uma das reuniões em que eu não estava presente, se era verdade que eu era “*empregada doméstica*” se a minha fala não era uma farsa apenas para que eu me legitimasse.

Fiquei muito triste com a repercussão dessa fala da dirigente, pensei em fazer um constrangimento público, levando minha carteira de trabalho para a reunião do CA, e fazer um debate sobre classe, porém desisti e a partir deste momento passei a militar apenas no movimento de casas de estudantes. Anos depois trabalhei com a pessoa em questão em um projeto, me certifiquei que o seu ato, foi um ato desesperado para tentar desqualificar minha militância e acredito que foi um ato preconceituoso.

A inserção de trabalhadores em espaços de militância estudantil é raro, uma vez que os mesmos estão sempre ocupados por conta do trabalho. Quando não eles com muita dificuldade conseguem conciliar, nem sempre as pautas que lhes são importantes, por exemplo, a assistência estudantil, é radicalizada nesses espaços, uma das razões pode ser a origem de classe dos líderes do movimento estudantil, o lugar de onde eles falam é distante das reais necessidades dos estudantes trabalhadores.

Questionamos as trabalhadoras se as mesmas teriam frequentado algum movimento político organizativo na UFRJ, entre as cinco trabalhadoras, duas nos disseram que vivenciaram atividades dentro da universidade, entre elas participação em pesquisa e acompanhamento das atividades do movimento estudantil (DCE e CA):

*Particpei de um projeto de pesquisa. Então no Movimento Estudantil (C.A/ DCE) eu participava assim, eu procurava estar à parte das discussões, mas assim de participação mesmo isso era muito difícil, sempre eu estava trabalhando e não tinha tempo e a bolsa de Iniciação Científica que eu particpei de 2012 a 2013, este ano eu já não a possuo mais, mesmo assim eu permaneço na pesquisa, ainda que sem a bolsa. (Judite)*

*Atualmente sim, quando eu trabalhava não... porque quando alguém que trabalha seja no serviço doméstico ou outro tipo de trabalho já é cortado desse aluno o direito a pesquisa e a extensão tanto quanto ao direito de participar de alguns movimentos, eles não podem sequer vivenciar os espaços da universidade. Desse modo o aluno trabalhador tem amputada a possibilidade de conhecer o tripé que prima a educação pública que é ensino, pesquisa e extensão. Logo, eu não pude nos primeiros momentos vivenciar isso porque eu trabalhava, mas no decorrer da minha história, posterior a largar o trabalho pra dar continuidade aos meus estudos eu pude ter um pouco de acesso a extensão em 2012, pude também saber minimamente como funciona o CA (Centro Acadêmico) do meu curso, acabei ocupando o CEG (Conselho Universitário de Graduação) acho que é isso, minha militância... estive na militância com o Alojamento da UFRJ. (Rosa).*

Outras três nos relataram que não participaram dessas atividades, “*não participo*”, “*não participo*”, pois o horário do trabalho as impedia como poderemos observar:

*É não participo, mais por conta da falta de horário, porque trabalho. Agora que depois que eles foram embora, e eu trabalho apenas aos fins de semana eu estou tentando, vivenciar mais os espaços da universidade. Só que agora eu estou no estágio e a correria continua, não diminuiu, está na mesma. (Regina)*

Dessa forma, acreditamos que vivenciar os espaços de formação além da sala de aula é um privilégio de poucos que estão na universidade, os espaços de organização (assembleias) são sempre muito exigentes de tempo e dedicação seja para reuniões, viagens, debates. Acreditamos que o tripé da educação pública universitária, ensino, pesquisa e extensão são necessários para todo estudante, inclusive os trabalhadores.

Acreditamos que para a maioria dos estudantes oriundos de camadas empobrecidas da classe trabalhadora, a escolha difícil não é a de optar em ter acesso a uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada, mas sim após fazer a escolha pelo ensino oferecido nas principais universidades públicas, a difícil luta diária para poder manter-se estudante, desde sempre trabalhador, este estudante terá que usar inúmeras estratégias para poder alcançar os mínimos do rendimento acadêmico, uma vez que entre essa dupla tarefa, a de ser trabalhador, envolve sua possibilidade de sustentar a si mesmo e sua família.

Neste sentido, procuramos em nossa pesquisa sistematizar a partir das experiências vividas por trabalhadoras domésticas presentes no ensino superior e relacionar o acesso da política de assistência ao estudante que as mesmas tiveram, ou não. Entre as cinco trabalhadoras domésticas entrevistadas, apenas duas delas nos disseram ser bolsistas da assistência estudantil, uma na modalidade de bolsa auxílio: “Sou, da bolsa auxílio. Desde início da faculdade.” A trabalhadora recebe a quantia de 550 reais, e outra de bolsa moradia, que se resume a uma vaga no alojamento e uma bolsa de 550 reais: “Sim, auxílio moradia”.

Outras três trabalhadoras não possuem nenhum tipo de auxílio. Entre essas três, uma delas não se encaixou no critério socioeconômico, pois recebe mais de um salário mínimo: Outra trabalhadora, diz que sempre pediu, mas que alegaram que a renda per capita da família dela não se encaixava nos critérios estabelecidos:

*Não. Não porque eu não me enquadrava em um perfil, daí agora eu vi que o corte é um salário mínimo per capita, depois disso eu fiz em casa uns cálculos e vi que eu me enquadrava só que eu não entendi o que aconteceu, porque eu não fui chamada. Eu acredito que é porque minha mãe é pensionista, pois o pai dela era militar e tem uma pensão do INSS por parte do meu pai. Por isso acredito que as assistentes sociais pensam que nós somos ricas, do tipo: “pensão militar, mais ricas ainda”. O que não é verdade, até porque nem todo mundo que é pensionista é Maitê Proença que recebe 14 mil reais de pensão, a pensão da minha mãe é muito menor, eu diria irrisória é quase um salário mínimo e eles querem tirar, de qualquer jeito. (Judite)*

Entre as três trabalhadoras que não recebem auxílio de nenhuma espécie, uma nos relata que não conhece os critérios que a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) obedece para a distribuição dos benefícios. Diz que passa por dificuldades, pois possui um filho que é portador de diabetes e ela gasta muito com a compra de insulina. Esta trabalhadora em questão possui mais um filho de 18 anos que passou para Engenharia Nuclear na UFRJ e os gastos aumentaram. Seu marido é porteiro em um prédio onde eles ocupam um quarto, próximo à garagem, no Leblon. Hoje a trabalhadora é diarista em umas quatro residências para poder manter-se estudando, vejamos seu relato:

*Não, não sou bolsista porque eu não sei quais são os critérios que a universidade usa para que a gente possa conseguir ser bolsista é claro que são poucas, mas desde 2009 quando eu entrei na universidade eu tento bolsa e não consigo. Nem eu e nem agora meu filho que também é aluno da UFRJ e não consegue bolsa e essa é uma das questões que faz com que eu não tenha parado de trabalhar. O fato de que meu filho*

*mais velho faz universidade, ele tem que comer, ele fica na universidade o dia todo, a dificuldade é muito grande em relação a isso porque a gente gasta dinheiro com xerox, são muitas não são poucas e às vezes eu já deixei de vir a universidade pra dar dinheiro pra meu filho para que ele pague a passagem, são quatro ônibus, então eu já deixei de vir sim, porque eu tinha que escolher: Ou ele ia pra faculdade Ou eu ia pra faculdade, então entre ele e eu, tinha que escolher ele! Infelizmente é assim, fazer o quê? (Maria).*

A escassez de uma política solidificada de assistência ao estudante em uma das maiores universidades públicas do Brasil nos leva a cenários como este, trabalhadoras domésticas, pobres, negras, moradoras de periferias, não são selecionadas para o que poderia lhes possibilitar melhores condições de estudo e de vida dentro da academia. Não compreendemos a assistência como um sistema de bolsificação, onde tudo gira em torno de 400 ou 500 reais entregues a estudantes pobres.

Reivindicamos política, ou seja, restaurantes universitários em todos os campi, com acesso livre aos estudantes da assistência, moradias estudantis em todos os campi, bolsas de iniciação científica, bolsas de extensão, passe livre estudantil para os transportes públicos, acompanhamento pedagógico, isso entre outras medidas para que cada estudante trabalhador que ingresse na UFRJ não seja lançado à própria sorte.

No sentido de esclarecer os dados da assistência estudantil na UFRJ, o último superintendente que esteve à frente desta autarquia submetida ao gabinete do reitor nos apresentou os números oficiais produzidos pela superintendência de políticas estudantis (Superest). Tais dados nos revelam os caminhos do assistencialismo trilhado pela assistência aos estudantes nos últimos anos, na medida em que se expandiu o número de vagas e a expansão das políticas voltadas para a permanência dos estudantes não aconteceu. Vejamos alguns dos números da assistência<sup>12</sup> em 2013 e 2014 divulgados pela superintendência:

*Descrição do Trabalho Realizado em 2014 3.1 – Programa de Auxílio ao Estudante.*

*Resultados obtidos - 1º semestre - 1935 (um mil novecentos e trinta e cinco) alunos inscritos no processo seletivo ocorrido em março/13. - 1623 (hum mil seiscentos e vinte e três) alunos com renda até 1 e ½ salários mínimos per capita 13 - 892 (oitocentos e noventa e dois)*

---

<sup>12</sup> De acordo com notícia publicada no site oficial da Superintendência Geral de Políticas Estudantis-no-Relatório-de-Gestão-de-2012.Disponível-em [http://superest.ufrj.br/images/Relat%C3%B3rio\\_condensado5.pdf](http://superest.ufrj.br/images/Relat%C3%B3rio_condensado5.pdf)

*alunos selecionados, sendo 880 (Oitocentos e oitenta e oito) no processo e 12 (doze) após análise de recursos.*

*Resultados obtidos - 2º semestre - 1658 (hum mil seiscentos e cinquenta e oito) alunos inscritos no processo ocorrido em agosto/13 - 1500 (hum mil e quinhentos) alunos com renda até 1 e ½ salários mínimos per capita - 635 (seiscentos e trinta e cinco) alunos selecionados, sendo 617 (seiscentos e dezessete) no processo e 18 (dezoito) após análise de recursos. 3.1.3 - Renovação do Benefício Moradia e Bolsa Auxílio O processo de renovação ocorreu no mês de outubro/13. O parecer acadêmico foi preenchido pelas COAA's das unidades acadêmicas através de formulário on-line, disponibilizado no SIGA. Por solicitação das referidas unidades foi prolongado o prazo de preenchimento do formulário e o resultado publicado em 13/12/13. Os pareceres pendentes tem prazo até fevereiro/14 para sua finalização pela COAA'S.*

Podemos observar a partir da realidade apresentada, primeiro através das falas das estudantes entrevistadas, o alcance que possui a assistência, e em seguida a partir dos números apresentados pela Superest. A procura pela assistência estudantil é grande frente às poucas possibilidades de obter respostas positiva para essa busca. A Superest a partir da DAE faz hoje o que pode ser chamado de “*gestão da barbárie*”, pois são pouquíssimos estudantes que conseguem a famigerada bolsa de 400 ou 500 reais, não há restaurantes e moradias suficientes que permitam os estudantes terem acesso a uma permanência digna em todos os campi da universidade.

Esse dilema que é o acesso à permanência a partir de uma política da universidade me foi apresentado desde o início do primeiro semestre, pois eu pensava:

*E agora como vai ser? Consegui passar no vestibular e sair enfim do trabalho doméstico, porém não possuo família no Rio de Janeiro, como farei para morar, comer, estudar, me locomover pela cidade, assistir as aulas, comprar livros, tirar xerox?*

Buscando o acesso a política de assistência, no ano de 2009 fiz a seleção para moradia estudantil e consegui vaga para o segundo semestre, pois havia na moradia muitos estudantes que ocupavam quartos irregularmente, ou seja, sem passar pela avaliação da divisão de assistência ao estudante, por conta dessa situação iniciei o curso no 2º semestre do mesmo ano. Esse fato me permitiu ocupar a vaga tão almejada na universidade e o mais importante me permitiu abandonar o trabalho doméstico, ofício este que desempenhava desde os nove anos de idade.

Acreditamos que tal dilema que enfrentei é também posto diariamente para outros trabalhadores que ingressam na universidade pública brasileira, de norte a sul deste país, a segregação social, econômica, étnica e racial são impostas de forma aterrorizante em um espaço como a universidade pública, pois tais desigualdades não são tomadas como algo a ser observado e combatido pelos gestores do sistema educacional brasileiro em contrapartida, os sujeitos históricos que hoje estão presentes nestes espaços, questionam diariamente a função social deste mesmo espaço, e isso causa estranheza aos acostumados a lugares de privilégios.

Questionamos as trabalhadoras quais eram as principais dificuldades enfrentadas por elas no espaço universitário, as mesmas nos disseram que as dificuldades enfrentadas são multifacetadas, como veremos a partir de suas próprias narrativas. Entre as cinco respostas obtidas todas de forma unanime perpassam pelo que elas intitularam, “*falta de tempo para estudar*” e “*condições de permanência*”, como nos relata Maria e Regina e Judite, respectivamente:

*A maior dificuldade que eu tenho de enfrentar aqui é o fato de que eu tenho pouco tempo pra estudar, e na maioria das vezes os monitores não estão preparados. Essa é a minha maior dificuldade em relação ao estudo, eu tenho dificuldade de armazenar as coisas, eu leio muito rápido e eu leio poucas vezes, quando eu sento numa sala de aula que tem um professor que goste e que saiba dá aula eu pego assim muito rápido o conteúdo, mas quando não é. (Maria)*

*É essa questão de falta de tempo, de você ter tempo pra estudar, porque eu falo que os nossos textos são muitos complicados, então você não consegue, pelo menos eu e com quem eu converso que agente não consegue é entender o texto você lendo uma vez só por exemplo. Você precisa de tempo e com a questão do trabalho, da família, você tem que ajudar em casa, essas coisas o tempo é curto, então acho que a maior dificuldade é poder me dedicar mais a leitura ao estudo em si. (Regina)*

*A questão mais profunda é a falta de tempo que eu tenho pra estudar, pra ler os textos, eu gostaria de ter mais tempo pra sentar com calma e ler, atrelado a essa questão, uma das maiores questões impostas pra mim é de conseguir me manter aqui na universidade, quando tenho que vir pra aula, eu penso: “poxa eu tenho que almoçar lanchar, e aí busco me programar pra isso”. Então eu trago comida, água, trago várias coisas pra não gastar aqui, porque na Urca as coisas são muito caras. (Judite)*

Uma trabalhadora nos disse que sua maior dificuldade é a falta de política de permanência, que diz respeito ao acompanhamento pedagógico, que sente falta de um acompanhamento mais próximo por parte da COAA (comissão de acompanhamento aos estudantes), e que possui dificuldades com a escrita acadêmica, como nos diz Rosa:

*Permanência, é sempre isso, acho que a pauta do ME (Movimento Estudantil) que é sempre longa, mas nunca se estende a essa principal questão. A faculdade é meritocrática, logo ela não quer saber se você tem problemas familiares – como eu tive. Minha luta é pra permanecer na Universidade e ter pelo menos uma média que me possibilite não perder a bolsa e cuidar da minha filha, porque hoje ela mora comigo. As condições objetivas, como por exemplo, de onde nós viemos, não tivemos uma educação regular da escola da melhor qualidade, tal como meus mais velhos, o déficit no ensino aparece hoje na dificuldade da escrita, de escrever, isso às vezes me trava pra'lém das outras dificuldades socioeconômicas.*

*Resenhas! ler um texto sobre o que nunca foi me apresentado, faz parte da história, estudei isso em história, estudei, mas na faculdade são novos autores, novas visões. Então, pra eu ler, entender e fazer uma resenha, eu tenho que ler mais de três vezes e muitas das vezes eu tenho que pedir ajuda, e falo eu estou com dificuldades aqui neste parágrafo, bem o que eu posso falar dele? E aí eu busco ajuda e sempre acho alguém que me oferece ajuda e depois que a pessoa me esclarece aquilo ali vai fluindo e eu consigo terminar. (Antônia)*

Este universo acadêmico é novo e desconhecido para a maioria dos estudantes oriundos de camadas populares, que como já observamos não veem de uma tradição familiar onde existam doutores e intelectuais. Em nossa tradição de ensinamento e conhecimento a tradição oral existem mestres e doutores, que muitas vezes são estudados pela academia, mas sem formação acadêmica, eles são nossa maior inspiração, são nossos “*intelectuais orgânicos*”.

A forma cultuada na academia para a produção de conhecimento é a que exige conhecimentos de códigos e técnicas de linguagens que não foram apresentados ou se foram apresentados, foi de forma superficial. As regras, e é claro que existe na academia um apego demasiado por parte de alguns catedráticos a forma em detrimento do conteúdo. Digo isto, pois como já mencionei, não está posto para os pobres, trabalhadores a incapacidade de raciocínio cognitivo, assim como as condições de miséria que lhes são impostas.

Não se trata de incapacidade intelectual, mas é aquela máxima as condições objetivas nos impõem limites urgentes, como por exemplo, superar dificuldades de cunho técnico, a forma da escrita acadêmica, para podermos formular questões que possua além de forma, conteúdo, pois o conteúdo nossa própria trajetória refletida enquanto trabalhadoras que somos nos instiga a questionar os porquês e as razões dos sistemas de opressões que nos são impostos.

Minha trajetória acadêmica, não se difere em muitos elementos dos que já apresentados por estas mulheres. A dificuldade maior enfrentada por mim tem sido

encarar, o mundo da forma, da escrita acadêmica. Durante a graduação inteira tive apenas uma reprovação em disciplina, isso é uma prova que não sou incapaz. Como estratégias de aprimoramento da escrita matriculei-me em um curso de redação no CLAC (curso de língua aberto à comunidade), estou concluindo o terceiro semestre, acredito que tenho avançado nesta questão, e que posso melhorar ainda mais. O conteúdo está a cada dia sendo revelado à medida que encontro a forma.

Outra questão que fizemos as trabalhadoras universitárias é se as mesmas conseguem acompanhar as atividades acadêmicas e se elas consideram suas condições diferentes de outros estudantes. Dentre as cinco trabalhadoras, quatro delas nos disseram que acham sua condição diferente dos demais estudantes, pois segundo as mulheres, elas não conseguem acompanhar as atividades acadêmicas devido as seguintes condições:

*Eu acho! É a maioria dos alunos daqui, pelo menos dos que eu conheço não tem uma jornada dupla, tipo ah fulana de tal trabalha, mas fulana chega em casa e já tem o jantar dela pronto que o pai fez que a mãe fez que não sei quem lá fez...os filhos a mãe já cuidou, já deu botou pra dormir, eu não, eu chego em casa ainda vou fazer almoço pra o dia seguinte, tem que ver as doses de insulina, organizar os aparelhos do meu filho, ver se algum momento do dia a medição deu alta é eu tenho que perguntar as coisas. Então a minha maior dificuldade realmente é a falta de tempo outra coisa é o fato de que tudo na universidade acontece durante o dia, nada acontece durante a noite, tem professor que não libera pra assistir uma palestra, então o aluno da noite, realmente ele assim é muito prejudicado. (Maria)*

*A diferença que eu sinto é pela falta de igualdade na hora do acesso a educação básica e a falta de tempo hoje, por conta do trabalho para me dedicar aos meus estudos aqui na faculdade. Muita gente que estuda comigo na UFRJ tem tempo pra estudar, ou melhor, teve tempo a vida toda, eu poderia render mais, produzir mais se eu tivesse tempo. Às vezes eu estou lendo um texto e minha cabeça dispersa, porque eu tenho que ir buscar mais uma faxina pra ajudar e casa e isso me desconcentra muito. Aqui na UFRJ as pessoas têm um discurso que me irrita – e isso pra mim é uma forma que faz com que eu me sinta diferente – o discurso é: “porque eu não me importo, o que eu quero é um estágio, eu não me importo se tem bolsa” \_ Nessas horas eu penso, é essa pessoa não liga pra o caso de não haver bolsa porque o pai dela ou o namorado vai pagar o almoço, a passagem dela, só que eu não possuo nenhuma ajuda desse tipo, meu pai até já morreu! Então assim, eu tenho que trabalhar. (Judite)*

*É diferente na questão de ter que trabalhar, mas não é diferente de quem trabalha em outros lugares também, não só como doméstica, mas é trabalhar e estudar às vezes eu falo assim, aonde que eu fui me meter!? Tinha épocas que era trabalho e trabalho e prova e ter que estudar e às vezes aconteciam coisas em casa que você tinha que estar presente e o trabalho, então essas dificuldades, mas fora isso...nada. (Regina)*

Ainda como resposta, uma das trabalhadoras nos confirma que a dificuldade em acompanhar as atividades acadêmicas se dá por conta da condição delas serem empregadas domésticas. Mas sim, porque seu tempo que é corrido e não permite que ela viva os espaços da universidade e que da mesma forma seus colegas de curso que são trabalhadores também passam por esta mesma dificuldade, além disso nos relatou a dificuldade de adaptar-se a um bairro extremamente diferente onde a mesma cresceu, como nos conta em seu relato:

*Sim, assim como eu acredito que existam outros alunos que tenham as mesmas dificuldades que eu tenho, pois as condições objetivas lhes impõem dificuldades. O meu primeiro baque foi: “Putz eu estou na zona sul, numa faculdade onde a maioria é classe dominante e eu sou a minoria, junto com outras minorias, então isso reflete a realidade de outros alunos também e aí assim”. A universidade eu não sei dizer, mas eu acho que ela às vezes diz publicamente: “Nós não temos políticas de assistência estudantil e vamos fazendo o possível pra ter a COAA (Comissão de acompanhamento ao Estudante) tem a DAE (Divisão de Assistência ao Estudante)”. Eles cortam a bolsa do estudante e ainda o chamam de oportunista, e tiram a chance daquele aluno permanecer ali na universidade, por questões e fatores e motivos que o próprio aluno desconhece. (Rosa)*

Posto isso, gostaria de compartilhar que eu mesma só consegui acompanhar as atividades acadêmicas, porque assim que começaram as aulas, larguei emprego doméstico e comecei a buscar meios de permanecer na faculdade através da assistência estudantil. Não que esta questão tenha transcorrido de forma tranquila, passei dificuldades inclusive alimentares enquanto morava no alojamento estudantil. Havia meses em que o alimento que eu mais utilizava era o “macarrão instantâneo” o vulgo miojo, que não oferece nenhuma fonte de energia saudável.

Portanto, largar o trabalho doméstico e atrelado a essa questão está à decisão arriscada de assumir por total a minha permanência do Estado do Rio de Janeiro e manter-me sem salário, vivendo através dos “bicos e faxinas” só foi possível porque eu sou solteira sem filhos e consegui a moradia. Tal escolha me permitiu vivenciar os espaços de formação pra além da sala de aula, passei por algumas dificuldades econômicas, mas não me arrependo.

### **3.3 – Perspectivas**

Questionamos as trabalhadoras domésticas sobre a importância da universidade pública e de que maneiras elas compreendiam a universidade pública. Entre as

trabalhadoras, as opiniões sobre o que achavam sobre a universidade esteve em sintonia de defesa e protesto, quatro trabalhadoras disseram que a universidade pública não foi feita para pobres, e que os trabalhadores pobres que resistiam estão nos cursos noturnos, muitas vezes sem acesso à política de permanência, como nos aponta Maria:

*A Universidade pública não foi feita pra pobre estudar aí você me pergunta por quê? Porque se eu, por exemplo, fosse estudar como meu filho. Meu filho, ele está fazendo Geologia, ele passa o dia todo na universidade, se ele não tivesse o pai dele e eu que sou a mãe dele pra dar dinheiro, como é que ele ia se virar? Então a universidade não consegue absorver estes alunos que tem carência de um monte de coisas, de ter dois reais pra comer, mas o bandeirão é barato, é mas é dinheiro e não é de graça! Então assim, eu acho que a universidade pública deveria sim melhorar muito em relação a isso, é meu filho estuda com pessoas ele vai de carona com as pessoas lá do prédio (Leblon, onde o pai é porteiro) pessoas que tem dinheiro e que estudaram a vida toda em escola particular e na hora de escolher a universidade, escolhem a universidade pública. eu acho que a universidade pública ela não está tão preparada pra absorver os alunos que tem necessidades, que possuem dificuldades em relação à alimentação, a questão do trabalho. Tanto que se você for a uma universidade particular, você vê que a maioria dos alunos que estão lá são alunos pobres que trabalha durante o dia vezes só pra pagar a universidade, porque não consegue, não é que ele não seja capaz de passar numa universidade pública, mas é que ele não consegue se manter na universidade pública. (Maria)*

Cada uma entrevistada expôs sua opinião em torno do acesso universal às universidades públicas, e é claro com política de permanência. Interessante constatar a partir das falas dessas trabalhadoras a situação real dos trabalhadores que vencendo muitas adversidades estão cursando o ensino superior em uma universidade pública, como nos relata Rosa:

*Na minha concepção todo ensino superior tem que ter acesso universal, desde base o acesso a ele e não só a ele mais a pós-graduação. Então eu acho que o que diferencia é que às vezes entre nós pobres, porque nem todas as empregadas domésticas são universitárias, poucas terminam o 2º grau, o que é a maior diferença é que nós temos nossa chance amputada, era meio que naturalizado o pensamento do meu pai quando ele dizia tem que estudar, mas tem que aprender a arrumar casa de patroa, é quando nos é negada as informações no ensino básico sobre a existência da universidade. As melhores escolas públicas do Rio de Janeiro como os CAPS (UFRJ/UERJ) a grande maioria não estão ao alcance do trabalhador comum. O que diferencia é que a grande maioria do trabalhador quando se insere no ensino superior ele tem que pagar para o ensino privado para estudar e isso majoritariamente à noite, e pagam caro, o ensino é mercantilizado e não oferece o tripé em sino, pesquisa e extensão. O perfil que está na pública além de tudo é o perfil da galera que estudou nos melhores colégios, públicos ou privados e não precisam trabalhar, é aquele que está militando diretamente no ME, fazendo ensino, pesquisa e extensão, tirando xerox, comprando livros não é o perfil do trabalhador ou da trabalhadora doméstica. (Rosa)*

Entre as empregadas domésticas, uma delas disse que é preciso repensar a própria educação pra' além da universidade, daí então lutar por igualdade social para que todos pudessem ter acesso, como nos relata Regina:

*Eu converso muito com as minhas amigas que estão fazendo faculdade particular e o que eu falo é seguinte: universidade pública não foi feita pra pobre, hoje em dia com raras exceções, com os cursos noturnos e tudo mais você consegue, porque o pobre não tem como se manter é na universidade por quatro ou cinco anos sem trabalhar, ela foi feita pra quem tem condições de somente estudar. Então acho que essa é uma diferença, acredito que teria que mudar muita coisa para que todos possam de fato ter acesso à instituição pública dita ser para TODOS, só que agente sabe que não são todos que tem acesso, então eu acho que precisa mudar não é só da universidade, mas também a educação também. Uma educação de qualidade é aquela que todos tivessem igualdade pra ter acesso e condições de permanência. (Regina)*

Temos tido pequenos avanços neste sentido, porém nossos sonhos são mais que estar na universidade pública, vivenciá-la é o que almejam as trabalhadoras, como nos aponta Judite e Regina:

*Eu sempre entendi que a universidade pública era pra mim pública, gratuita e assim quando eu decidi fazer faculdade eu sempre tive na cabeça que eu não ia pagar pra estudar, sempre alimentei essa ideia. Depois com o passar dos anos essa ideia ficou ainda mais forte, a defesa da universidade como uma instituição pública e que era pra que eu estudasse nela. Nunca passou por minha cabeça pagar uma faculdade particular. Da mesma forma que eu acredito que a universidade pública é melhor em qualidade e opção do que as faculdades particulares. (Judite)*

*Bom, eu falo que eu quero trabalhar na área que eu estudei e não de fazer como eu fiz o curso de enfermagem e não trabalhei na área, minha expectativa é fazer meu trabalho da melhor forma possível. Apesar da minha formação técnica eu continuei como empregada doméstica, eu falo assim agora isso não vai se repetir, vou me formar e vou trabalhar como assistente social, então essa é minha expectativa. (Regina)*

Quando questionamos as trabalhadoras sobre o que elas esperam do futuro profissional, todas cinco nos responderam que esperam passar em um concurso público e exercer a profissão de assistente social, entre elas está Judite e Maria:

*Eu gostaria de passar em um concurso público para exercer o Serviço Social, também penso em fazer pós-graduação. Também acredito que nós podemos ser agentes de mudança nessa sociedade, a partir é claro da organização. O Serviço Social é claro que não vai salvar o mundo, mas a ideia é que sempre façamos a defesa de outra sociedade. (Judite)*

*Eu espero tanta coisa. Quem sabe fazer parte de uma política social, elaborar uma política para que todos possam ter acesso, por exemplo. Eu vejo que existem muitos*

*territórios pequenos que faltam muitas coisas, coisas básicas, como saneamento básico, assim, eu gostaria de poder contribuir para criar alguma política social. (Maria)*

Duas trabalhadoras nos disseram que gostariam de continuar estudando, a pós-graduação está no horizonte para estas duas trabalhadoras, embora uma delas nos dissesse que é uma questão difícil. Acreditamos que as dificuldades objetivas dessas mulheres seja um dos principais motivos pra que as mesmas digam que é uma questão difícil, segundo nos relatou Rosa:

*É muito difícil com as minhas condições objetivas pensar em algo em longo prazo, mas em curto prazo eu espero terminar a graduação e em seguida tentar exercer minha profissão, preferencialmente no serviço público que é quem mais emprega e ainda pode dá uma estabilidade e seguir na carreira acadêmica – o que é mais difícil ainda. (Rosa)*

Questionamos as trabalhadoras o que havia mudado após o ingresso delas na universidade. Quatro delas nos relataram que o modo com que elas olham o mundo mudou, que a universidade, apenas ratificou a visão crítica que elas em certa medida já possuíam da sociedade capitalista, antes mesmo de estarem na faculdade, como podemos observar:

*Compreendo hoje de forma mais crítica a sociedade, entendo o porquê e como essa sociedade é desigual. Eu sempre desconfie das coisas que não aparecem no primeiro olhar, por exemplo, a questão do preconceito racial- o racismo, eu sempre acreditei que ele existe, mas ele é muito velado, não é explícito, por exemplo, aqui na UFRJ, pelo menos comigo é mais sutil, mas ele está aqui! Quando sofro alguma resistência nos lugares dentro da universidade sempre faço a mesma pergunta, será isso porque eu sou mais calada, tímida ou será pelo não óbvio – por causa da cor da minha pele, do aspecto do meu cabelo – porque branca eu não sou, todo mundo me vê – tem aquele mal estar tem sim! Então quando e comecei a estudar essa minha ideia de que o racismo existe e se traveste de inúmeras razões, apenas se confirmou. (Judite)*

*Muita coisa! Eu passei a ter um olhar critico sobre tudo, sobre alimentação, sobre roupa, sobre o governo. Na verdade eu já tinha, todo mundo já falava pra mim que eu era politizada. O que mudou, eu passei a prestar mais atenção nas leis, o que acontece lá no Pará, lá no finalzinho do País eu passei a prestar mais atenção no Movimento dos Sem Terra que era uma coisa que eu ouvia falar, mas nunca me aprofundei no assunto é eu passei a ver muita coisa com outro olhar. (Maria)*

*Eu acho que mudou com a minha visão, como a forma de ver as coisas, como você percebe as coisas ao seu redor vamos dizer assim. Outras coisas eu posso ter mudado, não sei, mas acho que é a visão do ensino, você vê que aquilo que está posto pra gente não é da mesma forma que eles querem mostrar, agente sabe o que tem por trás daquilo, então acredito que é essa visão assim. (Regina)*

Outra trabalhadora disse que uma questão que mudou foi a sua autoestima, pois agora ela havia conseguido algo muito importante, algo em que ela sentia orgulho, Antônia:

*Na verdade a perspectiva era minha, era meu sonho de ir entender e horário pra ir minha patroa sempre deixou, se passasse pra qualquer outra coisa ou lugar eu poderia ir entendeu? Mas assim a perspectiva que mudou foi pra mim mesma, minha autoestima: “estou indo pra universidade sabe aquilo dá um orgulho”, e as pessoas dizem “ah você está fazendo faculdade de quê, eu respondo de Serviço Social na UFRJ” aquilo pra mim é muito emocionante. (Antônia)*

Assim como os relatos das trabalhadoras, minha história foi profundamente modificada a partir do instante que entrei na UFRJ, o mais emblemático é o fato eu ter saído do trabalho doméstico, como já mencionado. Assistir as aulas com grandes professores me fez desconfiar do trivial, buscar a essência dos problemas. Passei a reconhecer projetos sociais que estão em disputa na sociedade, e é claro tomar partido por um deles. Em suma a universidade pública e seus atores contribuíram para que eu amadurecesse uma visão crítica sobre sociedade, um olhar mais apurado.

Na medida em que questionamos sobre como as trabalhadoras analisam o trabalho doméstico, cada uma atribui ao trabalho doméstico categorias emblemáticas, como: “trabalho subalterno”; “escravidão disfarçada”; “profissão escrava”, “cansativo”, “escravidão”:

*É muito cansativo! Pra mim que trabalho há 24 anos na mesma casa e moro também, eu acabei me acostumando, me adaptando as normas da casa e eles também se adaptaram aos meus horários, as minhas dificuldades, de sair pra médico, consulta, exames, eu tenho que sair inclusive várias vezes, então assim, que é difícil, mas tem lá seus prós e seus contras como tudo né! Minha irmã trabalha como faxineira pra mesma família que eu, ela faz a limpeza da casa como diarista. Eu trabalho como mensalista, mas sem carteira assinada, com um salário mais baixo, porque ela não poderia baixar meu salário na carteira, então assim eu concordei com a patroa para dar baixa na minha carteira e me dá uma ajuda, porque eu também não posso ficar sem receber nada, enquanto você puder vai me dando uma ajuda e assim eu vou estudar, e agente vai levando, se não der mais eu digo, olha não dá mais eu preciso arrumar um emprego com carteira assinada que ganhe mais. Meu marido até agora está em testes numa empresa de ônibus, acredito que ele vá ser contratado e não temos grandes dificuldades não...ele também não se opõe de eu ficar residindo no trabalho, ele pode ir pra lá quando ele quiser, dormir lá, então assim, ele não se opõe que seu estude. (Antônia)*

Neste sentido podemos observar a partir dos relatos destas trabalhadoras as reais condições de trabalho que elas experimentam no cotidiano de seus trabalhos, em todos eles há um profundo sentimento de compreender esta ocupação além de sua aparência, é de degradação, é insalubre, mas não somente, isto é de uma grande violência no campo

da objetividade e da subjetividade, da autoestima, e neste sentido revelam muito das condições de trabalho desumanizadoras em que estas mulheres estão ainda hoje inseridas, como podemos observar:

*Para mim é uma profissão escrava, por mais que a pessoa diga que não que é um trabalho digno, não é digno! Porque que não é digno? Porque você chega numa casa o vaso sanitário está todo sujo e você tem que lavar aquilo, você lava a sujeira do outro, então isso pra mim não é dignidade, não é só isso é um conjunto de várias outras questões. As pessoas por mais que digam, olha a pessoa que trabalha na minha casa é diarista, não importa ela é empregada doméstica do mesmo jeito que eu, ela faz as mesmas coisas que eu, ou que qualquer outra pessoa que trabalhe como diarista. Os trabalhadores terceirizados que trabalham na limpeza do prédio da universidade mesmo, eles trabalham com luvas, agente não usa luvas como domésticas, e eles não são vistos como empregados domésticos são totalmente diferentes. Eu acho que isso (trabalho doméstico) deveria sim acabar porque não tem valorização nem por parte do governo (Estado) não tem nem lei que assegure os direitos, mesmo essa PEC de agora faz com que o FGTS seja facultativo, o patrão paga se quiser, ele não é obrigado até porque não existe lei que o obrigue a pagar, é tipo assim, você quando trabalha como doméstico com certas pessoas, você é padre, você é psicólogo, tem que ficar ouvindo problemas das pessoas. No meu caso eu escuto muitas coisas, mas eu jamais posso chegar nesse trabalho e falar “fulana eu estou passando por isso” não posso fazer isso, porque não me dão abertura pra isso, eu acho que não existe abertura pra que possa chegar e falar... A minha expectativa em relação ao trabalho doméstico é que ele tem que acabar! Deveria existir o seguinte, ah como é que ele tem que acabar? Supervalorizar, tem gente que ganha 50 reais por diária! Que valorização é essa? Se for supervalorizado, só vai ter quem pode pagar, quem não pode não vai ter, quando eu sair do trabalho doméstico vai ser o dia mais feliz da minha vida, um dos. (Maria)*

*Desde o contraste das relações de poder estabelecida entre o patrão e a empregada, ou o quartinho da empregada, ou limpar o chão, o banheiro ou outra coisa, mesmo você tendo um grau de estudo, eu acho que ainda hoje em pleno século XXI a gente vive o mito da democracia racial, a categoria das domésticas brigam por direitos trabalhistas, mínimos, direitos que outros trabalhadores já possuem há bastante tempo, as empregadas domésticas não conseguem ter seus direitos básicos ainda hoje, isso reforça a visão que eu tenho de que esta relação trabalhista está ligada ainda ao século XIX, a escravidão. Aquele velho tratamento servil, escravocrata, isso se esconde atrás de péssimas condições de trabalho e aí é a contradição às vezes ainda tem aquela patroa que além de tudo é daquela geração que lutou pelos direitos das mulheres, pra ser inserida no mercado de trabalho e ignora que aquela mulher que está ali no trabalho doméstico, que está ali servindo ela, também tem filhos, tem a sua vida e ela já fazia essa luta por igualdade há muito tempo, desde época da escravização como, eu acho que o patrão, por mais aquele que seja bonzinho como muitas reproduzem aí, eu não acho que exista patrão bonzinho, que dê roupas usadas, que pague o FGTS, ele paga meus direitos. Por mais que eles tenham isso, pra mim é uma relação que tem uma marcação nítida de classe sim. (Rosa)*

Questionamos se essa visão sobre o trabalho doméstico mudou após a inserção destas mulheres na universidade, duas trabalhadoras nos disseram que se mudou foi

apenas para olhar de forma mais crítica uma a profissão de empregada doméstica, pois a prática elas conhecem:

*Só se mudou pra melhor né? A empregada doméstica, ela vai ser sempre a empregada subalterna, por mais que ela trabalhe pra uma família que goste dela, que a trate bem, que a chame de “secretária” ao invés de empregada, como uma das patroas de minha mãe fazia, ela vai ser sempre sujeitada a como empregada. Sempre vai ser “aquela coisa a parte” a pessoa nunca vai imaginar que ela seja uma pessoa que merece todos seus direitos enquanto trabalhadora. Em resumo o que acredito é que a condição de um trabalhador de um modo geral já é essa de subalterno, imagine o serviço doméstico, que a maioria das pessoas menospreza. (Judite)*

*Eu não sei se mudou, mas eu sempre tive certa liberdade lá (trabalho), mas agente sabe que não é a liberdade, sempre falo que o que eu vivi lá no trabalho, eu falava assim, sempre depois que minha patroa falava “A fulana não é mais empregada, ela é como se fosse da família, já está tanto tempo aqui que é como se fosse da família”. Mas assim eu não me via da família, eu me via como uma funcionária trabalhando, estando ali pra fazer o meu serviço e eu sempre ouvi situações e outras histórias que eu ouvia que eu falava assim: é como se fosse uma escravidão disfarçada, sempre e não foi com a faculdade que eu passei a ver isso. Existem histórias absurdas e tudo mais, que eu falava assim gente século XXI ter ainda essas situações? Então não mudou referente à faculdade, com a faculdade você consegue ver outras coisas né, que está por trás de tudo isso, mas assim não mudou por causa da faculdade, eu já tinha uma visão crítica sobre o trabalho doméstico. E agora mesmo, veio no estágio à história de uma senhora que trabalha, quer dizer, mora lá trabalho porque não tem condições de pagar um aluguel e agente sabe que essa história se repete muitas e muitas vezes, não é uma aqui e outra ali. (Regina)*

Ainda no intuito de que as trabalhadoras possam falar de suas experiências, questionamos se existia algo que elas gostariam de deixar registrado que não tenha sido abordado por esta entrevista. Quatro de cinco trabalhadoras nos deixaram algumas considerações, uma única trabalhadora nos disse que havia falado tudo que gostaria de dizer. Entre as considerações que fizeram, as mesmas estão profundamente relacionadas tanto com relação à melhoria das condições de trabalho e com a permanência dessas mulheres na universidade, como podemos observar a fala de Judite:

*A universidade ela possibilita nós aprendermos muitas coisas, mas nós temos que entrar na universidade e termos um direcionamento, pois se nós entrarmos somente pra sair com o diploma, não adiantará muita coisa, é você quem tem que buscar sua formação. (Judite)*

*É essa vontade e desejo que o trabalho doméstico seja valorizado, que seja reconhecido, são como agora as leis, porque é que não tem direito ao seguro desemprego? Não tem direito ao FGTS? Acho que é minha crítica a isso, é ser um trabalho valorizado igual a qualquer outro trabalho, que não haja essa diferenciação e essa coisa de que o trabalho doméstico é trabalho pra quem não qualificação, pra*

*quem não tem estudo, ah...não sabe fazer nada, vai trabalhar como doméstica, que no caso não é bem assim. Que nós sabemos que não é bem assim. (Regina)*

*O trabalho doméstico, ou melhor, a minha passagem pelo trabalho doméstico contribuiu pra minha permanência dentro da Universidade e ao mesmo tempo fez reforçar em mim um profundo ódio de classe. Pois esse trabalho deixou muitas marcas na minha subjetividade, com a questão central que é a luta de classes. (Rosa)*

*Acho que me foi perguntado tudo... No mais eu estou muito feliz, gosto de estudar aqui, fiquei pulando e rindo sozinha no banheiro quando soube que passei, fiquei igual uma doida, aí passei, eu comemorei sozinha assim sabe!? Porque ninguém em casa deu muita atenção, só minha irmã que me deu parabéns, até hoje ela comenta sobre a faculdade. Mas assim, o meu eu comigo mesmo está soltando fogos até agora, está sendo interessante e nada como um dia após o outro. (Antônia)*

Neste sentido concordo com minhas colegas de curso quanto à análise feita sobre o emprego doméstico, é degradante e seus traços escravocratas gritam no cotidiano massacrante do exercício de tarefas que ninguém quer fazer. Durante todos os anos que trabalhei como empregada doméstica, minha visão não se mostrava romantizada, ao contrário, sempre tive desprezo, raiva, devido o processo dolorido de humilhações o qual eu era sujeitada. As contradições são postas em nosso cotidiano de trabalho de forma sutil e violenta, seja ela de gênero, étnica ou classista, todas elas juntas no cotidiano de trabalho e moradia.

Sendo assim, minha inserção na universidade me permitiu aprofundar os estudos em gênero, classe, identidade e a categoria trabalho. Comecei a fazer mediações que me permitiram historicizar o trabalho doméstico e suas raízes. Este movimento me fez compreender a partir de textos clássicos o meu cotidiano de trabalho que me alienava, mas que se mostrava ainda que anuviado, hoje consigo compreender o vivido e transformar em estratégias para a luta contra as opressões, sejam elas de classe, gênero, ou étnico racial.

## Considerações finais

*“A verdadeira emancipação das mulheres’ deve incluir não somente igualdade legal, mas também ‘a transformação integral’ do trabalho doméstico em trabalho socializado.” (Lênin)<sup>13</sup>*

O presente trabalho objetivou investigar as contradições que abarcam a realidade específica de cinco empregadas domésticas presentes no ensino superior na intenção de caminhar do particular ao universal, para isto buscamos aspectos em seus cotidianos de trabalho tanto quanto as suas permanências na universidade pública elementos para que pudéssemos trazer a reflexão. Desta forma, buscou-se apreender as reais condições de trabalho, no que diz respeito não somente ao acesso a direitos trabalhistas, mas também sobre condições de saúde; habitação, segurança no ambiente de trabalho e suas perspectivas.

Neste sentido, os dados obtidos por esta pesquisa nos colocam algumas questões importantes para reflexão a partir de cinco trajetórias de trabalhadoras domésticas estudantes de Serviço Social em uma das maiores universidades públicas do Brasil. Tal cenário nos leva a considerar algumas questões no que tange a vários aspectos da vida das empregadas domésticas, a primeira é apontar que entre as cinco empregadas domésticas constatamos que apenas uma trabalhadora possui carteira de trabalho assinada, outras duas empregadas domésticas não possuem este quesito básico adquirido pela maioria dos trabalhadores empregados.

Duas trabalhadoras estão desempregadas, após terem ingressado na universidade. Entre as empregadas domésticas com trabalho, houve mudanças após elas terem ingressado na universidade, pois passaram de mensalistas para diaristas, ambas deixaram de possuir carteira de trabalho assinada, pois após seus ingressos na universidade as patroas negociaram para que as mesmas abrissem mão de seus direitos para trabalharem menos dias, este é um fato doloroso para estas mulheres, pois para suprir suas necessidades de se manterem na universidade, tiveram de abrir mão da

---

<sup>13</sup> Trecho do livro de Wendy Goldman: *Mulher, Estado e Revolução* lançado pela Boitempo (2014). A autora traz como fonte de argumentação a fala de Lênin sobre o trabalho doméstico: descrevendo-o como ‘o mais improdutivo, o mais selvagem e o mais árduo trabalho que a mulher pode fazer’. Sem poupar adjetivos duros, escreveu que o trabalho doméstico banal ‘esmaga’ e ‘degrada’ a mulher, ‘a amarra à cozinha e ao berçário’ onde ‘ela desperdiça seu trabalho em uma azáfama barbaramente improdutivo, banal, torturante e atrofiante’. Declaração a qual nós temos acordo teórico, político e ideológico.

carteira assinada e algumas delas não conseguiram ser atendidas pela assistência estudantil.

O fato, extraordinário e saturado de contradições, é que tais mulheres são ao mesmo tempo, empregadas domésticas, mães, esposas, negras, pobres e universitárias em uma das maiores universidades públicas do Brasil. São aspectos de pertencimento que nos auxiliam em nossos estudos para analisarmos as questões que são intrínsecas a este fenômeno.

As condições objetivas para que estas trabalhadoras domésticas consigam manter-se estudando é quase uma tarefa impossível, pois tais possibilidades não são socialmente disponibilizadas. Expandir vagas, democratizar o acesso às universidades públicas é sem dúvida um avanço, pois se permite que seguimentos empobrecidos da classe trabalhadora possuam acesso e com isso a universidade torna-se acessível a estes seguimentos de classes, porém é necessário que este crescimento seja acompanhado de políticas sociais voltadas para a assistência estudantil.

Se este crescimento não for acompanhado e cobrado de forma organizada por movimentos sociais que resistem na universidade, poderemos perder uma grande oportunidade de oferecer aos estudantes trabalhadores a experiência de ter uma formação que os possibilite permanecer no ensino superior com dignidade dentro de um espaço estratégico de ocupação pela classe trabalhadora como a universidade pública. Mesmo sabendo que tal ocupação não se dá em um campo sem conflitos, pois existem forças conservadoras que não aceitam as tímidas transformações que ocorrem nas elitizadas universidades públicas.

Nossa pesquisa destaca as próprias mulheres que ocupam o emprego doméstico e que vivenciaram e vivenciam em suas trajetórias inúmeras situações de preconceitos, sejam eles relacionados à questão racial, como nos relataram duas trabalhadoras, Rosa e Judite. Essas duas trabalhadoras não tiveram auxílio em nenhuma das ocasiões em que foram discriminadas pela cor de sua pele, mesmo que essa ação se configure como racismo, e injúria racial e sejam crimes. Ainda sem apoio essas mulheres permanecem no ambiente hostil que é a universidade, onde traçam diariamente estratégias de permanência.

A necessidade de investigação desta relação da presença de trabalhadoras domésticas presentes no ensino superior é compreendida por nós como um tema urgente a ser investigado, pois esta relação pode nos ajudar a compreender a forma como

permanecem os trabalhadores de camadas empobrecidas ao terem acesso ao ensino superior universitário. É também reivindicar o caráter de política social pública das universidades. Caráter este cada vez mais caro ao conjunto da classe trabalhadora.

Acreditamos que à medida que conhecemos a realidade é que somos instruídos a modifica-la, neste sentido, averiguar as reais condições destas mulheres no espaço de trabalho e como tais condições rebatem em sua formação universitária é o reconhecimento das lutas enfrentadas por cada uma para possam permanecer na universidade. E com isso é impossível não questionar quantas outras centenas de potenciais universitárias estão gastando sua juventude nos mais precários serviços com condições deploráveis análogas à escravidão.

Outra questão que afirmamos a partir desta pesquisa é a necessidade da luta anticapitalista; antirracista e feminista em nossos dias, para o enfrentamento do patriarcado que é mola propulsora para a continuação das desigualdades de gênero, étnica e classista na sociedade sob a égide do capital. Ou seja, é denunciar o trabalho doméstico como prática exclusiva de mulheres negras, pobres, periféricas é rechaçar a terceirização do cuidado. Na perspectiva de socializar o trabalho doméstico entre homens e mulheres.

Disso posto, fazemos defesa de que os ventos de liberdade soprem sobre a realidade dessas mulheres, que os direitos trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora sejam realidade estendida a este seguimento de classe, que os trabalhadores ocupem a universidade e possam permanecer sem ter que abrir mão de uma formação que forma pra'lém da necessidade do mercado de trabalho.

Que estes ventos sejam trazidos por nossa histórica capacidade de nos organizarmos como classe para si e perdermos a paciência. Quando isto ocorrer, diremos em uma só voz, pois faremos nossas as palavras ditas por Che, revolucionário argentino, ao fazer um discurso na Universidad Central de las Villas: “*Que a universidade se pinte de negro, de pardo, de povo...*” e mais não só as diremos como asseguraremos enquanto trabalhadores que tomemos de assalto os espaços acadêmicos. Enfim teremos uma universidade popular, onde o conhecimento não esteja mais sequestrado, subsumido por classes dominantes que os dispõem a serviço do grande capital.

**Bibliografia:**

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 Ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. Cad. Pagu, 2007.

COSTA, Joaze Bernardino. Sindicato das trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos. Tese de Doutorado. Brasília. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2007.

DOMÉSTICAS. PEC das. Tempo em Curso. Laeser, Ano V; Vol. 5; nº 4, Rio de Janeiro, 2013.

FONSECA, Cláudia. Criança em Circulação: IN: Revista Ciência Hoje, nº 66, Vol.11, São Paulo: Cortez, 1999.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução: política da família Soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: ED: Boitempo, 2014.

IANNI, Octavio. As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec Curitiba: Scientia ET Labor. 1988.

JURANDIR, Dalcídio. Belém do Grão-Pará. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

LATUFF, Carlos. Empregadas Domésticas e Patroas. Rio de Janeiro, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. 18ª Ed. Rio de Janeiro – RJ. Paz e Terra, 1998.

NEVES, Denise Carmen de Andrade. Inserção precoce de mulheres pobres no trabalho doméstico: um estudo de trajetórias. Tese (Doutorado e Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. O Ornitorrinco. São Paulo, Ed. Boitempo, 2003.

REIS, Orivalda de Souza. Echos de abolição em discurso escravagista: Um estudo das estratégias argumentativas. Salvador 2012. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I.

STEDILLE, João Pedro: A questão Agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500 - 1960 (Org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SIMÕES, Pedro: Religião e política entre alunos de Serviço Social (UFRJ). Rio de Janeiro 2007.

SABÓIA, Ana Lúcia. As Meninas Empregadas Domésticas: Uma caracterização Socioeconômica. Rio de Janeiro. 2000.

VAZ, Marlene. “A menina e a Casa – a Identidade Coletiva da Menina Empregada Doméstica”. Salvador, Bahia, Março 1999, impressão do autor.

VELHO, Gilberto. O patrão e as Empregadas Domésticas. Rio de Janeiro, N.º69, Ed Mundos Sociais, 2012.

#### **Notas:**

ANTUNES, Ricardo. A Revolta da Sala de Jantar. In: Jornal Folha de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-revolta-da-sala-de-jantar,1015042>. Acesso em 25 de Maio de 2013.

BONIS, Gabriel; MARTINS, Rodrigo; VIEIRA, William; LOURENÇO, Amanda. Os serviços do Brasil: No Brasil da dita nova classe média, o serviço doméstico se formaliza. Mas a lógica da senzala continua e ganha novos tons com a banalização do servilismo. Rio de Janeiro 2013. In: Carta Capital Disponível em [http://www.cartacapital.com.br/destaques\\_carta\\_capital/os-servicais-do-brasil](http://www.cartacapital.com.br/destaques_carta_capital/os-servicais-do-brasil). Acesso em 25 de Março de 2014.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. Configuração Política e Relações de Poder no trabalho Infantil Doméstico: tensões nos discursos dos *media* e de trabalhadoras. In: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2014.

FIÚZA, Guilherme. A revolução da empregada doméstica. . Rio de Janeiro – Jornal O Globo, 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaao/a-revolucao-da-empregada-8101857>. Acesso 13 de agosto de 2013.

HORTA, Nina. Empregadas, mais um capítulo: Leitores, por favor, ajudem a responder: Porque se foram as boas empregadas dos bons patrões. Rio de Janeiro 2011. In: Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/comida/co2107201120.htm>. Acesso em 7 de Agosto de 2013.

LARA, Luiz Fernando. Exclusão no Espaço Doméstico. In; Revista Fórum Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/05/a-exclusao-no-espaco-domestico/> Acesso em 22 de Julho. 2013.

MIHESSEN, Vitor e PERO, Valéria. Mobilidade Urbana e Pobreza no Rio de Janeiro. Revista Econômica da UFF. V.15 N. 02. 2013. Disponível em <http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/view/71/1> Acesso em 27 de Junho de 2014.

NUNES, Charô. Trabalho doméstico: ‘ela é da família’ não é amor, é navalha na carne. In: Blogueiras Negras 2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2013/12/18/trabalho-domestico-ela-e-da-familia/> Acesso em 14 de Janeiro de 2013.

SILVA, Cidinha. Branquitude Tremei! A PEC das Domésticas veio para ficar. São Paulo 2013. In: Blog de Cidinha Silva. Disponível em: <http://cidinhadasilva.blogspot.com.br/2013/04/branquitude-tremei-pec-das-domesticas.html>. Acesso em 07 junho de 2013.

### ***Sites Acessados.***

[http://portal.mte.gov.br/trab\\_domestico/](http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/)

<http://atarde.uol.com.br/economia/materias/1507901-se-a-pec-das-domesticas-existisse-nao-teria-sofrido-tanto>

<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2010/04/27/fundadora-do-primeiro-sindicato-de-trabalhadoras-domesticas-do-brasil-laudelina-de-campos-mello-lutou-por-sua-categoria-durante-70-anos>

**ANEXOS****TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, AUTORIZO a utilização dos dados fornecidos nesta entrevista, pois serão essenciais para a realização da pesquisa de trabalho de conclusão de curso da estudante Deise da Mota Pimenta, orientada pelo professor Henrique Wellen que objetiva apreender as condições de trabalho das empregadas domésticas que estejam matriculadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro cursando Serviço Social. Informo que esta autorização está condicionada à realização da pesquisa conforme princípios de ética, sigilo e ressalto que a identificação da entrevistada não será divulgada.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

---

Entrevistado

---

Responsável

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Escola de Serviço Social



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Escola de Serviço Social**

## **Formulário de informações dos trabalhadores domésticos**

Data: / /

<b>Informações pessoais</b>	
Nome	
Idade	
Escolaridade	
Raça/cor	
Religião	

Sexo	
Você possui filhos/ Companheiro?	
Local de nascimento (país/região)?	
Origem da sua família?	
Você reside em qual região do Rio de Janeiro?	
Tempo gasto em deslocamento para chegar ao seu local de trabalho?	
Que meio de transporte usa pra chegar ao trabalho? Recebe vale transporte? É descontado do seu salário?	
Você participa de algum programa de governo, como o bolsa família?	
Qual é a renda mensal de sua família?	

Salário/férias/13°	
Mora no local de trabalho?	
Quais são as condições de habitação do quarto? Possui ventilação?	
Nota alguma diferença entre o bairro que você trabalha com o bairro que você mora? Ou mesmo a diferença entre sua casa e a casa onde trabalha?	
Seu horário de descanso á noite é respeitado?	
Você possui direitos trabalhistas?	
Possui horário de trabalho reconhecido em lei, 8 horas diárias?	
Quais atividades de trabalho você desenvolve?	
Cuida de animais?	

Cuida de crianças/ dorme no mesmo quarto?	
Qual a sua relação com seus patrões?	
Sua alimentação é diferenciada (casa de patrões)?	
Os utensílios usados para sua alimentação são separados dos que são usados por seus patrões?	
Sofreu algum tipo de constrangimento por parte de seus patrões? Como?	
Recebe doações dos patrões (roupas usadas)?	
Se sente parte da família?	
Contribui pra previdência?	
Já adoeceu no trabalho? Como foi tratada?	
Já esteve grávida enquanto	

trabalhava? Como foi tratada?	
Se possui filhos, qual a relação deles com seus patrões?	
Você é mensalista ou Diarista?	
O que orientou sua escolha?	
Você acha que mudou alguma coisa no seu cotidiano de trabalho após “a lei das domésticas”?	
Seus filhos estudam? Qual sua influência nesta decisão?	
Possui alguma atividade de lazer/cultura? Já foi ao teatro/cinema?	
Participa de algum sindicato?	
Acessa algum serviço de saúde? Qual?	
Você gosta de ser empregada doméstica?	

O que gostaria de ser?	
Gostaria que algum filho seu seguisse sua profissão?	
O que gostaria que ele fizesse?	
O que você acha de seu trabalho? Como você Compreende o emprego doméstico?	
Uma frase que ilustra seu trabalho é?	
Quais seus planos pra o futuro?	
Existe algo que você abandonou (plano) e gostaria de retoma-lo?	
Algo que queira deixar registrado, que não foi abordado.	



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Escola de Serviço Social**

Entrevista Semiestruturada.

Orientador: Henrique Wellen

Orientanda: Deise Pimenta

Questões: Tópicos

I tópico: Trajetória escolar/ aproximação com a Universidade.

- 1) Como foi a sua trajetória escolar?
- 2) Fez o ensino médio em que modalidade (normal ou EJA)? Estudou em escola pública?
- 3) Participou de algum pré-vestibular?
- 4) No ato da inscrição do vestibular fez uso de alguma ação afirmativa (cotas)?
- 5) Você possui entre seus familiares/ amigos, alguém que tenha ido à universidade?
- 6) O que a motivou a cursar o ensino superior?
- 7) Como repercutiu a notícia do ingresso na universidade entre seus familiares?

II tópico: Condições de Permanência na Universidade.

- 8) O que orientou a sua escolha pelo curso de serviço social? Tinha vontade de cursar outra carreira? Qual? Por quê?
- 9) Quando chegou à Universidade Federal do Rio de Janeiro qual foi sua impressão? Respondeu às suas expectativas?

- 10) Qual foi a repercussão da notícia de seu ingresso na Universidade entre seus padrões? Como os seus padrões encaram essa sua nova realidade como universitária?
- 11) Sofre ou sofreu preconceito referente (raça/ origem ex:nortista) vindos de alunos ou professores?
- 12) Você está em qual período, qual é o seu turno?
- 13) Conversa sobre sua profissão dentro dos espaços da universidade?
- 14) Você é bolsista da assistência estudantil?
- 15) Participa de alguma atividade na Universidade?(extensão, pesquisa, movimento político- CA/ DCE/ Partido político).
- 16) Quais seriam as principais dificuldades enfrentadas por você neste espaço?
- 17) Consegue acompanhar as atividades acadêmicas? Acha sua condição diferente dos outros alunos (as)?

### III tópico: Perspectivas

- 18) Como você analisa a profissão do trabalho doméstico?
- 19) O que mudou com a sua inserção na universidade?
- 20) Essa visão mudou após sua inserção na universidade? E os seus colegas e professores
- 21) Qual a diferencialidade da Universidade Pública a sua opinião? Como você compreende a universidade pública?
- 22) O que espera do futuro profissional?
- 23) Existe algo que você queira deixar registrado que não tenha sido abordado por esta entrevista?